

O ORÇAMENTO MUNICIPAL COMO ELO DE LIGAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO OPERACIONAL E AS FINANÇAS

N.Cham. CETD UFSC PEPS 1837

Autor: Lourençon, Cândido

Título: O orçamento municipal como elo de ligação entre o



4228352

186204

Ex.1 UFSC BC CETD

**Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção**

**O ORÇAMENTO MUNICIPAL COMO ELO DE LIGAÇÃO
ENTRE O PLANEJAMENTO OPERACIONAL E AS
FINANÇAS**

Cândido Lourençon

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina
Como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em
Engenharia de Produção

Orientadora: Profa. Ilse Maria Beuren, Dra.

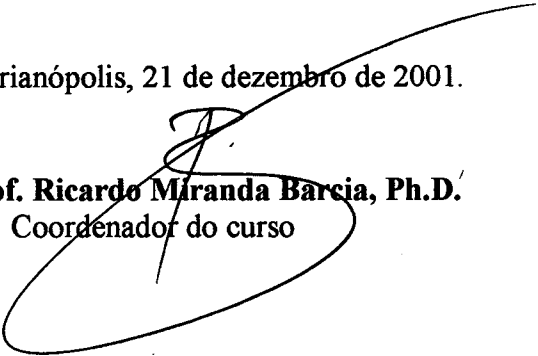
Florianópolis
2001

CANDIDO LOURENÇON

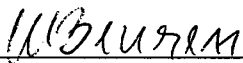
**O ORÇAMENTO MUNICIPAL COMO ELO DE LIGAÇÃO
ENTRE O PLANEJAMENTO OPERACIONAL E AS
FINANÇAS**

Esta dissertação foi julgada adequada e aprovada para a obtenção do título de **Mestre em Engenharia de Produção** no **Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção** da **Universidade Federal de Santa Catarina**.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2001.


Prof. Ricardo Miranda Barcia, Ph.D.
Coordenador do curso


BANCA EXAMINADORA



Prof. Ilse Maria Beuren, Dra.
Orientadora



Prof. Newton Carneiro A. da Costa JR, Dr.



Prof. Valmor Slomski, Dr.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que torna possível todas as coisas.

À professora Ilse Maria Bauren, pelo exemplo de dedicação e competência que nos permitiu superar os obstáculos e buscar novos caminhos.

A minha família, pelo carinho e compreensão durante todos os momentos de minha vida.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	vii
LISTA DE TABELAS	ix
RESUMO	xi
ABSTRACT.....	xii
1. INTRODUÇÃO	01
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	01
1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	03
1.3 OBJETIVOS.....	05
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	06
1.5 METODOLOGIA DE PESQUISA	07
1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	09
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1 ELEMENTOS CONCEITUAIS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	10
2.1.1 Sistema Orçamentário:.....	10
2.1.1.1 Orçamento Público	11
2.1.1.2 Características do Orçamento Público	12
2.1.2 Alguns Elementos da Histórica do Orçamento Público	13
2.1.2.1 Evolução Histórica do Orçamento Público	14
2.1.2.2 Evolução Histórica do Orçamento no Brasil.....	16
2.1.3 Do Orçamento Tradicional ao Orçamento Programa	20
2.1.3.1 O Orçamento Tradicional ou Clássico	20
2.1.3.2 O Orçamento-Programa.....	21
2.1.3.3 Diferenças entre o Orçamento-Traducional e o Orçamento Programa.....	23
2.1.3.4 Princípios Orçamentários.....	24
2.1.3.5 Princípios e Responsabilidade na Gestão Fiscal.....	26
2.1.3.6 Ciclo Orçamentário.....	29

2.2 ESTRUTURA LEGAL DO ORÇAMENTO PÚBLICO	30
2.2.1 Critérios de Classificação das Contas Públicas	30
2.2.2 Receita Pública	33
2.2.2.1 Conceito	33
2.2.3 Despesas Públicas	37
2.2.3.1 Conceito	37
2.2.3.2 Classificação das despesas.....	38
2.2.4 Créditos Adicionais.....	41
2.2.4.1 Tipos de Créditos Adicionais	41
2.2.4.2 Indicação de Recursos.....	42
2.2.5 A Lei Orçamentária.....	43
2.3 O ORÇAMENTO-PROGRAMA COMO ELO DE LIGAÇÃO	
ENTRE OS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS.....	45
2.3.1 Planejamento	46
2.3.2 O Orçamento como um Plano de Governo.....	48
2.3.3 O Orçamento como instrumento de Planejamento Econômico,	
Financeiro e Administrativo.....	50
 3 ANÁLISE DO ORÇAMENTO -COMO ELO DE LIGAÇÃO	
ENTRE O PLANEJAMENTO OPERACIONAL E AS FINANÇAS	
NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ/PR	52
3.1 ALGUNS DADOS SOBRE O ESTADO DO PARANÁ.....	52
3.2 A REGIÃO DO VALE DO IVAÍ.....	53
3.3 O ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL X O PLANEJAMENTO	
OPERACIONAL E AS FINANÇAS.....	56
3.3.1 Análise dos dados do município de Califórnia	56
3.3.1.1 Execução orçamentária	56
3.3.1.2 Comparativo das metas orçadas com as realizadas.....	58
3.3.2 Análise dos dados do município de Cambira	60
3.3.2.1 Execução Orçamentária	61
3.3.2.2 Comparativo das metas orçadas com as realizadas.....	62

3.3.3 Análise dos dados do município de Grandes Rios.....	64
3.3.3.1 Execução Orçamentária	64
3.3.3.2 Comparativo das metas orçadas com as realizadas.....	65
3.3.4 Análise dos dados do município de Ivaiporã.....	67
3.3.4.1 Execução orçamentária	68
3.3.4.2 Comparativo das metas orçadas com as realizadas.....	69
3.3.5 Análise dos dados do município de Marilândia do Sul.....	72
3.3.5.1 Execução orçamentária	72
3.3.5.2 Comparativo das metas orçadas com as realizadas.....	73
3.3.6 Análise dos dados do município de Mauá da Serra	75
3.3.6.1 Execução orçamentária	75
3.3.6.2 Comparativo das metas orçadas com as realizadas do município de Mauá da Serra	77
3.4 COMPARATIVO DOS INDICADORES DOS MUNICÍPIOS.....	79
3.4.1 Comparativo dos indicadores da execução orçamentária.....	79
3.4.2 Comparativo das metas orçadas com as realizadas	80
3.5 O ORÇAMENTO COMO ELO DE LIGAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO OPERACIONAL E AS FINANÇAS.....	83
3.5.1 Estrutura organizacional e orçamentária.....	83
3.5.2 A ligação do orçamento com o planejamento operacional e as finanças dos municípios.....	84
3.5.3 O impacto do orçamento no desenvolvimento dos municípios do Vale do Ivaí /PR e na estabilidade das suas finanças	87
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	90
4.1 CONCLUSÕES.....	90
4.2 RECOMENDAÇÕES.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
ANEXOS.....	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Comparativo entre receita e despesa orçadas e realizadas- Município de Califórnia -exercícios de 1998, 1999 e 2000.	57
Gráfico 2 -	Média de desvios entre as metas orçadas e realizadas em Califórnia.....	60
Gráfico 3 -	Comparativo entre receita e despesa orçadas e realizadas de Cambira	61
Gráfico 4 -	Média de desvios entre as metas orçadas e realizadas nos de Cambira	63
Gráfico 5 -	Comparativo entre receita e despesa orçadas e realizadas - Município de Grandes Rios	65
Gráfico 6 -	Média de desvios entre as metas orçadas e realizadas nos exercícios de 1998, 1999 e 2000, referentes ao município de Grandes Rios.....	67
Gráfico 7 -	Comparativo entre receita e despesa orçadas e realizadas - município de Ivaiporã - exercícios de 1998, 1999 e 2000	69
Gráfico 8-	Média de desvios entre as metas orçadas e realizadas nos exercícios de 1998, 1999 e 2000, referentes ao município de Ivaiporã.....	71
Gráfico 9 -	Comparativo entre receita e despesa orçadas e realizadas - Município de Marilândia do Sul - exercícios de 1998, 1999 e 2000	73
Gráfico 10 -	Média de desvios entre as metas orçadas e realizadas nos exercícios de 1998, 1999 e 2000, referentes ao município de Marilândia do Sul	75
Gráfico 11 -	Comparativo entre receita e despesa orçadas e realizadas - Município de Mauá da Serra - exercício de 1998, 1999 e 2000	76

Gráfico 12- Média de desvios entre as metas orçadas e realizadas nos
exercícios de 1998, 1999 e 2000, referentes ao município
de Mauá da Serra 78

Gráfico 13 - Desvios médios de metas dos municípios de Califórnia,
Grandes Rios e Marilândia do Sul - 81

Gráfico 14 - Desvios médios de metas dos municípios de Cambira,
Ivaiporã e Mauá da Serra..... 82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	População da Região do Vale do Ivaí em 1991 e 2000.....	55
Tabela 2 -	Demonstrativo da execução orçamentária de Califórnia	57
Tabela 3 -	Resumo dos desvios das metas orçadas em relação as realizadas de 1998.....	58
Tabela 4 -	Média dos resumos dos desvios das metas orçadas em relação às realizadas de Califórnia.....	59
Tabela 5 -	Demonstrativo da execução orçamentária de Cambira.....	61
Tabela 6 -	Resumo dos desvios das metas orçadas em relação as realizadas de Cambira.....	62
Tabela 7 -	Médias dos resumos dos desvios de metas do município de Cambira.....	63
Tabela 8 -	Demonstrativo da execução orçamentária do município de Grandes Rios	64
Tabela 9 -	Resumo dos desvios das metas orçadas em relação às realizadas	66
Tabela 10 -	Média dos resumos dos desvios das metas de Grandes Rios.....	66
Tabela 11 -	Demonstrativo da execução orçamentária de Ivaiporã	68
Tabela 12 -	Resumo dos desvios das metas orçadas em relação às realizadas -exercício 1998- Município de Ivaiporã	70
Tabela 13 -	Média dos resumos dos desvios das metas orçadas em relação às realizadas de Ivaiporã.....	71
Tabela 14 -	Demonstrativo da execução orçamentária de Marilândia do Sul.....	72
Tabela 15 -	Resumo dos desvios das metas orçadas em relação as realizadas de Marilândia do Sul.....	74
Tabela 16 -	Média dos resumos dos desvios das metas dos exercícios de 1998, 1999 e 2000 - Município de Marilândia do Sul.....	74
Tabela 17 -	Demonstrativo da execução orçamentária de Mauá da Serra.....	76

Tabela 18 - Resumo dos desvios das metas orçadas em relação as realizadas de Mauá da Serra.....	77
Tabela 19 - Média dos resumos dos desvios das metas dos exercícios de 1998, 1999 e 2000.-Município de Mauá da Serra.....	78
Tabela 20 - Indicadores % da execução orçamentária dos municípios exercícios de 1998, 1999 e 2000	79
Tabela 21 - Comparativo das metas traçadas em relação aos desvios apurados	82

RESUMO

LOURENÇON, Cândido. **O orçamento municipal como elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças**. Florianópolis, 2001, 145p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

Orientadora: Ilse Maria Beuren, Dra.

Defesa: 21/12/2001.

O presente trabalho teve como objetivo geral verificar se o orçamento na administração pública municipal serve como instrumento de ligação entre o planejamento operacional e as finanças nos municípios da região do Vale do Ivaí, estado do Paraná. Para efetivar a investigação proposta, apresentou-se primeiramente as questões gerais relacionadas à fundamentação teórica necessária para a explicitação dos conteúdos da análise. Na sequência, fez-se para uma exposição detalhada dos dados obtidos sobre a execução orçamentária a partir de pesquisa documental realizada em seis municípios da região do Vale do Ivaí: Califórnia, Cambira, Grandes Rios, Ivaiporã, Marilândia do Sul e Mauá da Serra. Após a incursão na execução orçamentária de cada município que integrou a pesquisa, fez-se um comparativo entre as metas orçadas com as realizadas. Além disso, investigou-se também a fundamentação legal da gestão orçamentária e financeira como meio de dotar as administrações públicas municipais do mecanismo de planejamento operacional. Com base na análise documental, concluiu-se que o orçamento público municipal não serve como instrumento de ligação entre o planejamento operacional e as finanças nos municípios do Vale do Ivaí / Paraná. Assim, as conclusões e recomendações direcionam o trabalho no sentido de oferecer subsídios para a organização de uma estrutura orçamentária que assegure a necessária conexão entre o planejamento operacional e as finanças dos pequenos municípios.

PALAVRAS-CHAVE - orçamento - planejamento operacional - finanças

ABSTRACT

LOURENÇON, Cândido. **O orçamento municipal como elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças**. Florianópolis, 2001, 145p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

Advisor: Ilse Maria Beuren, Dra.

Dissertation conclusion: 21/12/2001

The present work has had as general purpose to verify if the budget in the municipal public administration serves as a connection instrument between the operational and finance planning in the municipal districts of the area of the Vale do Ivaí, state of Paraná. To carry out the proposed investigation it was first presented the general subjects related to the theoretical fundamentation necessary for the explication of the analysis contents. Afterwards, it breaks for a detailed explanation of the data obtained on the budgetary carry out starting from documental research accomplished in six municipal districts of the area of the Vale do Ivaí: Califórnia, Cambira, Grandes Rios, Ivaiporã, Marilândia do Sul and Mauá da Serra. In the analysis accomplished through of these data, the estimated goals and the achieved ones were then compared. Besides, the legal fundamentation of the budgetary and financial administration was also examined as a way to endowing the municipal public administrations with the mechanism of operational planning. Based on this documentary analysis, it was drawn the conclusion that the municipal public budget is not suitable as a connection link between the operational planning and the finances in the towns of the Vale do Ivaí/PR. Finally, the conclusions and recommendations address the work in the sense of offering the organization subsidies for a budgetary structure that assures the necessary connection between the operational and financial planning of the small municipal districts.

KEY-WORDS : budget - operational planning – finance

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta as noções preliminares e o problema da presente pesquisa. Aborda, ainda, os objetivos e a justificativa teórica-empírica, a metodologia da pesquisa, bem como a organização do trabalho.

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O surgimento do Estado ocorre no momento em que o povo, consciente de sua nacionalidade, se organiza politicamente. Para cumprir com as suas finalidades, o Estado se organiza de forma a desempenhar algumas funções que lhe são peculiares, como as de normatizar (legislação), disciplinar (fiscalização) e executar (administração) os atos pertinentes ao exercício do poder.

Na concepção aristotélica, conforme SILVA (1996, p.18), o Estado tem como finalidades básicas: a segurança, com o objetivo de manter a ordem política, econômica e social; e o desenvolvimento, com o objetivo de promover o bem comum.

No entanto, as necessidades públicas, segundo BALEEIRO (1994, p.18), são:

humanas, como todas as outras cuja satisfação a economia política toma para precípua objeto de seus estudos. Distinguem-se, entretanto, das necessidades em geral, para constituir o grupo das chamadas “necessidades públicas”, necessidades que por sua natureza, só encontram satisfação eficaz pela ação coordenada do grupo, quer seja voluntária, quer seja coativa a participação dos indivíduos que o formam.

De acordo com TEIXEIRA e SANTANA (1994, p.7), a administração pública “tem por característica específica uma relação de responsabilidade direta com o processo histórico global que se dá no desenvolvimento da sociedade, daí a necessidade de continuamente redefinir a sua missão em face dos novos imperativos, sob pena de comprometer a sua capacidade sinérgica”.

Para KOHAMA (1996, p.17), “o Estado – que é a organização do poder político da comunidade – é organizado com a finalidade de harmonizar sua atividade, de forma que atinja o objetivo de promover e satisfazer a prosperidade pública, ou seja, o bem comum.”

Observa-se, que para o Estado cumprir suas funções, ele se organiza, precisando para isso obter recursos financeiros a fim de fazer face às despesas, que objetivam a satisfação das necessidades públicas.

Uma preocupação constante dos governos deve ser a de melhorar a eficiência do Setor Público, procurando aprimorar os bens e serviços a serem colocados à disposição da comunidade. Dentro desta perspectiva, surgiram alguns instrumentos legais que visavam atingir esses objetivos, identificados por um sistema de planejamento que, na sua execução, controle e acompanhamento, tem ficado apenas na redação ou, na melhor das hipóteses, em sua elaboração.

GIACOMONI (1998, p.45) afirma que, "De forma embrionária, na Inglaterra, durante a segunda fase da idade média, surge o orçamento, como uma primeira reação ao Poder que a coroa se outorgava de exigir tributos para a manutenção da casa real, dos exércitos e da corte sem a prévia anuência dos representantes do grupo social dominante (barões feudais) e do povo."

O conceito de orçamento público, desde a sua concepção, tem evoluído ao longo do tempo e sofrido significativas mudanças, por possuir e ser caracterizado por uma multiplicidade de aspectos jurídicos, contábil, econômico, financeiro, administrativo, político, etc. A origem e evolução dos princípios orçamentários estão ligados a própria história da evolução dos orçamentos públicos. Muitos deles, pela sua importância, são referidos pela própria Constituição do Brasil.

No Brasil, várias foram as tentativas dos legisladores em forçar as administrações públicas a adotarem instrumentos que, além de servirem de controle político-jurídico das despesas públicas, cumpram o papel de planejar as diretrizes e intenções que, com base na situação atual e tendo em vista os recursos disponíveis, maximizem os resultados no período. Basicamente, seria dimensionar os problemas e os recursos necessários e formular, a partir de uma solução técnica e uma ação política, os objetivos e metas a serem alcançados a curto prazo.

Dentro dessa premissa, surgiu a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que logo no seu artigo 1º dispõe:

Art. 1º - Esta Lei estatui normas gerais de direito financeiro, para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art.º 5, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.

A Lei, como observam MACHADO JR e REIS (1997, p.11), agrupou duas técnicas que a tradição tem juntado em um sistema de controle: o orçamento e a contabilidade. Explicam que "o orçamento é um instrumento que a administração dispõe para equacionar as realizações do futuro em termos realísticos, num programa operacional, como um curso de ação." O orçamento é, portanto, um instrumento de trabalho que deve atender os aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

A Constituição de 1998 procurou inovar os conceitos de natureza orçamentária e financeira, que aliada a Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, espera-se que o Orçamento, além das funções do orçamento tradicional (controle político-legal das despesas) sirva de elo de ligação entre as finanças e o planejamento, criando no serviço público a consciência de missão a cumprir.

De acordo com MATIAS e CAMPELLO (2000, p.45) por planejamento operacional entende-se o “planejamento de curto prazo, em que são definidas as ações a serem implementadas e que culminarão com a execução dos objetivos”.

Ainda de acordo com MATIAS e CAMPELO (2000, p.40), o “termo finanças públicas refere-se ao conjunto de problemas relacionados ao processo de Receitas-Despesas Governamentais e dos fluxos monetários”.

Desta forma, é fundamental definir o problema que constitui o objeto desta pesquisa, visando assegurar que os objetivos propostos sejam cumpridos, de forma a determinar se o orçamento público serve como elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças nas administrações públicas.

1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Na administração pública um dos fatores que contribui para dificultar a implementação de um sistema de planejamento é a transitoriedade dos governos, que alternam-se a cada período eleitoral, fazendo com que a continuidade dos projetos e atividades desenvolvidos seja ameaçada.

BALEEIRO (1974, p.86) cita que:

Em todos os tempos e lugares, a escolha do objetivo da despesa envolve um ato político, que também se funda em critérios políticos, isto é, nas idéias, concepções, aspirações e interesses revelados no entrechoque dos grupos detentores do poder. Tanto mais lúcidos, cultos e moralizados, sejam os governantes quanto mais probabilidades existem de que se realize aquele cálculo da máxima vantagem social.

No entanto a União, os Estados e Municípios vêm sistematicamente apresentando problemas na geração de recursos necessários a satisfação das necessidades públicas, incorrendo em sucessivos déficits fiscais.

Várias tem sido as causas apontadas para tais dificuldades – má gestão, desvio de recursos, incompetência administrativa, além da queda de receitas decorrente da diminuição da população, vez que o Fundo de Participação dos Municípios é distribuído de acordo com o coeficiente populacional, aliado a alteração da legislação federal que penalizou os pequenos municípios.

Analisando o crescimento das despesas públicas, SILVA (1981, p.29) destaca as contribuições de Adolph Wagner e de Peacock & Wiseman, quanto às hipóteses teóricas que explicam o processo evolutivo do setor público. Enfatiza que tais autores definem o problema da identificação de determinantes da expansão dos gastos do governo a partir da análise empírica de dados disponíveis.

SILVA (1981, p.30) afirma que Wagner, quando se refere ao estudo do crescimento das despesas públicas, observa que o mesmo é sintetizado em termos da “Lei de Wagner”, que estabelece a seguinte proposição: “À medida que cresce o nível de renda em países industrializados, o setor público cresce sempre a taxas mais elevadas, de tal forma que a participação relativa do governo na economia cresce com o próprio ritmo de crescimento econômico”.

Por sua vez, PEACOCK e WISEMAN apud SILVA (1981, p.30) abordam o fenômeno do crescimento das despesas públicas de uma ótica diferente, a saber:

o crescimento dos gastos do governo é muito mais em função das possibilidades de obtenção de recursos do que da expansão dos fatores que explicam o crescimento da demanda dos serviços produzidos pelo governo. Isto é, o crescimento das atividades do governo é limitado pelas possibilidades de expansão da oferta, e estas, por seu turno, limitadas pelas possibilidades de incremento na tributação.

Ressaltam que os indivíduos teriam, assim, comportamento diferente quanto à demanda de bens produzidos pelo Governo e quanto à disposição de contribuir com os recursos necessários à produção desses mesmos bens. Em particular, a noção individual quanto a níveis desejáveis de carga tributária seria estável em períodos normais, bem como sensíveis à ocorrência de grandes repercussões sobre a vida da comunidade. A resistência à elevação da carga tributária seria suficiente para impedir um crescimento harmônico dos gastos, a despeito da pressão exercida pelo crescimento da demanda. Esta, por sua vez, se faria sentir quando grandes perturbações de natureza política ou sócio-econômica, contribuissem para aliviar a mencionada resistência ao incremento na tributação. Este, tornado efetivo, elevaria imediatamente o total de gastos aos novos níveis permitidos pelo incremento na disponibilidade de recursos.

Percebe-se, nas idéias apresentadas pelos autores, que a questão dos gastos públicos envolve uma multiplicidade de fatores que devem ser analisados ao se propor um estudo relacionado à questão do orçamento, enquanto importante instrumento na administração pública.

Desta forma, a preocupação com a geração de recursos e a contenção de gastos está implícita nas idéias apresentadas, e devem constituir a preocupação básica de todo administrador público que realmente esteja preocupado com o crescimento de seu município, face às inúmeras pressões de natureza econômica, social e fiscal que interferem no equilíbrio financeiro da gestão administrativa.

Para corroborar a importância do orçamento público na gestão administrativa política, é importante apontar o que diz FILELLINI (1994, p.161), ao considerar que “o processo orçamentário tem considerável influência sobre a própria dimensão do setor público. Em última análise, o orçamento tem como função ordenar e coordenar sistematicamente os meios necessários à satisfação das necessidades públicas e regulação econômica e social”.

Diante do exposto, mas restringindo estas questões à região objeto de estudo, vale ressaltar os questionamentos de VANZELA (2000, p.23), a saber:

A utilização inadequada do orçamento como instrumento de gestão, não estaria contribuindo para as crises que vêm atravessando os municípios do Vale do Ivaí? Que tipo de impacto a não coordenação entre a execução econômica e financeira do orçamento corrente, pode provocar sobre os projetos e atividades do orçamento futuro dos municípios da região do Vale do Ivaí?

Pelo até aqui observado, e das variáveis comentadas, seria pouco provável que só elas, as variáveis, expliquem as crises que vem assolando os municípios da Região do Vale do Ivaí. Assim, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa:

O orçamento público municipal está servindo como elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças, nos municípios do Vale do Ivaí / Paraná?

1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral é verificar se o orçamento público municipal está servindo como elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças nos municípios do Vale do Ivaí / Paraná, com vistas ao seu desenvolvimento e estabilidade das finanças públicas.

Como objetivos específicos tem-se:

- caracterizar o orçamento público como importante instrumento para a administração pública municipal;
- investigar a relação ocorrida entre a receita e a despesa realizada nos municípios do Vale do Ivaí, ao longo dos três últimos anos;
- comparar a receita e despesa orçada com a realizada, nos últimos três anos, com vistas a relacioná-las com o planejamento operacional e as finanças destes municípios; e
- verificar se o orçamento se configura como instrumento de planejamento operacional nos pequenos municípios, no sentido de seu desenvolvimento e estabilidade das finanças públicas.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O orçamento é o instrumento legal que deve integrar todo o processo administrativo e financeiro, direcionando a alocação dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, para as grandes ações do Governo, de forma planejada e integrada, quer seja na manutenção das atividades, quer seja na execução dos projetos, para atender as necessidades públicas.

Ao propor o estudo e a verificação da questão do orçamento dos municípios da região do Vale do Ivaí, Estado do Paraná como instrumento essencial de apoio à gestão administrativa e financeira no planejamento integrado ao orçamento, a presente pesquisa justifica-se diante das inúmeras mudanças que vêm ocorrendo na administração pública nas últimas décadas.

Em virtude deste fato, pretende-se também despertar para um questionamento sobre a legislação atual, inclusive com o advento da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Deve-se questionar se a mesma é suficiente para determinar que a administração pública, em especial os pequenos municípios, efetivamente utilizem o orçamento como instrumento de programação financeira e planejamento operacional, ou se há a necessidade de se aperfeiçoar a legislação, tornando-a menos flexível e mais rigorosa no cumprimento e execução das metas e objetivos que foram traçados quando de sua elaboração.

Desse modo, sob o aspecto teórico, acredita-se contribuir com a presente pesquisa, no sentido de evidenciar a importância de se dotar a administração pública municipal de

instrumentos legais que lhes permitam implementar um sistema de planejamento integrado ao controle de suas finanças.

Em termos práticos, este trabalho tem relevância por mostrar que as administrações municipais precisam adequar-se às novas metodologias de gestão de recursos, com respaldo na legislação, implementando modernos sistemas de planejamento e controle, a fim de cumprir com sua finalidade maior que é de satisfazer as necessidades públicas com eficiência e eficácia.

1.5 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho, considerando-se os objetivos estabelecidos, caracteriza-se como estudo descritivo. Neste tipo de pesquisa, conforme ANDRADE (1993, p.98), "os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador".

De acordo com OLIVEIRA (1997, p.114), "o estudo descritivo possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação".

O método de análise utilizado é de predominância quantitativa. No entendimento de SILVA (2000, p.20) a pesquisa quantitativa "considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-los e analisá-los." Este método, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza do fenômeno investigado. Assim, apesar de a pesquisa ter consistido no levantamento dos números contidos nas demonstrações contábeis das prefeituras pesquisadas, o que lhe dá uma conotação quantitativa, a análise buscou verificar o elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças nos municípios do Vale do Ivaí / PR. Portanto, a perspectiva do presente trabalho caracteriza-se pela enquete de corte longitudinal.

O campo de observação, ao qual se aplicou o tema desta pesquisa, abrangeu os demonstrativos contábeis (orçamentos e balanços) dos municípios com população até 50.000 habitantes da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí - AMUVI, Estado do Paraná. Foram colhidos os dados necessários à realização do trabalho junto a seis prefeituras municipais da região, referentes aos balanços e orçamentos dos exercícios de 1998, 1999 e 2000.

Para a coleta de dados, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental. A diferença entre ambas, de acordo com ANDRADE (1993, p.99) está na espécie de documentos que constituem as fontes de pesquisa. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias, ou seja, livros e outros documentos bibliográficos. A pesquisa documental baseia-se em documentos primários originais, que não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa, como dados estatísticos, documentos históricos etc.

Os documentos primários, no presente estudo, constituíram-se os dados extraídos dos orçamentos e balanços dos municípios objeto de estudo. As metas traçadas foram obtidas dos orçamentos, pelos seus valores originalmente orçados, isto é, sem levar em consideração os créditos adicionais que as alteraram durante o exercício financeiro, com exceção àqueles destinados a criarem novas metas/objetivos, comparando-as com os valores efetivamente realizados, obtidos junto aos respectivos balanços.

O procedimento para a coleta de dados foi efetuado através de visita pessoal a cada prefeitura, no período de março a abril de 2001, com a finalidade de obter os documentos necessários à efetivação da pesquisa. Em alguns municípios foram obtidas cópias dos orçamentos e balanços dos exercícios de 1998, 1999 e 2000. Em outros, foram preenchidas planilhas, com os dados dos orçamentos e balanços, devidamente assinados pelos contadores ou secretários municipais de finanças.

A partir da base teórica e da coleta de dados, procedeu-se uma pré-análise para verificar a adequação destes dados aos objetivos propostos nesta pesquisa. A análise de dados fez-se através da verificação dos números consignados nos orçamentos e balanços com vistas a atender aos objetivos geral e específicos propostos no trabalho.

Apesar do rigor metodológico adotado para a realização da pesquisa, a metodologia escolhida apresenta algumas limitações quanto à coleta e tratamento dos dados:

- o método está limitado pela seleção das prefeituras escolhidas, amostra por acessibilidade, tendo em vista a impossibilidade de serem coletados os dados de todas as prefeituras;
- outro fator está relacionado ao tamanho das prefeituras, sendo limitado as prefeituras com população até 50.000 habitantes integrantes da AMUVI - PR;
- as peculiaridades dos municípios, no que diz respeito à população e tipo de atividade econômica, exigem uma análise detalhada e individualizada.

Contudo, as limitações apresentadas não impediram de se alcançar os objetivos propostos, uma vez que abre a possibilidade para a formulação de novas hipóteses, além de reaplicar esta pesquisa em outros municípios.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Levando em consideração o problema da pesquisa e os objetivos elencados, o estudo está organizado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo é apresentada a introdução, evidenciando noções preliminares sobre o tema da pesquisa. Além disso, é definido o problema do estudo e os objetivos que se buscou alcançar, a justificativa teórica e prática, a metodologia de pesquisa e a organização do trabalho.

O segundo capítulo aborda a revisão da literatura, que serve de fundamentação para o presente estudo. Assim, são apresentados os elementos conceituais da gestão orçamentária, compreendendo os conceitos básicos e fundamentais do orçamento público, sua importância e características, bem como sua história e evolução. Apresenta-se ainda neste capítulo, a estrutura do orçamento público no Brasil, segundo a legislação e a sua utilização como elo de ligação entre os sistemas de planejamento e de finanças. Além disso, faz-se uma discussão acerca da distinção necessária entre o orçamento tradicional e o orçamento-programa, a conceituação e classificação das receitas e despesas à luz da legislação vigente.

No terceiro capítulo é efetuada a análise dos dados levantados junto às Prefeituras Municipais de Califórnia, Cambira, Grandes Rios, Ivaiporá, Marilândia do Sul e Mauá da Serra, todos pertencentes à região do Vale do Ivaí, no Paraná, compreendendo as metas traçadas quando da elaboração do orçamento e a sua realização, obtidos junto aos balanços, para os exercícios financeiros de 1998, 1999 e 2000. Além de caracterizar a importância do orçamento, identificou-se a fundamentação legal da gestão orçamentária nos mesmos.

Por fim, apresenta-se as conclusões e recomendações sobre utilização do orçamento público municipal como elo de ligação entre as finanças e o planejamento operacional, com vistas a seu desenvolvimento e estabilidade das finanças públicas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A revisão da literatura contempla as conceituações inerentes à gestão orçamentária e à estrutura do orçamento público, no Brasil. Aborda, ainda, as funções do orçamento público como instrumento de planejamento operacional e de gestão financeira.

2.1 ELEMENTOS CONCEITUAIS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A importância do processo orçamentário brasileiro, conforme PEREIRA (1999, p.124), "pode ser dimensionada pelo tratamento que o assunto recebe na Constituição Federal, que determina o encadeamento lógico e sistemático ao planejamento da ação governamental, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

Assim, na sequência, apresentam-se os dados básicos referentes à conceituação inerente ao sistema orçamentário, com ênfase na definição de orçamento público, importância e características. Na sequência, apresenta-se alguns elementos da evolução histórica do orçamento. Além disso, são apresentados os princípios orçamentários e de responsabilidade na gestão pública. A estrutura do orçamento público no Brasil será definida através da explicitação das receitas e despesas. Por fim, a lei orçamentária é delineada por meio de ampla análise complementada pelas leis que regulamentam a questão

2.1.1 Sistema orçamentário

O sistema orçamentário é definido como o conjunto de normas jurídicas, princípios e regras de que se utiliza a Administração Pública para a consecução do ciclo orçamentário.

Neste sentido, é importante dissecar os elementos que o constituem para que se possa explicitar a fundamentação teórica necessária para a realização da pesquisa.

Desse modo, em seguida faz-se uma incursão teórica na conceituação e características do orçamento público.

2.1.1.1 Orçamento Público

A ação planejada do Estado, quer na manutenção de suas atividades, quer na execução de seus projetos, de acordo com PISCITELLI, TIMBÓ e ROSA (1997, p.47), materializa-se "através do orçamento público, que é o instrumento de que dispõe o poder público para expressar, em determinado período de tempo, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados."

Neste sentido, a representatividade do orçamento se afigura em uma dimensão muito maior que de um simples ordenamento de receitas e despesas. Trata-se, sobretudo, de um instrumento que expressa, quantitativamente, a situação financeira do município e serve de parâmetro para a tomada de decisões na gestão dos recursos públicos.

Segundo REIS (1985, p.25), o orçamento público é tido como "um instrumento do que serve a administração pública, no sentido de orientar as ações a serem desenvolvidas para alcançar determinados objetivos e metas, que é denominado de desenvolvimento econômico social."

Por sua vez, KOHAMA (1996, p.64) define o orçamento como "um ato de previsão de receita e fixação da despesa para um determinado período de tempo, geralmente um ano, e constitui o documento fundamental das finanças do Estado, bem como da contabilidade pública".

MACHADO JR e REIS (1997, p.13) citam que o orçamento é "um instrumento que a administração dispõe para equacionar as realizações do futuro em termos realísticos, num programa operacional, como um curso de ação, servindo de ligação entre os sistemas de planejamento e de finanças."

De acordo com SILVA (1996, p.37), "orçamento é um plano de trabalho governamental expresso em termos monetários, que evidencia a política econômica-financeira do governo e em cuja elaboração foram observados os princípios da unidade, universalidade, anualidade, especificação e outros".

Denota-se do exposto que o orçamento deve configurar-se como elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças, objetivando determinar que os gastos públicos estejam de acordo com os anseios da sociedade, bem como se os recursos estão sendo aplicados de formas legítima e legal.

No entanto, quanto ao consenso no que diz respeito à definição de orçamento público, ANGÉLICO (1994, p.18) ressalta que

Ainda não se chegou a uma definição do orçamento público que fosse livre de crítica e aceita, principalmente, pela maioria dos autores. Divergem as opiniões e, assim, a questão continua aberta a discussões. Como nas definições do orçamento, este sempre é visto sob o ângulo financeiro, há um grande impasse em definir se o orçamento é essencialmente uma lei, ou um programa de trabalho do Poder Executivo.

Neste contexto, percebe-se que ainda há muito a ser pesquisado ao buscar estabelecer a verdadeira acepção do orçamento público, especialmente no que se refere à sua função básica de assegurar o equilíbrio financeiro da administração pública. Não há, contudo, como negar sua importância, especialmente na sociedade moderna, na qual as exigências intensificam-se diante das inúmeras situações que surgem, objetivando a satisfação das necessidades públicas.

2.1.1.2 Características do orçamento público

A elaboração do orçamento público no Brasil, para a União, Estados, Municípios e Distrito Federal, obedece a instrumentos legais previstos na Constituição Federal e na Lei Federal n. 4.320/64, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para a sua elaboração e controle. Além disso, fundamenta-se na Lei Complementar n. 101/2000 de 05 de maio de 2.000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Neste sentido, REIS (1985, p.25) menciona que o orçamento reveste-se de características próprias, as quais destaca as que seguem:

- a) a materialização dos objetivos e metas determinadas, quantificados física e monetariamente, estabelecidos previamente;
- b) indica recursos destinados a execução dos programas de trabalho, definidos e formulados no sentido de solucionar problemas;
- c) discrimina as fontes dos recursos financeiros a serem obtidos;
- d) é o elo de ligação entre o planejamento, programação e finanças, recebendo destas os recursos necessários à consecução dos objetivos definidos;
- e) reflete a responsabilidade da organização administrativa, na execução e utilização dos recursos alocados aos vários programas de trabalho.

Observa-se que as características inerentes ao orçamento indicam todos os elementos que o constituem, tais como os objetivos e metas, além da identificação dos recursos disponíveis e das fontes necessárias, isto é, de quem eles deverão advir. Além disso, pressupõem a responsabilidade do orçamento como elo de ligação entre o planejamento, programação e finanças.

Por sua vez, FERREIRA (1987, p.12-14) apresenta como características principais de um orçamento as seguintes:

- a) é um ato de previsão e de ordem destinado a regular a função administrativo-financeira do poder executivo;
- b) a aplicação e cumprimento das previsões e autorizações contidos no orçamento não podem ser aplicadas na vida normal do Estado sem autorização legislativa;
- c) autorização legal para a aplicação do orçamento se refere invariavelmente a um período determinado;
- d) a execução do orçamento pelo poder administrador, dentro do exercício previsto, é correlativa ao dever legal de prestar contas.

Nota-se então que a elaboração do orçamento caracteriza-se por obedecer a princípios ou regras que lhe são pertinentes, cujas aplicações são feitas em função de mandamentos legais ou de determinações da própria entidade mediante a formulação de políticas, conforme os interesses da entidade e da população. Para isso, é fundamental que a Administração Pública possua um sistema orçamentário devidamente estruturado, para a consecução do ciclo orçamentário.

Apesar de o processo orçamentário público em suas diversas fases exigir a utilização de todo um instrumental técnico definido pela legislação, sua característica mais importante é política, como se observa ao longo da história do orçamento.

2.1.2 Alguns elementos da história do orçamento público

Nesta seção, procura-se evidenciar fragmentos da evolução histórica do orçamento público, em alguns países do mundo, desde Moisés até nossos dias, bem como seu surgimento e evolução no Brasil.

2.1.2.1 Evolução histórica do orçamento público

A concepção do orçamento público pode ser entendida, conforme SILVA (1996, p.24), assinalando que a idéia de controle dos recursos públicos já era prevista na legislação sancionada por Moisés, 1300 anos antes de Cristo, na qual eram reguladas as funções da justiça e a arrecadação dos dízimos. Por outro lado, o Código de Manu já regulava a arrecadação e a administração dos recursos públicos.

Portanto, ainda que de forma embrionária, na Inglaterra, durante a segunda fase da idade média, surge o orçamento, como uma primeira reação ao poder que a coroa se outorgava de exigir tributos para a manutenção da casa real, dos exércitos e da corte sem a prévia anuência dos representantes do grupo social dominante (barões feudais) e do povo.

BURKHEAD apud GIACOMONI (1998, p.41) contribui assinalando que o orçamento público foi concebido como um documento formal na Inglaterra em 1217, quando foi outorgada a Carta Magna daquele país pelo Rei João Sem Terra que, pressionado pela nobreza, incluiu um dispositivo que integrava o Conselho Comum, composto pelos barões feudais e pelo clero que se constitui como órgão de representação, dele não fazendo parte os demais setores do povo.

A Magna Carta foi violada não poucas vezes, de acordo com SILVA (1996, p.26), mas sua instituição deu margem ao surgimento do Parlamento Inglês, cuja ação ao longo dos anos foi aprimorando o sistema de cobrança e aplicação de tributos, até que, em 1688, com a *Bill of Rights* (Declaração de Direitos) surgem alguns princípios até hoje consagrados na elaboração e execução orçamentária, como por exemplo, o da periodicidade (ou anualidade), o da especificação e da prévia autorização.

Com base nesta revolução, chamada de Revolução Gloriosa de 1688 e na declaração dos direitos, ficou estabelecido que a partir daquela data nenhum homem seria compelido a fazer qualquer doação, empréstimo ou caridade, a pagar imposto, sem consentimento comum através da Lei do Parlamento. Nesta oportunidade, estabeleceu-se a separação entre as finanças do reino (Estado) e as finanças da Coroa. Porém, a partir de 1822, o Chanceler do Erário passou a apresentar ao Parlamento uma exposição que fixava a receita e a despesa de cada exercício. BURKHEAD apud GIACOMINI (1998, 46) "considera esta data como a que marca o início do orçamento, plenamente desenvolvido, na Grã-Bretanha". Antes da implantação do orçamento formal, a Câmara dos Comuns já tinha adotado o princípio de só aprovar a proposta de despesas

oriundas da Coroa. Tal regra visava respeitar as prerrogativas do executivo como responsável pelas finanças públicas, cabendo ao Legislativo aprovar, reduzir ou rejeitar as despesas propostas e o controle do orçamento. Esse modelo ainda hoje é seguido, não tendo sofrido nenhuma modificação consistente com relação à transferência de atribuições.

Já a partir de 1789, a França instituiu alguns princípios que ainda são obedecidos constitucionalmente. SILVA (1996, p.25) assinala que "a Constituição francesa consagrou à época o princípio de que nenhum imposto pode ser cobrado sem o consentimento da Nação". Esse princípio foi reforçado em 1817 quando a Assembléia Nacional exigiu o controle dos recursos públicos, ficando estabelecido que a despesa de cada ministério não deveria exceder o total da dotação a ele destinada. A partir de 1815, a Assembléia nacional já tinha começado a participar do processo orçamentário, iniciado com a decretação da Lei Financeira Anual.

Nos Estados Unidos, GIACOMONI (1998, p.44) cita que "a partir de 1802, após a independência, foi criada uma comissão de meios e recursos para assumir o controle sobre as finanças do governo que fazia o papel de órgão de planejamento, que consolidava programas setoriais e possibilitava uma visão de conjunto das finanças públicas." Uma das razões principais, para a criação dessa comissão, foi em função das formalidades existentes entre o legislativo e o executivo não serem suficientes para tornar nítidas as separações das funções em matéria financeira.

Em 1920, em razão dos sucessivos déficits orçamentários, que foram associados a altos níveis de corrupção e negociatas, levaram o Governo norte-americano a promover reformas orçamentárias, que buscavam uma melhor distribuição das competências do Legislativo e Executivo nas diversas fases do processo orçamentário: elaboração, aprovação, execução e controle. Em 1950 o Congresso aprovou a Lei de Processo do Orçamento e da Contabilidade. GIACOMONI (1998, p.46) assinala que essa lei "não mencionava expressamente o orçamento de desempenho, mas autorizava o governo apresentar no orçamento as funções e atividades a partir das classificações que julgasse mais apropriadas. Com isso, a tendência de aproximação do planejamento e o orçamento era cada vez mais evidente, surgindo então o PPBS - *Planing, Programming and Budgeting Sistem* (Sistema de Planejamento, Programação e Orçamento), porém, sem sucesso, devido a inflação e aos distúrbios urbanos, decorrentes do envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã.

Os debates, naquele país, sobre a reforma orçamentária continuaram, inclusive em outros níveis. Os empresários, por exemplo, viam no orçamento um instrumento que tornaria o governo mais eficiente com reflexo na carga tributária.

Com os crescentes encargos governamentais e sua complexidade que exigiram da máquina administrativa a adoção de métodos e processos administrativos de forma mais sofisticada, as discussões sobre a reforma orçamentária passaram a ser novamente valorizadas. Todas essas relações entre a Presidência e o Congresso já tinham contribuído com inovações importantes para a evolução do orçamento como instrumento de gestão. Porém, foram significativamente alteradas com a aprovação da Lei do orçamento e retenção de recursos do Congresso Americano em 1974, significando um aperfeiçoamento na participação do Congresso no processo orçamentário, compreendendo não apenas as despesas, mas também as questões sobre impostos, prioridades, financiamento do déficit e retornando à ascendência sobre o orçamento, tirando parte do poder do presidente que o vinha concentrando desde a Lei de 1921.

Observou-se que, ao longo da história, o orçamento público refletiu o resultado do complexo processo de negociação e luta entre os interesses dos diversos setores e atores sociais. A luta política em torno das decisões orçamentárias vem ampliando a democratização do processo. No Brasil, como se verá adiante, não foi diferente.

2.1.2.2 Evolução histórica do orçamento público no Brasil

De acordo com SILVA (1996, p.23), também no Brasil tivemos a luta pelo controle orçamentário, quando, após o Descobrimento do Brasil, as relações entre a Metrópole e a Colônia eram determinadas pelo denominado Pacto Colonial, que se caracterizava por uma relação de exclusividade que a metrópole exercia sobre as colônias. Explica que "a exploração econômica estabelecida pelo sistema colonial provocou o crescimento interno da colônia e o seu crescimento demográfico, gerando, em decorrência, a formação de grupos sociais que passaram a contestar o Pacto Colonial e como decorrência a própria dominação portuguesa".

Somente a partir de 1808, com a vinda de D.João VI, é que foi criado o Erário Régio - tesouro - e instituído o Conselho da Fazenda, que tinha por objetivos administrar, distribuir, contabilizar e proceder os assentamentos necessários ao patrimônio real e fundos públicos,

sobretudo para um melhor disciplinamento na cobrança dos impostos aduaneiros, face à abertura dos portos.

De acordo com o Ministério de Planejamento e Gestão (www.planejamento.gov.br), no Brasil, a evolução e o desenvolvimento da técnica orçamentária são recentes, datando dos dias e atividade do Conselho Federal do Serviço Público Civil, criado pela Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936 e extinto pelo Decreto-lei n. 579, de 30 de julho de 1938, que organizou o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, subordinado diretamente ao Presidente da República e em cooperação e articulação com o serviço público federal.

As atividades administrativas brasileiras foram exercidas de forma empírica, apesar da abundância de leis e de regulamentos e do funcionamento de instituições criadas por improvisações mais ou menos felizes. Não existia um método inspirado nos modernos princípios de administração, nem linhas de qualquer sistema racionalmente estruturado e organicamente atuante.

Ao ficar à mercê de conveniências pessoais ou de grupos, a administração pública foi se adaptando às experiências internacionais mais convenientes às peculiaridades do país. A evolução tecnológica e a expansão econômica mundial forçaram o início da expansão do aparelho administrativo, a criação de novos órgãos e o recrutamento de servidores para funções técnicas.

Em consequência, um grupo de servidores, operando a princípio, no citado Conselho Federal do Serviço Público Civil e depois no Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, e em outros centros de estudos, resolveram aparelhar o governo e a administração. Foram criados novos processos da administração pública federal.

Com o objetivo de organizar os serviços, estabeleceu-se dentro da estrutura administrativa, duas atividades fundamentais: as atividades-fim e as atividades-meio. Adotou-se, em seguida, a centralização das atividades-meio (as institucionais) pela sua semelhança ou identidade, em órgãos próprios, de maneira a serem exercidas uniformemente, procurando dar uma padronização em todas as repartições do Governo.

De acordo com REIS (1985, p. 50), o orçamento passou de mero quadro de receitas e despesas para ser base de planejamento das atividades futuras, quais sejam:

- a) auxiliar o Executivo na sua organização;

- b) dar ao Legislativo as bases em que se processam a previsão da receita e da fixação das despesas;
- c) proporcionar à administração a oportunidade de exercer um controle mais efetivo e real;
- d) servir de base para a tomada de contas;
- e) tornar-se um instrumento fundamental à administração;
- f) centralizar as atividades orçamentárias da União num órgão especializado.

No entendimento de SILVA (1996, p. 29-30), as primeiras Constituições Federais - de 1824 e de 1891- não trataram diretamente da questão orçamentária, deixando para as leis ordinárias o encargo de regular o assunto. Para tanto, a mais importante foi a Lei nº 23, de 30 de outubro de 1891, aperfeiçoada pela Lei nº 30, art.30, que conferiu competência ao Ministério da Fazenda para "centralizar, harmonizar, alterar ou reduzir os orçamentos parciais dos Ministérios para organizar a proposta".

Em 1926, através de uma reforma na Constituição foi finalmente realizada a transferência da elaboração da proposta orçamentária para o Poder Executivo, o que já acontecia na prática. A competência transferida ao Executivo foi confirmada posteriormente pela Constituição de 1934, depois na Carta Política de 1936 e afinal normatizada pela Constituição de 1946.

Em 1936, importantes inovações foram introduzidas na proposta orçamentária que resultou na Lei nº 284, de 28 de outubro de 1936, que veio consolidar essas inovações. Logo em seguida, houve a histórica Exposição de Motivos de 16 de junho de 1937, do Conselho Federal do Serviço Público Civil ao Executivo que propôs modificações na técnica orçamentária e sugeriu a criação de um órgão especializado, incumbido de tratar os problemas orçamentários do governo federal.

A Constituição de 1946, denominada "planejamentista", explicita a criação de planos setoriais e regionais, com reflexos no orçamento, ao estabelecer vinculações com a receita. A experiência brasileira na elaboração de Planos Globais até 1964 caracterizou-se por contemplar somente os elementos de despesa com ausência de uma programação de objetivos, metas e recursos reais, intensificando a desvinculação dos Planos e dos Orçamentos.

O Decreto nº 51.152, de 5 de agosto de 1961, alterado pelo Decreto nº 152, de 16 de novembro de 1961, cria a Comissão Nacional de Planejamento. Porém, ainda subsistia a necessidade de um ordenamento maior para o delineamento dos princípios orçamentários no país.

É de 1964, a Lei nº 4.320 que traçou os princípios orçamentários no Brasil. Ainda hoje é a principal diretriz para a elaboração do Orçamento Geral da União, apesar de várias alterações que foram sendo realizadas ao longo desses anos. A Lei 4.320 estabelece pela primeira vez os princípios da transparência orçamentária, em seu art. 2º:

A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade.

Vale ressaltar que o processo de planejamento e programação/execução orçamentária no Brasil, conforme SILVA (1996, p. 33), desenvolveu-se a partir de 1969, através da elaboração, revisão e acompanhamento dos seguintes documentos:

- a) Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - I PND em 1972-74;
- b) Programa Geral de Aplicação (PGA) - I PGA em 1973-75;
- c) Orçamento Plurianual de Investimento (OPI) - I OPI em 1968-70;
- d) Orçamento Anual da União; e
- e) Decreto de Programação Financeira

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento, criados pelo Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, com as alterações introduzidas pelo Ato Complementar nº 76, de 21 de outubro de 1969, instituiu a sua sistemática de elaboração e aprovação, que terão duração igual à do mandato do Presidente da República.

Com a Constituição Federal de 1988, o sistema orçamentário federal passou a ser regulado por três leis: Lei do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Uma vez apresentados os dados referentes ao histórico do orçamento de maneira geral e no Brasil, é preciso delinear a fundamentação teórica que permite identificar um orçamento como tradicional ou como orçamento-programa.

2.1.3 Do orçamento tradicional ao orçamento-programa

Apresenta-se, a seguir, um paralelo entre o orçamento tradicional e o orçamento-programa, no intuito de definir parâmetros que permitam estabelecer a utilização dos mesmos em determinadas situações da vida administrativa pública.

2.1.3.1 O Orçamento tradicional ou clássico

SILVA (1996, p.21) cita que "o orçamento como um ato preventivo e autorizativo das despesas que o Estado deve efetuar em um exercício é um instrumento da moderna administração pública. Entretanto, em outras épocas foram aplicados diversos procedimentos rudimentares de controle dos gastos realizados pelo Estado ou pelo príncipe." Ressalta que o orçamento surgiu como parte da luta do Parlamento para controlar as finanças públicas e, conseqüentemente, diminuir os poderes do Rei. A cada etapa dessa luta, que se constituiu numa série de vitórias do Parlamento sobre o Executivo, nasceram as instituições orçamentárias, até surgir a idéia do "orçamento público".

Neste contexto, assegura-se que a moderna administração pública deve buscar sempre o equilíbrio entre a previsão do orçamento e a execução do plano de ação previsto por ele. ANGÉLICO (1994, p.23) afirma que:

"o orçamento clássico coloca em destaque os elementos de que a administração dispõe para a execução dos serviços, ou seja, pessoal, material, equipamentos etc, sem a preocupação com os objetivos a alcançar. O orçamento clássico serve ao controle político-jurídico das despesas com aqueles elementos., mas não cria no serviço público, a consciência de missão a cumprir e de custo."

Este conceito tradicional ou clássico não mais se aplica hoje ao orçamento público, devido ao aspecto dinâmico que o orçamento assume, como instrumento de decisão do governo sobre a alocação de recursos públicos e, antes de tudo, uma forma de exercício do poder político.

Segundo BALEEIRO (1974, p.94), o orçamento é "um ato que prevê as receitas e despesas do Estado, em determinado período, geralmente um ano."

Trata-se de um conceito tradicional ou clássico não mais aplicável hoje ao orçamento público. Esta definição não mais se aplica aos modernos ditames da administração pública, especialmente devido ao aspecto dinâmico que o orçamento assume, como instrumento de

decisão do governo sobre a alocação de recursos públicos e, antes de tudo, uma forma de exercício do poder político.

2.1.3.2 O orçamento-programa

Da conceituação tradicional, o orçamento evoluiu para aliar-se ao planejamento, surgindo o orçamento-programa como especialização. Assim, o orçamento-programa apresenta-se fundamentalmente como um instrumento que o administrador dispõe para equacionar o futuro em termos realísticos, como um curso de ação, um programa operacional.

Neste sentido, PISCITELLI et al. (1997, p.270) afirmam que:

A ação planejada do Estado, quer na manutenção de suas atividades, quer na execução de seus projetos, se materializa através do orçamento público, que é o instrumento de que dispõe o Poder Público (em qualquer das esferas) para expressar, em determinado período de tempo, o seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como os dispêndios a serem efetuados.

Desta forma, percebe-se que o orçamento-programa assume dimensões mais dinâmicas, à medida em que prevê um plano de ação fundamentado na discriminação de despesas e nas finalidades a serem alcançadas através das quantificações dos objetivos e das ações planejadas.

De fato, o orçamento clássico, serve como instrumento de controle das receitas e despesas públicas, mas se mostra ultrapassado por não se preocupar em definir e quantificar as metas e objetivos a serem alcançados.

No que concerne à definição de orçamento-programa, Piscitelli et al. afirmam que entende-se como "aquele que discrimina, englobada e isoladamente, as despesas segundo a sua natureza, dando ênfase aos fins (e não aos meios), de modo a demonstrar em que e para que o Governo gastará, e também quem será responsável pela execução de seus programas."

GIACOMONI (1998, p.143) assinala que, no Brasil, assim como nos demais países latino-americanos, a idealização do orçamento moderno está representada no chamado orçamento-programa, que dispõe de um conjunto de conceitos e técnicas sistematizados originalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Tal fato pressupõe uma integração necessária através de um ordenamento que visa assegurar uma certa compatibilidade entre a gestão administrativa dos países latino-americanos. Para FILLELINI (1994, p.164), a característica básica do orçamento-programa é seu enfoque no

produto de uma agência. Para tanto criou-se a figura do programa, que pode ser definido como "a combinação de atividades que produzem resultados característicos".

Percebe-se o direcionamento do orçamento-programa para o cumprimento de metas pré-estabelecidas, visando resultados também previstos no orçamento. BELCHIOR (1976, p.14- 15) caracteriza o orçamento-programa como "aquele que apresenta os propósitos, objetivos e metas para os quais a administração solicita os fundos necessários, identifica os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos, e os dados quantitativos que medem as realizações e o trabalho elaborado dentro de cada programa."

A idéia do orçamento-programa, conforme MACHADO JR (1979, p.3), reside na elaboração de um orçamento que, executado, apresente um produto à clientela do governo.

Quanto aos elementos essenciais do orçamento-programa, GIACOMONI (1998, p.126-127) destaca os objetivos e propósitos perseguidos pela instituição e para cuja consecução são utilizados os recursos orçamentários, os programas, isto é, os instrumentos de integração dos esforços governamentais no sentido da concretização dos objetivos, os custos dos programas medidos através da identificação dos meios ou insumos necessários para a obtenção dos resultados, e medidas de desempenho com a finalidade de medir as realizações e os esforços despendidos na execução dos programas.

KOHAMA (1996, p.81) explicita que:

A fixação antecipada de objetivos e dos recursos financeiros necessários é uma das principais características do orçamento-programa, que permite a realização de um trabalho mais eficiente, pois concentra-se os esforços comuns na busca do atingimento de uma meta estabelecida. Diz também que o orçamento programa permite melhorar o aproveitamento dos recursos, determinar os meios financeiros em bases mais realistas, critérios objetivos de análise e decisão, verificar se as atividades previstas são as mais adequadas para o atingimento do objetivo e o acompanhamento e controle da concretização dos objetivos.

Logo, observa-se que o orçamento pode ser entendido como um conjunto de informações que evidenciam as ações governamentais, bem como um elo capaz de ligar os sistemas de planejamento e de finanças.

Uma vez estabelecidos os conceitos, necessário se faz estabelecer um comparativo entre o orçamento tradicional e o orçamento-programa para melhor compreensão do assunto.

2.1.3.3 Diferenças entre o orçamento tradicional e o orçamento-programa

No Brasil, REIS (1985, p.45) aduz que a adoção do orçamento-programa se deu em 1964, a partir da Lei 4.320, de 17 de março de 1964. O Decreto-Lei 200, de 23 de fevereiro de 1967, mencionava o orçamento-programa como plano de ação do Governo Federal, conforme disposto no artigo 16:

Em cada ano será elaborado um orçamento-programa que pormenorizará a etapa do programa plurianual a ser realizada no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual.

As principais diferenças entre o orçamento-programa e o orçamento tradicional são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Comparativo do orçamento tradicional com o orçamento-programa

ORÇAMENTO TRADICIONAL	ORÇAMENTO- PROGRAMA
Coloca em destaque os elementos administrativos. Ex...: pessoal, material de consumo, instalações. Assim, não se preocupa com os objetivos e metas da administração.	Coloca em destaque as metas, os objetivos que a Administração pretende alcançar. Ex.: quilômetros de estradas a construir, número de crianças a alfabetizar.
Coloca em destaque somente o controle político-legal das despesas.	Coloca em destaque o controle das realizações em termos físicos e financeiros, permitindo, também, o controle político-legal.
Não realiza a ligação entre o sistema de planejamento e sistema de finanças.	Realiza a ligação entre o sistema de planejamento e o sistema de finanças, porque enfatiza os programas que a administração pretende realizar em determinado exercício financeiro.
Não há consciência de missão a cumprir.	Enfatiza a consciência de missão a cumprir

FONTE: Adaptação de REIS (1979).

Diante do exposto, observa-se os motivos pelos quais a adoção do orçamento tradicional tornou-se inaplicável à moderna administração, especialmente por se preocupar apenas com o controle político-jurídico das receitas e despesas públicas.

Por outro lado, o orçamento-programa preocupa-se fundamentalmente com a missão a ser cumprida, sem se descuidar de todo instrumental técnico definido pela legislação. Sua característica marcante é política.

Como visto, o orçamento deve refletir a expressão fiel do programa de governo. Para isso, é indispensável que obedeça a determinados princípios que são usados comumente nos processos orçamentários, como será visto em seguida.

2.1.3.4 Princípios orçamentários

Os trabalhos orçamentários são realizados em conformidade com alguns princípios, sendo que, no Brasil, alguns assumiram natureza constitucional e legal. O artigo 165 e seus parágrafos da Constituição Federal de 1988 dispõem:

§ 5: A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II- o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

(...)

§ 8: A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho a previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Este parágrafo é fundamental, a fim de não descaracterizar o orçamento como um instrumento de programação. Veda as chamadas caudas orçamentárias que, quando necessárias, deverão ser objeto de legislação ou tratamento específico

Como já observado, alguns princípios orçamentários são objetos de tratamento específico na legislação. É o caso do artigo 2 da Lei complementar 4.320 de 17 de março de 1964, que dispõe:

A Lei de Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

Este artigo exige obediência aos princípios da entidade, jurídica e econômica; da unidade; da universalidade; da anualidade. Estes princípios também são estabelecidos na Constituição Federal, no artigo 165, e se referem à obediência ao princípio da exclusividade.

ANDRADE (1981, p.128-133), destaca os seguintes princípios pela corrente doutrinária dos tratadistas:

- a) Anualidade - de acordo com esse princípio, também denominado princípio da periodicidade, as previsões de receita e despesa devem referir-se sempre a um período limitado de tempo. O período de vigência do orçamento é denominado exercício financeiro. No Brasil, de acordo com o artigo 34 da Lei 4.320/64, o exercício financeiro coincide com o ano civil: primeiro de janeiro a trinta e um de dezembro.
- b) Unidade - segundo esse princípio, o orçamento deve ser uno, isso é, deve existir apenas um orçamento e não mais que um para dado exercício financeiro. Busca-se, com esse princípio, eliminar a existência de orçamentos paralelos.
- c) Universalidade - por esse princípio o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas referentes aos órgãos da administração direta e indireta (art. 165, parágrafo 5º da Constituição Federal).
- d) Exclusividade - este princípio estabelece que o orçamento deve conter apenas matéria orçamentária e não cuidar de assuntos estranhos a previsão das receitas e a fixação das despesas.
- e) Especificação - este princípio tem por escopo as autorizações globais. As despesas devem ser classificadas com um nível de desagregação tal que facilite a análise por parte dos agentes. De acordo com o art. 15 da Lei 4320/64, a discriminação da despesa far-se-á, no mínimo, por elementos.
- f) Publicidade- esse princípio define que o conteúdo orçamentário deve ser divulgado através de veículos de comunicação oficiais do governo, divulgação esta para conhecimento público, para a eficácia de sua validade.
- g) Equilíbrio- por esse princípio se entende que, em cada exercício financeiro o montante da despesa não deve ultrapassar a receita prevista para o período. O equilíbrio não é regra rígida, embora a idéia de equilibrar receitas e despesas continue sendo perseguida a médio ou longo prazos.

Para SANT'ANA e SILVA , apud GIACOMONI (1998. p.65), “estes princípios podem ser úteis como meio de se estudar alguns aspectos do processo orçamentário. Se considerados, todavia, como mandamentos, são completamente irrealis. Os governos com excelentes sistemas orçamentários violam essas regras com bastante frequência”.

Como visto, os princípios orçamentários servem de norte à elaboração do orçamento, definindo regras que devem ser observadas pela Administração Pública. No entanto, tão importante quanto observar os princípios no processo de elaboração do orçamento, é o cumprimento de normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal que se verá a seguir.

2.1.3.5 Princípios e responsabilidade na gestão fiscal

A crise econômica, evidenciada pelo esgotamento da estratégia de desenvolvimento que vinha sendo praticada no país, a crise fiscal, manifesta na perda da capacidade financeira do Estado para atender aos anseios, necessidades e demandas da população e a crise da Administração Pública, cujo modo de funcionamento foi considerado incompatível com as exigências dos tempos modernos, motivou o surgimento em 05 de maio de 2000 da Lei Complementar 101, denominada de Lei Responsabilidade Fiscal, com o objetivo de provocar uma profunda mudança no comportamento dos administradores públicos.

Com esta lei, entrou em vigência novas normas, limites e condições relacionadas à gestão financeira em todas as três esferas de governo e nos três Poderes da Federação. Em seu artigo 1º, § 1, estabeleceu os seguintes princípios de responsabilidade fiscal:

- a) ação planejada
- b) ação transparente
- c) equilíbrio das contas públicas
- d) cumprimento de metas de resultado
- e) obediência a limites e condições para realização de operações de crédito, inclusive operações por antecipação de receita orçamentária
- f) obediência a limites para a dívida consolidada
- g) obediência a limites para despesas com pessoal
- h) cumprimento de condições para geração de despesas de pessoal
- i) cumprimento de condições para geração de despesas da seguridade social (saúde, previdência e assistência social)
- j) cumprimento de condições para geração de despesas de caráter continuado
- k) cumprimento de condições para renúncia de receita"

Todos os princípios contemplados por quaisquer dispositivos legais devem ser analisados à luz do ordenamento jurídico que a eles deram legitimidade. Especialmente no que concerne aos princípios de planejamento, transparência e equilíbrio das contas públicas, é essencial que sejam considerados na interpretação dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O equilíbrio das contas públicas não se refere apenas à relação entre as receitas e despesas constantes do orçamento. Integra também a busca de equilíbrio na execução orçamentária, entre os valores orçados e a disponibilidade financeira. Além disso, é primordial que se estabeleça a relação entre o montante da dívida, a assunção de obrigações e a capacidade de pagamento.

Transparência significa divulgar amplamente, de forma inteligível e sucinta, as informações que a comunidade precisa ter para conhecer a situação fiscal do Município, do Estado ou da União: arrecadação, despesas, resultados pretendidos e alcançados, limites a serem observados, medidas adotadas para incrementar as receitas e controlar as despesas, montante da dívida (consolidada e restos a pagar) e sua variação, entre outras informações.

Uma das grandes inovações da Lei de Responsabilidade Fiscal é a determinação de avaliação bimestral do cumprimento da meta de resultado primário e a instituição de um mecanismo de acionamento obrigatório para limitar a realização de despesas.

As dívidas consolidadas e mobiliárias e as operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária (ARO), estão sujeitas a limites, a serem verificados periodicamente. De acordo com CHALFUN (2001, p.7):

a LRF não se restringe ao tratamento do equilíbrio entre as receitas e despesas, no curto prazo. Ela trata com igual ênfase o endividamento, que só poderá ser equacionado no longo prazo. Entretanto, o enfoque gradualista adotado para a obtenção do equilíbrio das contas públicas consolidadas, no longo prazo, demonstra o entendimento do legislador de que as mudanças necessárias devem iniciar-se desde já e serem contínuas e progressivas no tempo.

Depreende-se, da citação acima, que a Lei de Responsabilidade Fiscal é abrangente, visto que prevê não somente o tratamento do equilíbrio entre as receitas e despesas, mas também a questão do endividamento, analisado a longo prazo. Desta forma, contempla o aspecto contínuo e progressivo das mudanças que se fazem necessárias para a obtenção do equilíbrio das contas públicas.

Outra grande inovação estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal refere-se aos limites máximos para a despesa total com pessoal de cada poder e órgão. No âmbito municipal, o

limite para a despesa foi fixado em 60% da receita corrente líquida. Pela LRF, o Executivo está limitado em seus gastos com pessoal em 54% da receita e o Legislativo em 6%.

Conforme disposto no art. 14 da LRF, a concessão de benefícios de natureza tributária poderá ter que ser compensada com medidas de elevação de receitas. Essas medidas deverão acompanhar o projeto de lei orçamentária.

Do mesmo modo, no caso de criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, as medidas de compensação, seja pelo aumento permanente de receitas, seja pela redução permanente de despesas, também deverá acompanhar o projeto de lei orçamentária.

Na prática, CHALFUN (2001, p. 21) afirma que:

em termos financeiros, a renúncia de receita significa uma redução de receita, o que repercute na disponibilidade de caixa, durante o período de concessão do benefício ao contribuinte, e afeta diretamente a despesa pública. As expectativas de geração futura de benefícios nem sempre se realizam, já que não se convertem, muitas vezes, em recursos financeiros apropriáveis pelos cofres públicos.

Confirma-se, assim, o aspecto dinâmico do orçamento, cujas previsões devem acompanhar as mudanças verificadas no decorrer de cada exercício administrativo-político

Ainda, de acordo com a LRF, nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem atender as exigências da Constituição Federal.

Assim, os municípios que mantiverem regimes próprios de previdência social e que quiserem conceder um novo benefício deverão realizar o cálculo atuarial, o qual incorporará esses benefícios e a compensação, que deverá ser feita para garantir o equilíbrio financeiro do sistema.

De acordo com GONÇALVES (2001, p. 21), "as autoridades e demais responsáveis pelo cumprimento das regras trazidas pela LRF estarão sujeitas às sanções do Código Penal, da Lei de Crimes Fiscais e do Decreto nº 201/67, além de outros diplomas legais."

Neste sentido, CASTRO (2000, p. 241) cita que:

A Lei de Responsabilidade Fiscal, como qualquer diploma voltado para a ação da administração pública, deve considerar a possibilidade de ter, imanente no seu desenvolvimento, processo administrativo destinado a firmar a convicção sobre determinadas condutas, como fazer declaração falsa, praticar a conduta que enseja falsidade ideológica, omitir prestação de contas, culposa ou dolosamente, entre inúmeros outros fatos. Por esse motivo, deve-se reconhecer a conexão íntima entre a Lei de Responsabilidade Fiscal e o processo administrativo, que muitas vezes precederá qualquer ação judicial.

Extrapolando as idéias referenciadas em relação ao orçamento, a seguir são apresentados elementos do ciclo orçamentário, para que se compreenda a forma de elaboração de um orçamento e a determinação de seus pressupostos básicos.

2.1.3.6 Ciclo orçamentário

SILVA (1996, p.71) afirma que "o ciclo orçamentário corresponde ao período em que se processam as atividades peculiares do processo orçamentário, definindo-se como uma série de etapas que se repetem em períodos prefixados, segundo os quais os orçamentos são preparados, votados, executados, os resultados avaliados e as contas finalmente aprovadas." Explica ainda que "o ciclo orçamentário não se confunde com o exercício financeiro, pois este corresponde a uma das fases do ciclo, ou seja, à execução do orçamento, tendo em vista que a fase de preparação da proposta orçamentária e sua elaboração legislativa precedem o exercício financeiro, e a fase de avaliação e prestação de contas ultrapassa-o."

FILLELINI (1994, p.161) cita que "o ciclo orçamentário é o nome dado ao processo contínuo pelo qual os gastos para projetos e programas são propostos, aprovados e, finalmente, executados, contendo quatro fases distintas: formulação e apresentação pelo Executivo, autorização do Legislativo, execução, controle e auditoria."

No regime político brasileiro, o ciclo orçamentário é dividido em quatro fases principais a saber: elaboração; estudo e votação; execução; e tomada de contas e fiscalização

- a) Elaboração - é a fase na qual é realizada a previsão de receita e a programação das despesas de acordo com a política estabelecida. O artigo 165 da Constituição Federal estabelece a obrigatoriedade de se elaborar, obedecidos os prazos definidos em Lei Complementar o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e o Orçamento Anual.
- b) Estudo e votação - é a fase na qual é discutido e votado o orçamento pelo Legislativo. e, no caso de sua aprovação, é sancionado, promulgado e publicado.
- c) Execução - é a fase na qual é realizado o planejamento da execução para cada unidade administrativa, o recebimento da receita, o empenho, a liquidação e o pagamento da despesa, a execução dos serviços, o controle interno e a avaliação dos resultados.
- d) Tomada de contas e fiscalização - é a fase em que se realiza o exame das contas pelo Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas, na forma do artigo 74 da Constituição Federal.

As fases do ciclo orçamentário apresentadas permitem a inferência de que trata-se de um processo rigoroso, que deve contemplar efetivamente as condições necessárias para elaboração

de um orçamento no qual estejam previstas todas as possibilidades que referenciam a tarefa administrativa, no tocante aos recursos públicos.

O orçamento público deve ser elaborado, com observação das normas técnicas e legal estabelecidas através pela legislação, como será visto no próximo capítulo.

2.2 ESTRUTURA LEGAL DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Nesta seção, primeiramente são abordados os critérios de classificação das contas públicas. Na sequência é apresentado um estudo detalhado dos conceitos de receitas e despesas públicas. Além disso, faz-se uma incursão teórica nos créditos adicionais e na lei orçamentária.

2.2.1 Critérios de classificação das contas públicas

De grande importância para a compreensão do orçamento são os critérios de classificação das contas públicas. As classificações são utilizadas para facilitar e padronizar as informações que se deseja obter. Pela classificação é possível visualizar o orçamento por poder, por funções de governo, por subfunção, por programa, por categoria econômica. Desse modo, são apresentadas as classificações institucional e funcional, respectivamente, para determinar com precisão os critérios pelos quais o planejamento do orçamento deve se guiar.

a) Classificação institucional

Segundo BURKHEAD (1971, p.141), "estrutura é a disposição e/ou ordem das partes de um todo e, o conceito de institucional, no sentido restrito, é relativo a instituição, ou a instituições, pertencente ou relativo próprio a uma instituição." Exemplificando, o município é uma instituição que foi criada, estruturada e instituída com o objetivo de desenvolver ações voltadas para atender às necessidades da coletividade a que pertence.

A classificação institucional, na estrutura administrativa do setor público, compreende os órgãos setoriais e suas respectivas unidades orçamentárias. Pode, ainda, eventualmente, de acordo com o MTO 2000 - Manual de Técnicas Orçamentárias, um órgão ou uma unidade orçamentária

da classificação Institucional não corresponder a uma estrutura administrativa, como por exemplo, "as operações oficiais de créditos".

Neste contexto, verifica-se que são muitos os dispositivos legais que amparam a elaboração do orçamento como instrumento de apoio à administração pública. Para a consecução dos seus objetivos, conforme REIS (1985, p.39), "a administração organiza-se internamente, inclusive instituindo órgãos de forma descentralizada, com o fim de gerir programas descentralizados."

As Unidades Orçamentárias são, portanto, responsáveis pela execução dos projetos e atividades que lhe são consignadas no orçamento.

Denota-se, diante do exposto, que a classificação institucional considera o caráter restrito da Administração Pública, buscando delinear sua organização interna e determinar as unidades orçamentárias das quais a mesma se vale para cumprir seus objetivos.

b) Classificação funcional

De acordo com o Ministério do Planejamento e Gestão, a classificação funcional-programática representou um grande avanço na técnica de apresentação orçamentária. Ela permitiu a vinculação das dotações orçamentárias a objetivos de governo que, por sua vez, eram viabilizados pelos programas de governo. Esse enfoque permitiu uma visão do "que o governo faz, o que tinha significado bastante diferente do critério anterior que visualizava o "que o governo comprava."

A partir do orçamento do ano 2000, diversas modificações foram estabelecidas na classificação vigente, procurando-se privilegiar o aspecto gerencial do orçamento, com adoção de práticas simplificadoras e descentralizadoras. O eixo principal dessas modificações foi a interligação entre o Planejamento (Plano Plurianual - PPA) e o Orçamento, por intermédio da criação de Programas para todas as ações de governo, com um gerente responsável por metas e resultados concretos para a sociedade.

Assim, uma vez definido o programa e suas respectivas ações, classifica-se a despesa de acordo com a especificidade de seu conteúdo e produto, em uma subfunção, independente de sua

relação institucional, ou seja, independente de qual Ministério/Órgão esteja localizada aquela ação.

Com o Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998, e as Portarias nº 117 e 51, respectivamente, de 12 de novembro e 18 de novembro de 1998, ambos do Ministério do Planejamento e Orçamento, foram introduzidas substanciais modificações no processo de planejamento e orçamento do setor público, que entrou em vigor com o orçamento de 2000.

O Decreto nº 2.829 estabeleceu normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União. A Portaria nº 117/98, substituída posteriormente pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, com a preservação dos seus fundamentos, atualizou a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º do artº 2º e § 2º do artº 8º, ambos da Lei nº 4.320, ou seja, revogou a Portaria nº 9, de 28 de janeiro de 1974 (classificação funcional-programática). A Portaria nº 51/98 instituiu o cadastramento dos projetos e atividades constantes do orçamento da União.

Segundo o art. 6º da Portaria 42, o seu disposto aplica-se aos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2000 e seguintes, e aos Municípios a partir do exercício financeiro de 2002.

Este dispositivo legal define as funções orçamentárias de forma a contemplar as especificidades do plano Plurianual, visando o atendimento das necessidades administrativas de previsão orçamentária.

A Portaria nº 42 procura definir os componentes essenciais desta classificação funcional. Neste sentido, define *Função* como o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público; *Subfunção*, como uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público; *Programa*, como o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual; e *Projeto*, como um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

Este mesmo documento legal define a *atividade* como um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação

de governo; e *Operações Especiais*, como as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Observa-se que a função é a divisão principal das ações de responsabilidade do governo, que apresenta dados úteis sobre os fins para os quais se utiliza a despesa pública e, independe de qual unidade administrativa será responsável pelo desembolso do dinheiro. Trata-se do nível máximo de agregação para informação que visa o planejamento.

A classificação das contas públicas é da máxima relevância para que se possa examinar as receitas e despesas, de forma a distribuí-las no orçamento da administração pública. No tópico seguinte, apresenta-se o conceito e a classificação das receitas públicas.

2.2.2 Receitas públicas

Neste tópico, apresenta-se o conceito e a classificação das receitas públicas, com vistas à ampliação do entendimento de sua adequação na composição do orçamento público.

2.2.2.1 Conceito

SILVA (1996, p.85) observa que, “para fazer face as suas necessidades, cumprindo suas precípuas funções, o Estado dispõe de recursos ou rendas que lhe são entregues através da contribuição das coletividades” Afirma que “o conjunto desses recursos constitui a denominada receita pública e com ela o Estado vai enfrentar todos os encargos com a manutenção da sua organização, com o custeio de seus serviços, com a segurança de sua soberania, com as iniciativas de fomento e desenvolvimento econômico e social e com o seu próprio patrimônio.”

Assim, percebe-se pelo conceito apresentado, que a receita pública configura-se como a base da gestão financeira da Administração Pública que deve ser estruturada no sentido de obter o máximo de recursos financeiros para que o governo possa atingir seus objetivos, qual seja a satisfação das necessidades públicas.

KOHAMA (1996, p.85) menciona que:

entende-se por receita pública todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado através de numerário ou outros bens representativos de valores – que o governo tem o direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos de que derivem direitos a favor do Estado -, quer

seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencerem.

ANDRADE (1981, p.73) define a receita pública como " o conjunto de recursos que o Estado auferir de todas as suas fontes produtivas para com elas fazer face às despesas públicas".

Verifica-se, então, a importância da receita pública na determinação do sucesso de uma administração, à vista dos conceitos apresentados. Desta forma, evidencia-se a classificação das receitas com a finalidade de ampliar a compreensão a respeito do assunto.

Classificação econômica

De acordo com a classificação econômica, amparada pela Lei 4.320/64, as receitas dividem-se em orçamentárias e extra-orçamentárias.

a) Receitas Orçamentárias

São aquelas que devem ser devidamente discriminadas nos Anexos da Lei 4.320/64, que integra o orçamento público. São classificadas segundo as categorias econômicas em Receitas Correntes e Receitas de Capital

A Lei Federal 4.320/64 classifica as Receitas de acordo com sua identidade econômica.

No que concerne às receitas correntes, diz o parágrafo 1º, art. 11, da referida lei:

§ 1º. – São Receitas Correntes, as receitas tributárias, patrimonial, industrial e diversas e ainda as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.

Como se observa, o produto das receitas correntes pode ser aplicado em despesas de manutenção e funcionamento da Administração Pública, sem no entanto vedar a sua aplicação em bens de capital.

No que diz respeito às receitas de capital, o § 2º do referido artigo assim dispõe:

§ 2º – São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros de constituição de dívidas; da conversão em espécie de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superávit do orçamento corrente.

Ao contrário das receitas correntes, as de capital devem obrigatoriamente ser aplicadas em despesas de capital, contribuindo desta forma para o aumento do patrimônio público.

Da mesma forma, o artigo 2, da Portaria Ministerial nº 163, estabelece que a classificação da receita, a ser utilizada por todos os entes da Federação, deve ser o constante do seu anexo I, atualizado pela Portaria Ministerial nº 325, de 07 de agosto de 2001, que limita-se a citá-los, sem qualquer conceituação.

Estão incluídas na classificação de receitas correntes a Receita Tributária, que contempla os impostos, taxas e contribuições de melhoria; Receita de Contribuições; a Receita Patrimonial; a Receita Agropecuária; a Receita Industrial; a Receita de Serviços; e as Transferências Correntes, além de outras receitas correntes.

Como receitas de capital, compreende-se as operações de crédito; a alienação de bens; a amortização de empréstimos; as transferências de capital; e outras receitas de capital

É importante explicitar os termos constantes nos itens anteriores, de forma a ampliar o entendimento da questão:

- a) Receita Tributária – no âmbito de cada esfera governamental, é aquela oriunda de sua competência de tributar, conforme disposto na Constituição;
- b) Receita de Contribuições – é a resultante de contribuições sociais e contribuições econômicas;
- c) Receita Patrimonial – refere-se ao resultado financeiro da fruição do patrimônio, decorrente de bens mobiliários ou imobiliários, advindo de participação societária ou *superávits* apurados nas operações de bens patrimoniais;
- d) Receita Agropecuária – é a resultante das atividades ou explorações agropecuárias, envolvendo a produção vegetal e animal e seus derivados, bem como atividades de beneficiamento ou transformação desses produtos, em instalações existentes nos próprios estabelecimentos;
- e) Receita Industrial – é a proveniente de atividades industriais, definidas como tais pela Fundação IBGE, e exploradas diretamente pela entidade governamental;
- f) Receita de Serviços – são as provenientes da prestação de serviços pela entidade pública;

- g) Transferências Correntes – são as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinadas a atender as despesas correntes;
- h) Outras Receitas Correntes – são provenientes de multas, juros de mora, indenizações e restituições, receita da cobrança de dívida ativa e receitas diversas;
- i) Operações de Crédito – são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas;
- j) Alienação de Bens – é a conversão em espécie de bens e direitos;
- k) Amortização de Empréstimos – recursos provenientes do recebimento de empréstimos concedidos;
- l) Transferências de Capital – são recursos recebidos de outras pessoas de Direito Público ou Privado, destinados a atender a despesas classificáveis em despesas de capital; e
- m) Outras Receitas de Capital – constituem uma classificação genérica destinada a receber receitas de capital não especificadas em Lei.

De acordo com KOHAMA (1996, p.87), "as categorias econômicas obedecem a uma discriminação seqüencial na seguinte ordem: as categorias econômicas que são distribuídas por fontes de receitas, desdobradas em subfontes que, por sua vez, são analisadas em rubricas, alíneas e subalíneas e podem chegar a itens e sub itens."

A classificação econômica facilita as análises econômicas, possibilita determinar a participação do setor público na formação do produto interno bruto, o cálculo da renda nacional e outros índices. No âmbito federal é importantíssima, pois dará ao governo os elementos para decidir sobre o combate a inflação, permite-lhe uma visão global da conjuntura econômica, etc.

b) Receitas extra-orçamentárias

A receita extra-orçamentária corresponde àqueles ingressos de recursos que constituem exceção, e não integram o orçamento público.

Segundo KOHAMA (1996, p. 91), as receitas extra-orçamentárias compreendem "os recolhimentos feitos que constituirão compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de

autorização orçamentária e, portanto, independe de autorização legislativa". Logo, o Estado, muitas vezes, arrecada valores que, em princípio, não lhe pertencem. Figura apenas como depositário dos valores que ingressam a esse título, cuja saída obedece o mesmo critério, ou seja, despesa extra-orçamentária.

As classificações das receitas públicas, como visto, obedece as normas estabelecidas pela legislação. Da mesma forma, as despesas também devem obedecer a classificações padronizadas pela legislação, como se verá a seguir.

2.2.3 Despesas públicas

A conceituação de despesas públicas também apresenta função de relevância na determinação do orçamento como instrumento essencial da política administrativa compatível com as exigências legais e institucionais deste novo milênio. Deste modo, contempla-se a seguir o conceito de despesa pública e sua classificação.

2.2.3.1 Conceito

Segundo MEIRELLES (1981, p.247-248), despesas públicas "são todos os dispêndios que a administração faz para o custeio de seus serviços, remuneração dos servidores, aquisição de bens, execução indireta de obras e serviços e outros empreendimentos necessários à consecução de seus fins " .

Para KOHAMA (1996, p.109), "constituem despesa pública os gastos fixados na lei orçamentária ou em leis especiais e destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais e à satisfação dos compromissos da dívida pública, ou ainda à restituição ou pagamento de importâncias recebidas a título de cauções, depósitos, consignações etc."

De acordo com PERES (1997, p.45), a despesa pública "é o conjunto dos gastos que o Estado é obrigado a fazer para desempenhar as funções básicas, a ele atribuídas, que venham atender os interesses da comunidade, tanto na manutenção de serviços que beneficiem diretamente a população, quanto na implantação da infra-estrutura do desenvolvimento sócio-econômico e, também, aqueles para saldar os compromissos da dívida pública".

Percebe-se, pelos conceitos apresentados, que existe uma estreita ligação entre as despesas e as receitas, e esta deve ser preservada e, acima de tudo, perseguida pelo administrador como referência para manter o equilíbrio de sua gestão.

2.2.3.2 Classificação das despesas

De acordo com a Lei 4.320/64, as despesas podem ser divididas em orçamentárias e não-orçamentárias. A classificação orçamentária da despesa, também denominada de classificação econômica, obedece os ditames da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. São assim chamadas de "classificação econômica" por observarem as conceituações econômicas na elaboração do sistema de contas nacionais.

a) Despesa orçamentária

Despesa orçamentária, de acordo com KOHAMA (1996, p.110), "é aquela cuja realização depende de autorização do legislativo. Não se pode realizar sem crédito orçamentário correspondente, em outras palavras, é a que integra o orçamento, discriminada e fixada no orçamento público".

SILVA (1996, p.104) observa que "despesa orçamentária é a despesa que integra o orçamento, ou seja, aquela que deriva da lei orçamentária ou dos créditos adicionais."

Assim, o artigo 3, da Portaria Ministerial 163, de 04 de maio de 2001, dispõe:

Art. 3º – A classificação da despesa, segundo a sua natureza, compõe-se de:

- I – categorias econômica;
- II- grupo de natureza da despesa;
- III- elemento de despesa

§ 1. A natureza da despesa será complementada pela informação denominada "modalidade de aplicação", a qual tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

§ 2. Entende-se por grupos de natureza de despesa a agregação de elementos de despesa que apresentam as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

§ 3. O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gastos, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

§ 4 – As classificações da despesa por categoria econômica, por grupo de natureza, por modalidade de aplicação e por elemento de despesa, e respectivos conceitos e/ou especificações, constam do Anexo II desta Portaria.

Quis o legislador estabelecer uma padronização para as classificações das despesas, que são aplicáveis a todas esferas de governo, uniformizando os procedimentos de execução orçamentária no âmbito a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

No que diz respeito ao Anexo II da referida Portaria, atualizada pela Portaria Ministerial nº 325, de 27 de agosto de 2001, estabelece o seguinte

A – CATEGORIAS ECONÔMICAS

3 – Despesas Correntes

4 --Despesas de Capital

B – GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

1- Pessoal e Encargos Sociais

2 - Juros e Encargos da Dívida

3 - Outras Despesas Correntes

4 - Investimentos

5 – Inversões Financeiras

6 - Amortização da Dívida

C – MODALIDADES DE APLICAÇÃO

20 – Transferências à União

30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal

40 – Transferências a Municípios

50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos

70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais

80 – Transferências ao Exterior

90 – Aplicações Diretas

99 – A Definir

As despesas correntes são recursos destinados à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração pública. Classificam-se nesta categoria as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Por sua vez, as despesas de capital são dotações que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Os grupos de natureza de despesa vieram substituir as antigas subcategorias econômicas, denominadas de despesas de custeio e transferências correntes, por Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Outras Receitas Correntes, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida, que apresentam certas semelhanças quanto ao objeto de gastos.

A classificação em nível de Modalidades de Aplicação representa, além das aplicações diretas pela unidade orçamentária no âmbito da mesma esfera de governo, as transferências intergovernamentais, que consistem no repasse de recursos financeiros entre os diversos entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta

A presente classificação deve ser utilizada por todos os entes da Federação, quando da elaboração dos orçamentos e balanços. Entretanto, quando envolver movimentações financeiras, há que se observar aquelas que não são incluídas no orçamento, chamadas de despesas extra-orçamentárias que serão objeto da análise a seguir.

b) Despesas Extra-orçamentárias

Da mesma forma que as receitas, as despesas também se classificam em extra-orçamentárias, representando a saída de recursos financeiros que não transitaram pelo orçamento.

Segundo SILVA (1996, p.104), despesa extra-orçamentária é:

a despesa que não consta da lei do orçamento, compreendendo as diversas saídas de numerários decorrentes do levantamento de depósitos, cauções, pagamento de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação da receita, bem como de quaisquer valores que se revistam de características de simples transitoriedade, recebidos anteriormente e que na oportunidade, constituíram receitas extra-orçamentárias.

Infere-se do exposto que as despesas extra-orçamentárias não passam pelo orçamento. Existe a necessidade de prestação de contas, inerente a todo ato administrativo público, mas o caráter complementar deste tipo de despesas não as incluem no orçamento.

Nesta mesma perspectiva, LEMES (1991, p.81) diz que:

são despesas extra-orçamentárias os pagamentos que não dependem de autorização legislativa, por não estarem vinculados ao orçamento propriamente dito, são saídas do passivo, compensatórias de entradas no ativo provenientes de receitas também extra-orçamentária do tipo devolução de cauções, fianças, restituições, salários não reclamados e outros

Desta forma, pode-se afirmar que as despesas extra-orçamentárias não impactam a gestão orçamentária da entidade pública, nem influenciam o seu patrimônio. Assim, KOHAMA (1996, p.110) destaca que:

despesa extra-orçamentária é aquela paga à margem da lei orçamentária e, portanto, independe de autorização legislativa, pois se constitui em saídas de passivo financeiro, compensatórias de entradas no ativo financeiro, oriundas de receitas extra-orçamentárias, correspondendo à restituição ou entrega de valores recebidos, como cauções, depósitos, consignações e outros.

Vale ressaltar a questão da não-obrigatoriedade da autorização legislativa, em virtude de as mesmas não representarem efetivamente despesas da entidade. Durante a execução do orçamento, ocorrem alterações nas dotações originalmente orçadas, que se processam, como se verá a seguir, através dos créditos adicionais.

2.2.4 Créditos adicionais

Após a análise detalhada das receitas e despesas, é importante verificar também a questão dos créditos adicionais, pela importância que assumem diante da estreita relação que possuem com o orçamento.

KOHAMA (1996, p.192) observa que os créditos adicionais “são valores que se adicionam ou acrescem ao orçamento, quer como reforço de dotações existentes, quer como dotações destinadas à cobertura de encargos provenientes da criação de novos serviços, ou ainda, para atender a despesas imprevisíveis e urgentes”.

O art. 40 da Lei Federal nº. 4.320/64, assim dispõe sobre os créditos adicionais:

Art. 40 – São créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Assim, nota-se que os créditos adicionais são instrumentos que permitem que o orçamento seja alterado, de acordo com a ocorrência de fatos que extrapolem o previsto quando da elaboração do mesmo.

Determinada a importância que os créditos adicionais assumem diante da elaboração do orçamento público, importa oferecer a classificação dos mesmos, com vistas a explicitar o assunto. Diante das mais diversas situações da disposição orçamentária, faz-se necessário definir qual tipo de crédito será aberto, como se verá a seguir.

2.2.4.1 Tipos de créditos adicionais

De acordo com o art. 41 da Lei 4.320/64, os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários. Por créditos suplementares, entende-se o momento "quando os créditos orçamentários, inclusive os créditos especiais, abertos e aditados ao

orçamento anual, são ou se tornam insuficientes, a legislação autoriza a abertura de créditos suplementares, que são destinados a reforço das dotações orçamentárias."

Os créditos especiais são "os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica." Por sua vez, os créditos extraordinários são os "destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, em caso de guerra, comoção interina ou calamidade pública."

Depreende-se, da classificação apresentada, que os créditos adicionais representam uma forma de previsão de fatos futuros inesperados ou de inadequação da dotação realizada na ocasião da elaboração do orçamento anual.

2.2.4.2 Indicação de recursos

O art. 43 da Lei 4320 estabelece a necessidade da existência de recursos disponíveis para ocorrer a abertura dos créditos suplementares e especiais. De acordo com o § 1º os seguintes recursos podem ser utilizados na abertura dos créditos adicionais:

- a) Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, que é a diferença positiva entre o ativo e passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações a eles vinculados;
- b) Os provenientes de excesso de arrecadação, em decorrência da existência de saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício;
- c) Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- d) O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite o Poder Executivo realizá-las: é preciso que as operações de crédito sejam autorizadas de tal modo que os compromissos possam ser satisfeitos, em termos de principal e juros, sem que o crédito do Poder Público fique abalado.

O recurso previsto na letra "c" é o mais utilizado para abertura dos créditos adicionais, chegando em alguns casos a alterar totalmente o inicialmente previsto. A não utilização deste

recurso de forma criteriosa pode sepultar, em especial nos pequenos municípios, a função de planejamento operacional que o orçamento público deve desempenhar.

De acordo com a legislação em vigor, os créditos adicionais deverão ser abertos por decreto. Os créditos adicionais suplementares e especiais dependem de prévia autorização legislativa. Já os créditos extraordinários, pela sua natureza, serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo. MACHADO JR. e REIS (1997, p. 78), comentando a Lei 4.320/64, p.101, afirmam que

é fácil compreender a exceção aberta à regra da prévia autorização legal na abertura dos créditos extraordinários. Não exclui a lei, entretanto, o imediato envio ao Legislativo do decreto respectivo. Cumpre ao Legislativo, conhecedor da emergência, julgar a ação do Chefe do Poder Executivo, sopesando as circunstâncias e zelando para evitar os excessos.

Destacam ainda que, "os créditos extraordinários independem de recursos para sua abertura. Não podem ser abertos, sem que antes o Executivo tenha decretado, com exposição justificativa, estado de calamidade ou outro de natureza idêntica, bem como não podem ser empregados em outro tipo de despesa, que não aquelas para os quais foram abertos."

Para que o orçamento possa efetivamente desempenhar a função de elo de ligação entre os sistemas de planejamento operacional e finanças, há que impor a redefinição desses conceitos. Pois atualmente durante a sua execução, o mesmo pode ser alterado sem a observância de nenhum critério, a não ser o político. Isso, evidentemente, tem levado os orçamentistas, em especial das pequenas administrações municipais, quando da elaboração da proposta, a incorreções no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais.

Verificou-se nesta seção como se pode alterar o orçamento durante a sua execução. No entanto, é importante destacar que o orçamento é aprovado através de uma lei, que se reveste de algumas características que serão descritas a seguir.

2.2.5 A lei orçamentária

Dada a importância que o orçamento assume na administração pública, deve-se analisar os múltiplos aspectos que constituem a base legal de sua regulamentação. Esta encontra-se disposta no artigo 2º da Lei 4.320/64, que preconiza:

A Lei de Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade .

Como se observa, a Lei n 4320/64, ao exigir que se evidencie na lei de orçamento o programa de trabalho do governo, automaticamente introduziu a obrigatoriedade de as administrações públicas adotarem o orçamento-programa, que se caracteriza, entre outras coisas, por traçar as metas e objetivos que se pretende realizar no período financeiro.

MACHADO JR. e REIS (1997, p.15) ressaltam que:

este artigo é de suma importância, porque nele se encontram os fundamentos da transparência orçamentária, ou seja, segundo sua linguagem, a lei de orçamento deverá evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, os quais devem ser executados por órgãos das Administrações direta e indireta.

Sugerem ainda que a redação apropriada poderia ser mais completa, alterando-se a redação de forma a explicitar: "Os orçamentos públicos conterão a receita e a despesa classificadas de forma a evidenciar as políticas e os programas de trabalho do Governo em consonância com os objetivos da entidade jurídica."

Entende-se o acréscimo sugerido pelos autores como uma melhoria ao texto legal, no sentido de transformar o orçamento em instrumento de ligação entre o planejamento operacional e as finanças , com vistas a garantir a estabilidade financeira dos municípios.

Para que se possa elaborar um orçamento de acordo com as necessidades do órgão da administração pública e dos munícipes, deve-se levar em consideração os interesses destes, mas também é necessário adequar-se aos ordenamentos legais que fundamentam a elaboração orçamentária. Neste sentido, é importante destacar os quadros que integram e acompanham a Lei Orçamentária. Os parágrafos 1º e 2º do artigo 2º Lei 4320/64 estabelecem que:

§1º - Integração a Lei de Orçamento:

- I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;
- II- Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I;
- III- Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;
- IV- Quadro das dotações da receita por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º - Acompanharão a Lei de Orçamento:

- I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;
- II- Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos 6 a 9; e
- III- Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Percebe-se, pelos elementos integrantes e acessórios da Lei Orçamentária, que a discriminação das receitas e despesas é elemento prioritário para que se possa evidenciar os dados que compõem a lei orçamentária do município. A distinção que se faz necessário estabelecer entre os dois parágrafos apresentados reside nas idéias expressas pelos verbos que iniciam os artigos: os itens I a IV integram, ou seja, são elementos constitutivos da Lei Orçamentária, enquanto os incisos I a III do § 2º, apesar de obrigatórios, são formados por quadros demonstrativos que servem de referência para complementar os elementos constituintes da lei propriamente dita.

A Portaria da Secretaria do Orçamento e Finanças - SOF nº 15, de 30 de junho de 1978, atualizada pela Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985, atualizou os anexos da Lei 4.320/64 que passaram a integrar a lei do orçamento, sendo formada por vários adendos. Compreendem a demonstração da receita e da despesa, segundo as categorias econômicas; o resumo geral da receita e da despesa; a natureza da despesa, o programa de trabalho, com as respectivas funções, programas e subprogramas por projetos e atividades, conforme o vínculo com os recursos; e o demonstrativo da despesa por órgãos e funções

A referida portaria estabeleceu ainda que o quadro que constitui o Adendo III - relacionado à despesa-, deverá ser elaborado por Unidade Orçamentária e consolidado por órgão geral para toda a administração. Desta forma, o ordenamento legal procura consolidar o orçamento como um importante instrumento de controle para a administração pública, revestindo-se de tal transparência que aprofunde os princípios básicos da administração.

Conhecida a estrutura do orçamento público no Brasil segundo a legislação, é importante discutir o papel do orçamento-programa como instrumento de ligação entre os sistemas de planejamento e de finanças, que se verá no próximo capítulo.

2.3 O ORÇAMENTO-PROGRAMA COMO ELO DE LIGAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

O presente capítulo aborda a importância que o planejamento assume nos órgãos de administração, perpassando o conceito e a classificação do mesmo. Dentro deste contexto insere-se o orçamento como um plano de governo, imprescindível para o bom desempenho do

administrador público. Por último, aborda-se o orçamento como instrumento de planejamento econômico-financeiro e administrativo.

2.3.1 Planejamento

MAXIMIANO (1986, p.81) afirma que, "seja o futuro previsível ou incerto, é preciso preparação para enfrentá-lo, visando assumir os riscos certos e aproveitar as oportunidades que ele oferece, tornando-o mais favorável. O modo de alcançar essa preparação chama-se planejamento".

Planejar é decidir, antecipadamente, o que se quer alcançar, de que maneira fazer, quando e para quem fazer. SILVA (1996, p.25) observa que "o planejamento é entendido como um processo racional para definir objetivos e determinar os meios para alcançá-los." Ao enumerar as características que devem ser obedecidas pelo planejamento, destaca que o mesmo:

- é anterior à realização do empreendimento;
- requer a definição clara dos objetivos para a ação;
- exige quantificação e valoração (orçamento);
- requer base técnica (método)
- exige um trabalho integrado.

De acordo com as características apontadas, percebe-se que o planejamento é um instrumento de vital importância para a tomada de decisões administrativas.

Os autores que versam sobre o tema apontam duas classificações para o planejamento: estratégico e operacional. Segundo MAXIMIANO (1986, p.101), "a definição de objetivos para a organização, no que diz respeito às suas relações com o ambiente e ao emprego de seus recursos, chama-se planejamento estratégico." MONTANA e CHARMON (1999, p;104) afirmam que "esse nível de planejamento examina as questões principais, olha o ambiente externo para se assegurar de que a abordagem é realista, e determinam um rumo amplo e generalizado para a organização."

SILVA (1996, p.30) menciona que "o governo deve pôr em realce quatro elementos principais na definição do objetivo e da natureza." Tais elementos são os que seguem:

- a importância da reflexão, essencialmente qualitativa, no futuro a longo prazo;
- a concentração da análise dos fatores essenciais das atividades-fins da administração pública;
- a natureza estratégica das decisões a tomar, decisões que comprometem de modo quase irreversível o futuro da Nação;
- o predomínio do processo sobre os planos que dele derivam.

Assim, depreende-se da conceituação e características apresentadas, que o planejamento estratégico compreende todos os aspectos fundamentais para que se possa estabelecer as bases de uma administração segura, amparada em fundamentos legais sólidos e em uma proposta de trabalho que privilegie sobretudo o estabelecimento de metas a serem concretizadas, de forma a garantir a eficácia da gestão administrativa pública.

No que diz respeito ao planejamento operacional, SILVA (1996, p.29) afirma que:

diretrizes e intenções presentes que, com base na situação atual e tendo em vista os recursos disponíveis, procura maximizar os resultados no período. O propósito do plano operacional é medir a eficiência de cada unidade administrativa e globalmente do Governo.

Assim, a atividade desenvolvida no plano operacional preocupa-se em dimensionar os problemas e os recursos, e formular, a partir de uma solução técnica e uma opção política, os objetivos e metas a serem alcançados a curto prazo.

Para MONTANA e CHARMON (1999, p.93), "o primeiro passo no planejamento operacional é definir as metas, que é o resultado esperado no final de um ciclo orçamentário. Uma vez definidas as metas, deve-se estruturar a organização da melhor maneira possível para atingir as metas e os objetivos propostos."

Quanto à finalidade do orçamento, MAXIMIANO (1986, p.30) menciona que:

o processo de planejamento operacional tem por finalidade definir tarefas a serem executadas por uma unidade organizacional. Enquanto o planejamento estratégico lida com a definição de pessoas e mercados, o planejamento operacional procura definir exatamente o que as pessoas irão fazer.

Torna-se fundamental, portanto, o conhecimento da realidade setorial que pode ser assim detalhada através da identificação das necessidades e dos recursos.

No primeiro aspecto, o plano operacional deve identificar as necessidades com que se defronta a comunidade e a forma de satisfazê-las. Para isso é necessário conhecer o estágio atual em que se encontra o setor, concluindo pela determinação do nível atual de satisfação de necessidades, pelo dimensionamento dos déficits e pela definição dos padrões de atendimento requeridos (prestação de serviços públicos, capacidade industrial etc).

No segundo aspecto, o plano operacional deve conhecer os recursos reais disponíveis, sejam humanos, materiais, de equipamentos ou de tecnologia, para atender o desenvolvimento dos programas em determinado tempo.

A variável tempo pode limitar o atingimento dos objetivos no lapso anual. Neste caso as alternativas serão:

- diminuir o ritmo da ação atual que leva à postergação na realização dos objetivos;
- proceder uma combinação eficiente dos fatores, de modo a elevar a eficácia da ação; e
- aumentar os recursos reais alocados ao setor, caso possa ocorrer fácil mobilidade dos mesmos.

Enquanto o planejamento estratégico consiste na formulação de objetivos da organização em relação a seu ambiente, o operacional objetiva definir as metas a serem executadas. Neste contexto, em seguida faz-se uma discussão teórica da utilização do orçamento como um plano de governo.

2.3.2 O orçamento como um plano de governo

Modernamente, o orçamento deve ser entendido como um plano que expressa em termos físicos e financeiros, para um período de tempo definido, o programa de operações do governo, os recursos a serem utilizados no seu desenvolvimento e os meios de seu financiamento.

Para SILVA (1996, p.32), "a existência de um plano de desenvolvimento concebido em função de uma estratégia geral voltada para tornar realidade uma imagem para o país é da responsabilidade dos órgãos políticos e deve constituir uma síntese das aspirações gerais da nacionalidade." Afirma que "é fora de dúvida que o binômio Plano-Orçamento tem a sua origem no conteúdo do Plano de Desenvolvimento e suas diretrizes, que pretendem revelar toda a ação pública necessária para atingir os objetivos de curto, médio e longo prazos."

Neste sentido, ANGÉLICO (1994, p. 23) menciona que:

a elaboração do orçamento-programa abrange as etapas do *planejamento*, que é a definição dos objetivos a atingir; da *programação*, como sendo a definição das atividades necessárias à consecução dos objetivos; do *projeto*, que é a estimação dos recursos de trabalho necessários à realização das atividades e da *orçamentação*, contendo a destinação dos recursos financeiros para pagar a utilização dos recursos de trabalho e prever as fontes dos recursos.

O orçamento-programa, reforçado pelo que determina o art. 116 da Constituição Federal de 1988, está intrinsecamente ligado ao sistema de planejamento e aos objetivos que o governo, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, pretende alcançar durante um período determinado de tempo.

Assim, o orçamento-programa pode ser definido, de acordo com ANGÉLICO (1994, p. 25), como sendo "um plano de trabalho expresso por um conjunto de ações a realizar e pela

identificação dos recursos necessários a sua execução”. Como se observa, o orçamento-programa não é apenas um documento financeiro, mas, principalmente, um instrumento de operacionalização das ações do governo para viabilizar seus projetos e atividades em consonância com os planos e diretrizes estabelecidos.

O surgimento da Lei Complementar nº 101, em maio de 2001, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, trouxe novo enfoque à gestão de recursos públicos, exigindo um aperfeiçoamento técnico da elaboração e execução do orçamento público, com ênfase para o planejamento. Ela integra os três instrumentos de planejamento, já previstos na Constituição Federal de 1988, que são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamento Anual (LOA).

CHALFUN (2001, p. 26), afirma que o Plano Plurianual:

é o instrumento para planejar as ações governamentais de caráter mais estratégico, político e de longo prazo, a ser considerado pelos administradores municipais. Hoje, pode-se entender o PPA como um instrumento que evidencia o programa de trabalho do governo e no qual se enfatizam as políticas, as diretrizes e as ações programadas a longo prazo e os respectivos objetivos a serem alcançados, devidamente quantificados fisicamente.

Por ser o documento de planejamento de médio e longo prazo, dele derivam as leis de diretrizes orçamentárias e as leis anuais. Assim tem-se:

- o Plano Plurianual (PPA) define os objetivos e metas do período;
- a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dimensiona as ações e metas físicas e financeiras de cada exercício; e
- a Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê os recursos necessários para cada ação constante da LDO.

A integração dos instrumentos de planejamento - PPA, LDO e LOA - garantirá que as ações planejadas para médio e longo prazos efetivamente orientem o administrador ao cabo de cada exercício fiscal.

Uma vez caracterizado o orçamento como um plano de governo, faz-se em seguida uma discussão do orçamento como instrumento de planejamento econômico, financeiro e administrativo.

2.3.3 O orçamento como instrumento de planejamento econômico, financeiro e administrativo

De acordo com MACHADO JR e REIS (1997, p.11), "o orçamento evoluiu para aliar-se ao planejamento, surgindo o orçamento-programa como especialização." Há mesmo uma corrente de pensamento que considera o orçamento ligado intrinsecamente ao planejamento. O orçamento não pode aparecer como subproduto do planejamento nem da contabilidade. Deve operar como ferramenta de ligação entre os sistemas de planejamento e de finanças. Com isto torna possível a operacionalização dos planos, porque os monetariza, isto é, coloca os planos em função dos recursos financeiros disponíveis. Desta forma, o orçamento permite que o planejador tenha os pés no chão, em face das disponibilidades dos recursos financeiros.

Ressaltam ainda que, "a integração planejamento/orçamento é a tônica hoje em dia, servindo como uma ferramenta capaz de consertar as distorções administrativas e remover os empecilhos institucionais que dificultam a modernização dos métodos e processos administrativos no Brasil."

Portanto, o orçamento é uma técnica cujo maior significado moderno consiste precisamente em ligar os sistemas de planejamento e finanças pela expressão quantitativa financeira e física dos programas de trabalho do Governo, valendo este conceito também para o orçamento empresarial.

MACHADO JR. e REIS (1997, p. 13) citam que:

o orçamento é mais que uma consolidação de planos físicos e de recursos das mais variadas naturezas; é um instrumento de trabalho. Neste sentido, é possível utilizar o orçamento como meio de descentralização administrativa, de delegação de competência e de apuração de responsabilidades, não só da organização, mas também dos gestores, de modo que a sua aprovação signifique a autorização para a ação e, concomitantemente, o início do processo de controle.

Assim, o orçamento-programa é essencialmente um instrumento de planejamento a curto prazo, na perspectiva econômico-financeira e administrativa. De planejamento econômico, porque o governo poderá influir através da despesa ou da receita, e ainda de crédito, na atividade econômica. Trata-se aqui, particularmente, de um instrumento utilizado pelos governos nacionais, que têm responsabilidades amplas.

De planejamento financeiro, porque o orçamento-programa é talvez o mais valioso instrumento de que uma entidade pública, especialmente um município, dispõe para programar as atividades de sua administração, em conformidade com os ingressos de numerário.

De planejamento administrativo, porque no orçamento-programa a administração pública poderá espelhar as obras e demais atividades administrativas que pretende realizar dentro do exercício financeiro. A administração poderá ter um plano de trabalho a longo prazo abrangendo todo o período de um governo, parcelando esse plano ano a ano, de acordo com a realidade da receita, dos recursos humanos e materiais disponíveis.

Verifica-se assim, que o orçamento público serve de importante instrumento de planejamento econômico, financeiro e administrativo, contribuindo dessa forma para que a administração pública possa cumprir com sua finalidade objetivando a satisfação das necessidades públicas, inter-relacionando-se com o processo orçamentário e o controle das finanças.

Terminada a revisão bibliográfica, onde procurou-se estudar a fundamentação teórica da gestão orçamentária, a estrutura do orçamento público no Brasil segundo a legislação e sua interação com os sistemas de planejamento e finanças, aborda-se no próximo capítulo a análise do orçamento como elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças nos municípios do Vale do Ivaí/PR, objeto da presente pesquisa.

3 ANÁLISE DO ORÇAMENTO COMO ELO DE LIGAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO OPERACIONAL E AS FINANÇAS NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ / PR

Direcionando a pesquisa de campo para o objetivo geral do trabalho, que é verificar se o orçamento na administração pública municipal está servindo como elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças nos municípios da região do vale do Ivaí, é importante apresentar dados históricos, geográficos e econômicos da região.

No que diz respeito especificamente à análise dos dados coletados, estes foram organizados em três partes: a análise individual de cada município, na perspectiva da execução orçamentária e um comparativo entre as metas orçadas com as realizadas; e uma análise conjunta dos municípios; e as conclusões resultantes da análise da situação dos municípios estudados.

3.1 ALGUNS DADOS SOBRE O ESTADO DO PARANÁ

De acordo com MICHAEL (1969, p.13), "o atual estado do Paraná que até 1853 constituía a 5ª comarca de São Paulo, teve como quase todo o Brasil, uma população indígena pré-cabralina, relativamente aos mais densos." WACHOWITZ (!988, p.8) ressalta que "a imensa influência que o paranaense recebeu do indígena, quer em sua atividade diária, ou em seus usos e costumes, quer como a influência étnica, vocabulário e alimentação."

Sobre sua capacidade de evolução, VANZELA, (2.000, p.15) comenta que, "para o Estado do Paraná, desde a sua instalação em 1853, como Província, já se concebiam grandes projetos em função de sua privilegiada situação geográfica, onde já se observava que o Paraná estaria a meio termo das metrópoles do sul do Brasil e do Rio da Prata."

Entende que a médio prazo, com a consolidação do Mercosul, o Estado deverá se solidificar como área de integração de fronteiras, já ligadas por rodovias pavimentadas e pelas pontes internacionais como a Argentina e Paraguai. A malha rodoviária, com estradas pavimentadas, se estende à quase totalidade dos municípios do Estado, que conta com ferrovias, hidrovias, portos, portos secos e aeroportos. Este complexo de transportes tem contribuído para o

fortalecimento do comércio e turismo, inclusive internacional, com a exploração de hidroelétricas que além de proporcionar a auto suficiência, tem contribuído à exportação de energia para outros Estados.

De acordo com dados do IBGE, o Estado possui uma agropecuária forte, considerada das mais prósperas do país, aliado a um desenvolvimento industrial, atraindo capitais de outras regiões e países. Prova disso são os investimentos mais recentes no Estado; inclusive de montadoras de automóveis, que servirão de atrativos para outros investimentos.

Conhecidas algumas características do Paraná, aborda-se na próxima seção a região do Vale do Ivaí / PR, onde se localizam os municípios objeto da pesquisa.

3.2 A REGIÃO DO VALE DO IVAÍ

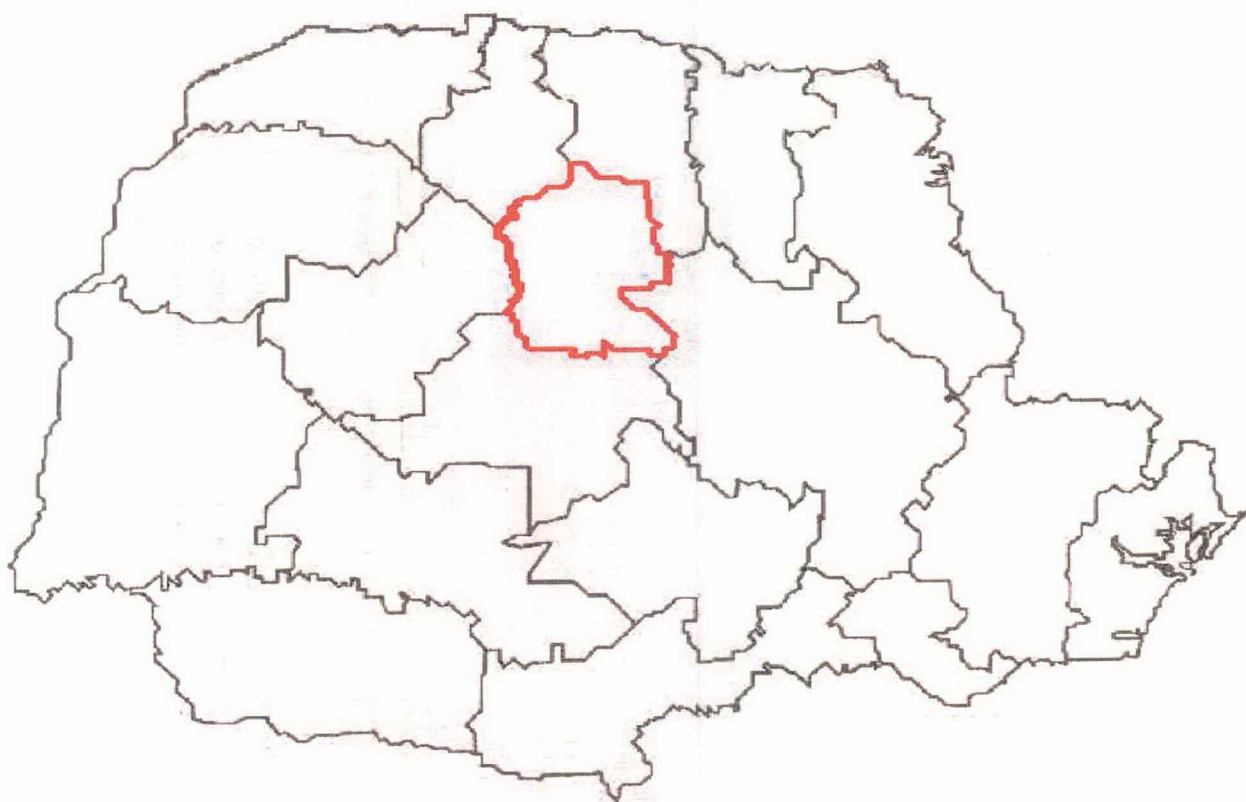
Segundo WACHOWICZ (1988, p.257-258), coube aos ingleses fundar a Companhia de Terras Norte do Paraná, que adquiriu inúmeras glebas. Esta companhia teve a incumbência de vender, em regime de pequenas propriedades agrícolas, os 13.166 km² de terras adquiridas de particulares e do estado do Paraná.

VANZELA(2000, p.15), explica que politicamente o Estado do Paraná é dividido em 18 micro-regiões administrativas. O desenvolvimento da micro-região do Vale do Ivaí, teve seu início com a expansão da fronteira da cafeicultura na década de 50, oriunda do Estado de São Paulo. Hoje, apesar de ainda largamente cultivado, o café não é a principal atividade agropecuária, que se diversificou na produção de outros cereais, como o milho, soja, trigo, feijão etc. A pecuária tem se fortalecido como importante bacia leiteira, de grande fornecedora de bovinos para abate, com forte presença no comércio exterior, além da avicultura, suinocultura e piscicultura.

A região possui como solo predominante, o latsolo roxo distrófico e topografia ondulada, com uma temperatura média de 22°C, o que favorece a diversificação da produção de cereais, razão pela qual, apesar do crescimento das atividades industriais, tem como predominância econômica a agropecuária. Caracteriza-se pelo emprego de moderna tecnologia, obtendo a cada ano, crescentes níveis de produtividade, colocando a Região Vale do Ivaí, em determinados produtos, especialmente a soja e milho ao nível dos países mais evoluídos.

A Região do Vale do Ivaí está localizada no centro-norte do Estado do Paraná, no terceiro planalto, com exceção dos municípios de Rosário do Ivaí, Grandes Rios e parte de Ivaiporã, conforme evidenciado na Figura 1.

FIGURA 1 - Mapa do estado do Paraná - Com destaque para a Região do Vale do Ivaí.



FONTE: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (1998)

A região do Vale do Ivaí dista aproximadamente de 300 a 400 km da capital do Estado (Curitiba), estando localizada no meio do anel de integração do Estado do Paraná, que é formado pelo grande canal de exportação, possibilitando a comercialização junto aos países do Mercosul, bem como dos portos de Paranaguá e Antonina (em processo de revitalização).

A região do Vale do Ivaí é composta de 26 municípios, ocupando uma extensão territorial de 109.669,53 km², com uma população de 328.411 habitantes, segundo o censo demográfico de 2.000. A tabela 1 apresenta a relação dos municípios que a compõem, com os números que indicam a população em 1991 e a população estimada para 2000.

Tabela 1 - População da região do vale do Ivaí em 1991 e 2000

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO DE 1991	POPULAÇÃO DE 2000
Apucarana	95.064	107.819
Arapuã	0	4.176
Ariranha do Ivaí	0	2882
Bom Sucesso	7.116	6.173
Borrazópolis	11.481	9.451
Califórnia	7.329	7.678
Cambira	9.793	6.660
Cruzmaltina	0	3.459
Faxinal	19.926	15.601
Godoy Moreira	5.294	3.832
Grandes Rios	12.156	7.867
Jandaia do Sul	18.574	19.672
Jardim Alegre	20.446	13.677
Kaloré	6.568	5.044
Ivaiporã	45.564	32.245
Lidianópolis	4.459	4.781
Lunardelli	7.533	5.664
Marilândia do Sul	13.764	9.073
Marumbi	5.007	4.611
Mauá da Serra	5.146	6.467
Novo Itacolomi	2.998	2.869
Rio Bom	4.197	3.542
Rio Branco do Ivaí	0	3.754
Rosário do Ivaí	0	6.584
São João do Ivaí	16.663	13.194
São Pedro do Ivaí	9.333	9.452
TOTAL	328.411	316.224

FONTES: IPARDES- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (1998) e IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico (2000)

Percebe-se que, de acordo com os dados de 1991, Apucarana é o município com maior número de habitantes, e Novo Itacolomi o município menos populoso. A população referente ao ano de 2000, apesar de terem sido criados 5 novos municípios, mostra uma tendência de que está diminuindo. Os municípios de Arapuã, Ariranha do Ivaí, Cruzmaltina, Rio Branco do Ivaí e Rosário do Ivaí, emancipados em 1995, à exceção de Ariranha do Ivaí, que foi transformado em município no ano de 1996, não representam um acréscimo populacional, à medida em que foram desmembrados dos outros municípios da região.

Os números apontam uma diminuição de 328.411, em 1991, para 316.224 habitantes, em 2000, representando uma diferença de 12.187 habitantes, perfazendo um percentual de 0,26% de redução demográfica.

Denota-se, com diminuição da população, que o Vale do Ivaí não tem gerado renda suficiente para manter sua mão-de-obra empregada, que certamente migraram para outros Estados ou Regiões em busca de melhores condições de vida e emprego.

Na próxima seção apresenta-se os dados e análises dos orçamentos e balanços dos municípios pesquisados, com vistas a identificar se o orçamento público se configura em elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças.

3.3 O ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL X O PLANEJAMENTO OPERACIONAL E AS FINANÇAS

Nesta seção, apresenta-se primeiramente as análises individuais dos municípios de Califórnia, Cambira, Grandes Rios, Ivaiporã, Marilândia do Sul e Mauá da Serra, todos da região do Vale do Ivaí, Estado do Paraná, evidenciando a execução orçamentária e o comparativo das metas orçadas, quando da elaboração do orçamento, e as realizadas, cujos dados foram obtidos por meio do levantamento dos respectivos balanços dos exercícios de 1998, 1999 e 2000. Na seqüência, procede-se uma análise conjunta dos municípios, nestas mesmas perspectivas. Em seguida, faz-se uma incursão empírica sobre a ligação do orçamento com o planejamento operacional e as finanças

3.3.1 Análise dos dados do município de Califórnia

Nesta seção são contemplados a execução orçamentária e o comparativo entre as metas orçadas e as realizadas, dos exercícios de 1998, 1999 e 2000, do município de Califórnia.

3.3.1.1 Execução orçamentária

A execução orçamentária, que compreende a receita realizada em comparação à despesa realizada, dos exercícios de 1998, 1999 e 2000, teve o comportamento apresentado na tabela 2:

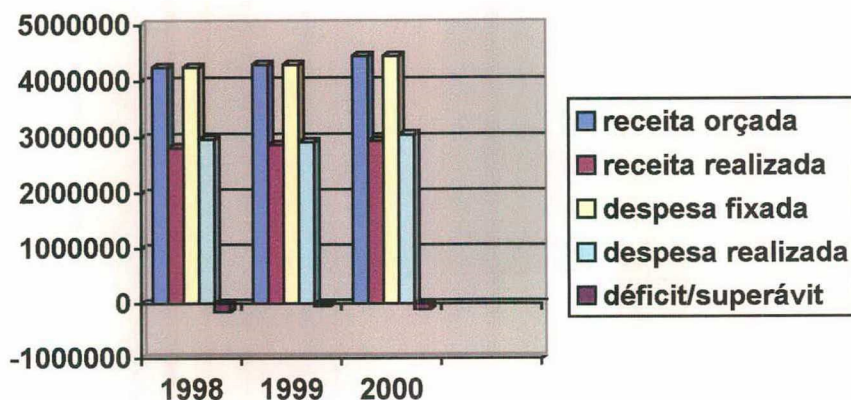
Tabela 2 - Demonstrativo da execução orçamentária de Califórnia

Especificação	Exercício de 1998	Exercício de 1999	Exercício 2000
Receita Orçada	4.250.000,00	4.300.000,00	4.450.000,00
Receita Realizada	2.813.679,00	2.867.470,00	2.941.670,00
Diferença	1.436.321,00	1.432.530,00	1.508.330,00
Despesa Fixada	4.250.000,00	4.300.000,00	4.450.000,00
Despesa Realizada	2.969.696,09	2.917.337,40	3.048.555,38
Diferença	1.280.303,91	1.382.662,60	1.401.444,62
Déficit/superávit	-156.017,09	-49.867,40	-106.885,38

Verifica-se nos três exercícios que a receita realizada foi menor que as despesas realizadas, gerando um déficit na execução orçamentária de R\$ 156.017,09, R\$ 49.867,40 e R\$ 106.885,38, o que certamente provocou endividamento do município, contribuindo para a desestabilização das finanças.

O Gráfico 1 apresenta o comparativo entre a receita e a despesa orçada e realizada no município de Califórnia, referente aos exercícios de 1998, 1999 e 2000.

Gráfico 1 - Comparativo entre receita e despesa orçadas e realizadas - Califórnia



Observa-se que nos exercícios sob análise, ocorreram déficits na previsão das receitas de 33,80%, 33,32% 33,90% e das despesas de 30,12%, 32,15% e 31,49%, em relação a sua realização.

Observa-se ainda que no exercício de 1998 foi orçada uma receita de R\$ 4.250.000,00. No entanto, arrecadou-se apenas R\$ 2.813.679,00, incorrendo em um déficit de previsão de 33,80%. Já as despesas, foram orçadas em R\$ 4.250.000,00 e realizou-se R\$ 2.969.696,09, importando em um déficit de previsão de 30,125. Para os exercícios de 1999 e 2000, também ocorreram déficits de previsões de receitas de 33,32% e 33,90% e das despesas na ordem de 32,15% e 31,49%, em relação as realizações.

Estes números indicam que nos três exercícios, o orçamento não se configurou como um instrumento de planejamento, haja vista os elevados déficits de previsões observados.

3.3.1.2 Comparativo das metas orçadas com as realizadas

As metas do município, constituídas de projetos e atividades devidamente quantificadas, foram traçadas quando da elaboração dos orçamentos. Estes valores constam nas tabelas do Anexo 1 e foram consignados na coluna *valores orçados*. Os valores constantes na coluna *realizados* foram obtidos junto aos respectivos balanços. A coluna *diferença* registra a diferença entre os valores obtidos junto ao orçamento e sua execução, não se considerando os créditos adicionais abertos durante a execução orçamentária. A coluna *variação percentual* registra o desvio percentual entre os valores orçados e os realizados.

Os dados expostos nas tabelas do Anexo 1 permitiram elaborar o resumo dos desvios das metas orçadas em relação às realizadas, durante os anos de 1998, 1999 e 2000, do município de Califórnia, compondo desta maneira a tabela 3.

Tabela 3 – Resumo dos desvios das metas orçadas em relação as realizadas de Califórnia

Intervalo de Desvio % em Relação ao orçado	1998		1999		2000	
	Quantidade De metas	% sobre o total	Quantidade de metas	% sobre o total	Quantidade de metas	% sobre o total
00,00 a 25,00	11,00	18,33	18,00	30,00	19,00	29,69
25,01 a 50,00	9,00	15,00	7,00	11,67	11,00	17,19
50,01 a 100,00	39,00	65,00	34,00	56,67	33,00	51,56
Acima de 100,00	1,00	1,67	1,00	1,66	1,00	1,56
Total	60,00	100,00	60,00	100,00	64,00	100,00

Nota-se que no exercício de 1998, 40 metas, correspondentes a 66,67% do total, tiveram uma variação de mais de 50% dos valores inicialmente orçados, comprovando assim, uma inadequação entre as metas orçadas e as realizadas. No exercício de 1999, 35 metas, correspondentes a 58,33%, tiveram desvios superiores a 50% do orçamento originalmente fixado. Houve, então, uma pequena melhoria no cumprimento das metas, elevando-se de 20 para 25 a quantidade de metas que situou-se no intervalo entre 0 e 50% de desvio na realização das metas. No exercício de 2000, 34 metas, correspondentes a 53,12% do total das metas orçadas, tiveram um desvio de mais de 50% dos valores originalmente orçados.

Para encerrar a comparação entre as metas orçadas e realizadas da administração pública municipal de Califórnia, foi preciso estabelecer a média dos resumos de desvios das metas durante os exercícios de 1998, 1999 e 2000. Esta comparação encontra-se registrada na tabela 4.

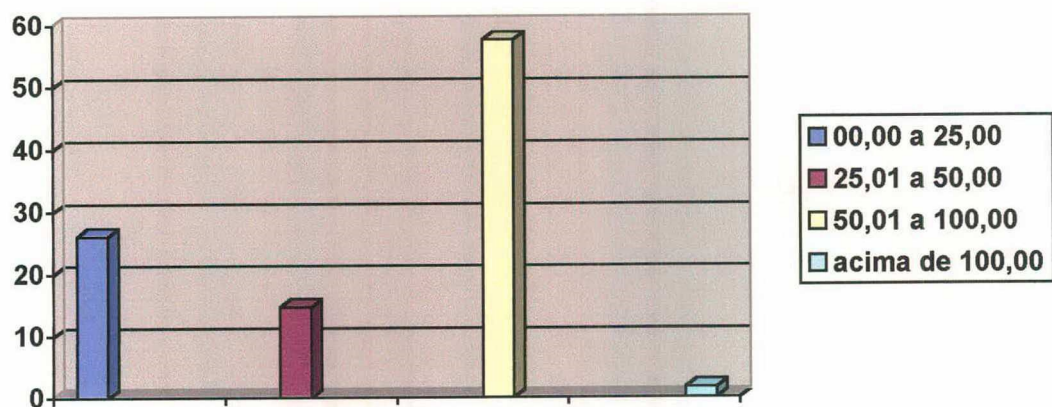
Tabela 4 - Média dos resumos dos desvios das metas orçadas em relação às realizadas de Califórnia

Intervalo de desvio % em relação ao orçado	Quantidade de metas	% sobre o total
00,00 a 25,00	16,00	26,10
25,01 a 50,00	9,00	14,68
50,01 a 100,00	35,30	57,59
Acima de 100,00	1,00	1,63
Total	61,30	100,00

Verifica-se que, em média, 59,22% das metas orçadas tiveram uma variação de mais de 50% em relação aos valores originalmente previstos.

O Gráfico 2 indica estas variações de maneira a explicitar a porcentagem de desvios sobre o total das metas orçadas.

Gráfico 2 - Média de desvios entre as metas orçadas e realizadas de Califórnia



Depreende-se que a expectativa de realização das metas orçadas não correspondeu à realidade da administração pública do município de Califórnia, uma vez que 59,22 por cento das metas situaram-se no intervalo entre 50 a 100% de variação em relação ao orçado. Com isso o orçamento deixou de se configurar como um instrumento de ligação entre o planejamento operacional e as finanças.

3.3.2 Análise dos dados do município de Cambira

Nesta seção são contemplados a execução orçamentária e o comparativo entre as metas orçadas e as realizadas do município de Cambira, também relativos aos exercícios de 1998, 1999 e 2000.

3.3.2.1 Execução orçamentária

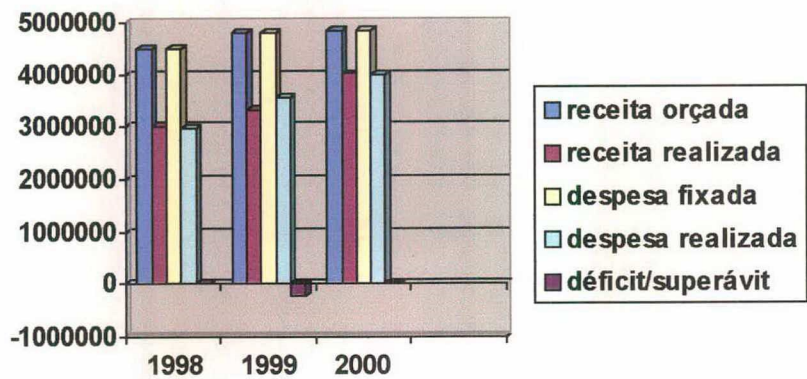
A execução orçamentária, que compreende a receita realizada em comparação com a despesa realizada, dos exercícios de 1998, 1999 e 2000 teve o comportamento apresentado na Tabela 5.

Tabela 5- Demonstrativo da execução orçamentária de Cambira

Especificação	Exercício de 1998	Exercício de 1999	Exercício 2000
Receita Orçada	4.500.000,00	4.800.000,00	4.860.000,00
Receita Realizada	3.009.697,31	3.341.249,93	4.010.981,90
Diferença	1,490,302.69	1,458.750,07	849.018,10
Despesa Fixada	4.500.000,00	4.800.000,00	4.860.000,00
Despesa Realizada	2.993.817,96	3.555.702,97	3.985.195,74
Diferença	1.506.182,04	1,244.297,03	874.804,26
Déficit/superávit	+ 15.879,35	-214.453.04	+ 25.786,16

O gráfico 3 expõe os dados constantes na Tabela 5 de maneira a visualizar a comparação entre a receita orçada e a receita realizada, a despesa realizada e os indicativos de déficit e superávit, nos exercícios correspondentes aos anos de 1998, 1999 e 2000.

Gráfico 3 - Comparativo entre receita e despesa orçadas e realizadas de Cambira



Nota-se que nos três exercícios houve déficits, tanto na previsão das receitas em relação à sua realização, como nas despesas. Em 1998, o déficit da previsão em relação as realizações das receitas e despesas foram de 33.13% e 33.47%. Nos exercícios de 1999 e 2000, os déficits foram

de 30.39% e 17.47% para as receitas e 25.92% e 18.00% para as despesas. No tocante à execução orçamentária, houve superávits nos exercícios de 1998 e 2000 na ordem de R\$ 15.879,35 e R\$ 25.786,16, respectivamente, e déficit no exercício de 1999 de R\$ 214.453,04.

3.3.2.2 Comparativo das metas orçadas com as realizadas

Resumindo-se os dados apresentados nas tabelas do Anexo 2, obtém-se os dados apresentados a seguir.

Tabela 6 -Resumo dos desvios das metas orçadas em relação às realizadas de Cambira

Intervalo de desvio % em Relação ao orçado	1998		1999		2000	
	Quantidade de metas	% sobre o total	Quantidade de metas	% sobre o total	Quantidade de metas	% sobre o total
00,00 a 25,00	20,00	24,10	23,00	26,14	34,00	41,46
25,01 a 50,00	10,00	12,05	10,00	11,36	11,00	13,42
50,01 a 100,00	52,00	62,65	51,00	57,95	35,00	42,68
Acima de 100,00	1,00	1,20	4,00	4,55	2,00	2,44
Total	83,00	100,00	88,00	100,00	82,00	100,00

Verifica-se que, de um total de 83 metas, 53, correspondentes a 63,85% do total, tiveram um desvio em relação ao orçado de mais de 50%. Os dados relativos ao exercício de 1999 evidenciam que, de um total de 88 metas, 55, correspondentes a 62,50% tiveram um desvio de mais de 50% em relação as metas orçadas. No exercício de 2000, 45,12% das metas tiveram desvios acima de 50% em relação aos valores inicialmente orçados

Finalizando o estudo comparativo referente ao município de Cambira, apresenta-se, na tabela 7, a média dos resumos dos desvios de metas durante os três exercícios destacados.

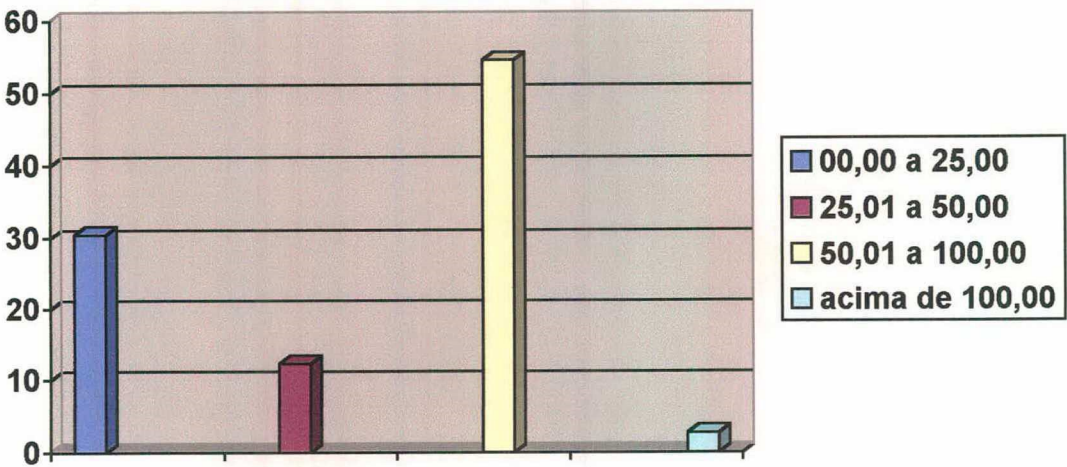
Tabela 7 Média dos resumos dos desvios das metas do município de Cambira

Intervalo de desvio % em relação ao orçado	Quantidade de metas	% sobre o total
00,00 a 25,00	25,70	30,49
25,01 a 50,00	10,30	12,22
50,01 a 100,00	46,00	54,56
Acima de 100	2,30	2,73
Total	84,30	100,00

Como se pode observar, o Município de Cambira apresenta, em média, nos três exercícios, 48,3 metas de um total de 84,3. correspondentes a 57,29% as quais tiveram um desvio acentuado de mais de 50% em relação aos valores inicialmente orçados.

O gráfico 4 permite explorar de maneira mais visível estes dados:

Gráfico 4 - Média de desvios entre as metas orçadas e realizadas nos exercícios de 1998, 1999 e 2000, referentes ao município de Cambira



Novamente, percebe-se, tal como em relação ao município de Califórnia, que os maiores desvios ocorreram nos intervalos de 50 a 100% das metas orçadas, representando uma margem muito grande de desvio no tocante à realização das metas da administração pública municipal.

3.3.3 Análise dos dados do município de Grandes Rios

Nesta seção serão contemplados a execução orçamentária e o comparativo entre as metas orçados e as realizadas dos exercícios de 1998, 1999 e 2000 do município de Grandes Rios.

3.3.3.1 Execução Orçamentária

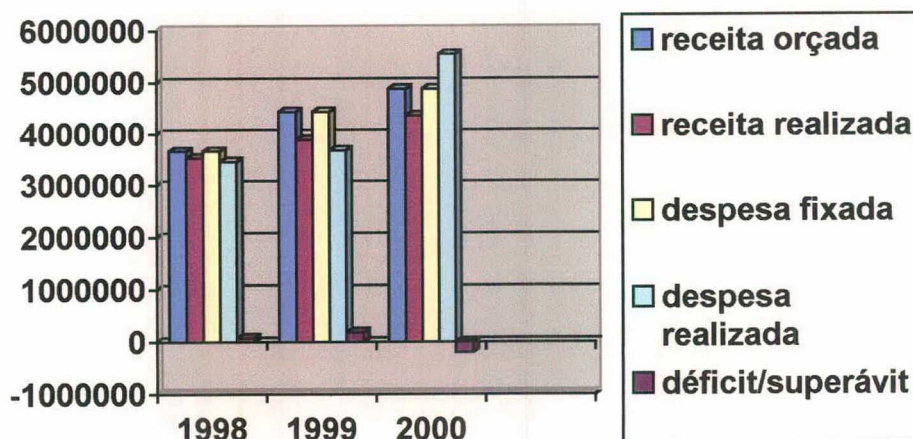
A execução orçamentária dos exercícios de 1998, 1999 e 2000, teve o comportamento apresentado na tabela 8.

Tabela 8 - Demonstrativo da execução orçamentária do município de Grandes Rios

Especificação	Exercício de 1998	Exercício de 1999	Exercício 2000
Receita Orçada	3.659.000,00	4.428.000,00	4.875.310,00
Receita Realizada	3.529.704,76	3.885.351,64	4.354.941,87
Diferença	129.295,24	542.648,36	520.368,13
Despesa Fixada	3.659.000,00	4.428.000,00	4.875.310,00
Despesa Realizada	3.453.540,79	3.675.927,78	4.546.159,62
Diferença	205.459,21	752.072,22	329.150,38
Déficit/superávit	76.163,97	209.423,86	-191.217,75

Apresentando-se estes números em forma de gráfico, obtém-se o seguinte esquema:

Gráfico 5 - Comparativo entre receita e despesa orçadas e realizadas de Grandes Rios



Nos exercícios de 1998, 1999 e 2000 ocorreram déficits nas previsões das receitas e despesas em relação à realização. Os déficits das receitas, foram, respectivamente de 3,53% 12,30% e 10,67%. Já os déficits das despesas foram de 5,62%, 16,53% e 6,75%. A execução orçamentária se mostrou superavitária nos exercícios de 1998 e 1999 em R\$ 76.163,97 e R\$ 209.423,86 e deficitária em R\$ 191.217,75 no exercício de 2.000.

3.3.2 Comparativo das metas orçadas com as realizadas

Nos três exercícios pesquisados, 1998, 1999 e 2000, foram traçadas em média 74 metas para cada ano e tiveram as execuções apontadas nas tabelas constantes nas tabelas do Anexo 3.

A Tabela 9 apresenta, de maneira explícita, o resumo dos desvios das metas orçadas em relação às realizadas, durante os exercícios de 1997, 1998 e 2000, na gestão administrativa municipal de Grandes Rios.

Tabela 9 -Resumo dos desvios das metas orçadas em relação às realizadas

Intervalo de Desvio % em Relação ao orçado	1998		1999		2000	
	Quantidade de metas	% sobre o total	Quantidade de metas	% sobre o total	Quantidade de metas	% sobre o total
00,00 a 25,00	13,00	20,31	14,00	18,92	22,00	26,19
25,01 a 50,00	9,00	14,06	13,00	17,57	17,00	20,24
50,01 a 100,00	42,00	65,63	45,00	60,81	38,00	45,24
Acima de 100,00	0,00	0,00	2,00	2,70	7,00	8,33
Total	64,00	100,00	74,00	100,00	84,00	100,00

Comprova-se, através da tabela acima, referente ao exercício de 1998, que 42 metas, correspondentes a 65,63% do total, tiveram um desvio de mais de 50% em relação ao inicialmente orçado.

De um total de 74 metas traçadas para o exercício de 1999, 47, correspondentes a 63,51%, tiveram um desvio de mais de 50% em relação aos valores originalmente orçados. Das 84 metas traçadas para o exercício de 2000, 45 delas, correspondentes a 53,57% do total, tiveram uma variação superior a 50% dos valores originalmente consignados na lei de orçamento.

Para finalizar a análise do município de Grandes Rios no tocante às metas previstas no orçamento e as efetivamente realizadas, deve-se analisar os dados constantes na tabela 10.

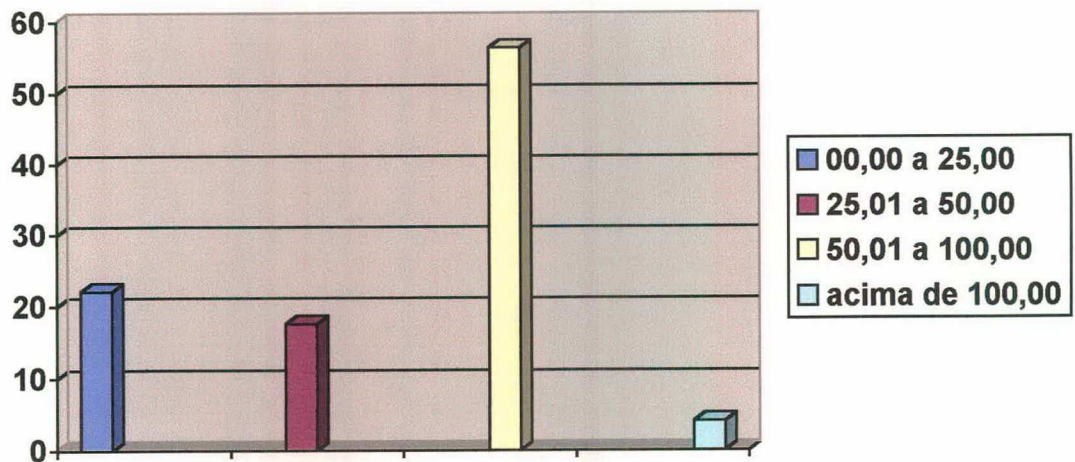
A tabela 10 apresenta o resumo dos desvios de metas, obtido a partir da comparação entre as metas apresentadas na atbela anterior.

Tabela 10- Média dos resumos dos desvios das metas de Grandes Rios

Intervalo de desvio % em relação ao orçado	Quantidade de metas	% sobre o total
00,00 a 25,00	16,30	22,03
25,01 a 50,00	13,00	17,57
50,01 a 100,00	41,70	56,35
Acima de 100	3,00	4,05
Total	74,00	100,00

Os dados indicados na tabela 10 podem ser melhor visualizados no gráfico 6:

Gráfico 6 - Média de desvios entre as metas orçadas e realizadas nos exercícios de 1998, 1999 e 2000, referentes ao município de Grandes Rios



Como se pode comprovar, em média nos exercícios de 1998, 1999 e 2000 do município de Grandes Rios, 60,4% do total das metas fixadas tiveram um desvio de mais de 50% em relação aos valores originalmente orçados.

3.3.4 Análise dos dados do município de Ivaiporã

Nesta seção serão contemplados a execução orçamentária e o comparativo entre as metas orçadas e as realizadas nos exercícios de 1998, 1999 e 2000 do município de Ivaiporã

3.3.4.1 Execução orçamentária

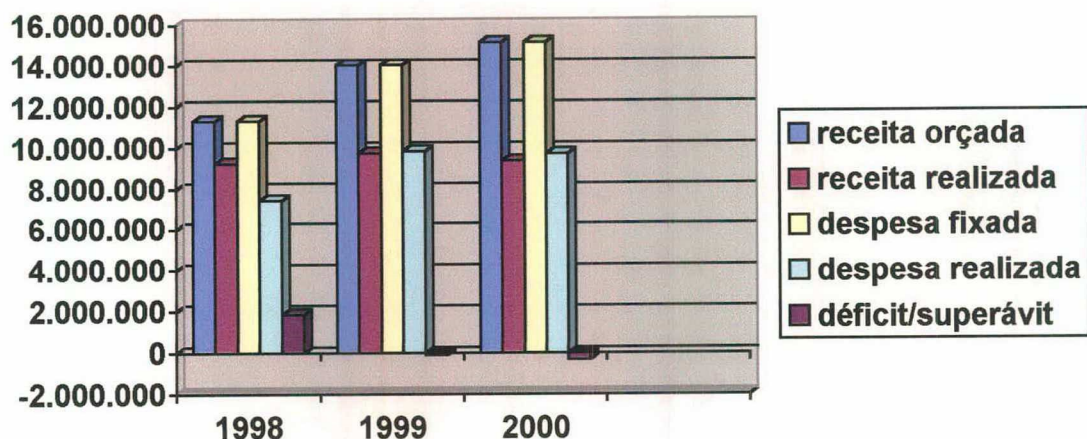
A execução orçamentária, que compreende a receita realizada em comparação com a despesa realizada, do município de Ivaiporã, nos exercícios de 1998, 1999 e 2000 teve o comportamento que pode ser evidenciado através da tabela 11.

Tabela 11- Demonstrativo da execução orçamentária de Ivaiporã

Especificação	Exercício de 1998	Exercício de 1999	Exercício de 2000
Receita Orçada	11.316.050,00	14.029.100,00	15.156.500,00
Receita Realizada	9.254.006,03	9.750.737,57	9.368.103,54
Diferença	2.062.043,97	4.278.362,43	5.788.396,46
Despesa Fixada	11.316.050,00	14.029.100,00	15.156.500,00
Despesa Realizada	7.413.984,48	9.850.625,25	9.702.408,17
Diferença	3.902.065,52	4.178.474,75	5.454.091,83
Déficit/superávit	1.840.021,55	-99.887,68	-334.304,63

Para melhor apresentar a dimensão dos desvios entre as metas realizadas e as previstas na lei orçamentária do município de Ivaiporã, apresenta-se, no gráfico 7, os números relativos à execução orçamentária do município.

Gráfico 7 - Comparativo entre receita e despesa orçadas e realizadas - Município de Ivaiporã - Exercícios de 1998, 1999 e 2000.



Observa-se, nos três exercícios, grandes déficits nas previsões das receitas e despesas em relação a sua realização. Os déficits nas previsões das receitas foram em 1998, 1999 e 2000 de 18,22%, 30,50% e 38,19% respectivamente. Quanto às despesas, os déficits de previsão foram de 34,48%, 29,78% e 35,99%. Quanto à execução orçamentária - receitas realizadas menos as despesas realizadas -, ocorreu um bom superávit no exercício de 1998 R\$ 1.840.021,55 e déficits nos exercícios de 1999 e 2000 de R\$ 98.887,68 e R\$ 334.304,69.

3.3.4.2 Comparativo das metas orçadas com as realizadas

Nesta seção, serão listadas as metas originalmente traçadas na lei de orçamento e suas realizações, para os exercícios de 1998, 1999 e 2000. As tabelas constantes no Anexo 4 apresentam as metas previstas e realizadas durante os exercícios de 1998, 1999 e 2000, no município de Ivaiporã.

A seguir, apresenta-se um resumo dos desvios das metas, elaborado após a análise das tabelas constantes no Anexo 4.

Tabela 12 - Resumo dos desvios das metas orçadas em relação as realizadas -exercícios de 1998, 1999 e 2000

Intervalo de Desvio % em Relação ao orçado	1998		1999		2000	
	Quantidade de metas	% sobre o total	Quantidade de metas	% sobre o total	Quantidade de metas	% sobre o total
00,00 a 25,00	29,00	19,86	59,00	30,41	55,00	27,64
25,01 a 50,00	50,00	34,25	44,00	22,68	40,00	20,10
50,01 a 100,00	63,00	43,15	84,00	43,30	103,00	51,76
Acima de 100,00	4,00	2,74	7,00	3,61	1,00	0,50
Total	146,00	100,00	194,00	100,0	199,00	100,00

Verifica-se que de um total de 146 metas previstas para o exercício de 1998, 67 delas, correspondentes a 45,83%, tiveram um desvio de mais de 50%, em relação aos valores consignados na lei de orçamento. Estes dados devem ser comparados ao número de metas discriminadas e realizadas nos exercícios de 1999 e 2000. De um total de 194 metas orçadas em 1999, 91, correspondentes a 46,91%, tiveram um desvio de mais de 50% em relação aos valores orçados. No exercício de 2000, 52,26% das metas tiveram uma diferença de mais de 50% em relação aos valores originalmente consignados no orçamento.

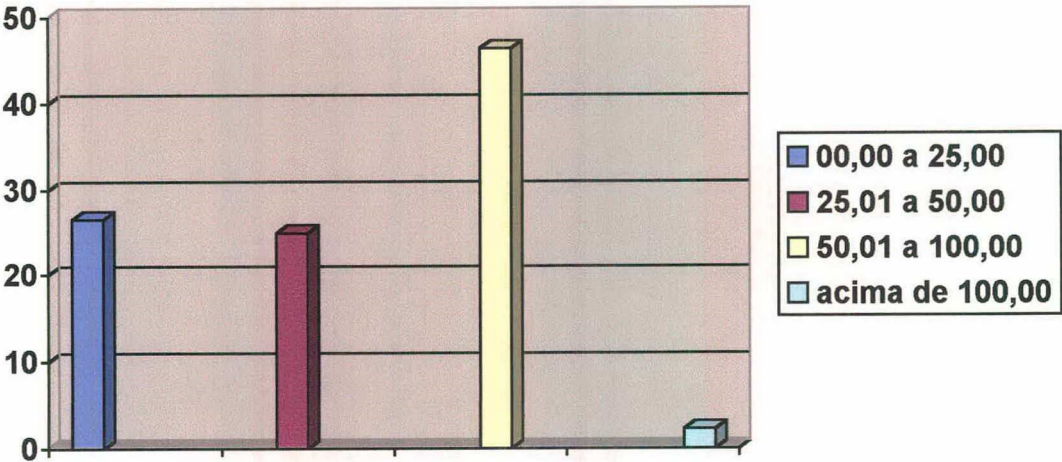
Finalmente, elaborou-se a tabela 13, que pretende explicitar a média dos resumos dos desvios de metas do município de Ivaiporã, durante os três últimos anos.

Tabela 13- Média dos resumos dos desvios das metas orçadas em relação às realizadas de Ivaiporã

Intervalo de desvio % em relação ao orçado	Quantidade de metas	% sobre o total
00,00 a 25,00	47,70	26,54
25,01 a 50,00	44,70	24,87
50,01 a 100,00	83,30	46,36
Acima de 100	4,00	2,23
Total	179,70	100,00

Estes dados podem ser melhor vislumbrados diante da exposição do gráfico 8

Gráfico 8 - Média de desvios entre as metas orçadas e realizadas nos exercícios de 1998, 1999 e 2000, referentes ao município de Ivaiporã



Observa-se que, na média dos exercícios de 1998, 1999 e 2000, 48,59% das metas consignadas no orçamento, tiveram um desvio de mais de 50% em relação aos valores originalmente orçados.

3.3.5 Análise dos dados de Marilândia do Sul

Nesta seção serão contemplados a execução orçamentária e o comparativo entre as metas orçadas e as realizadas nos exercícios de 1998, 1999 e 2000 do município de Marilândia do Sul. No Anexo 5 constam as tabelas 1, 2 e 3, que fornecem subsídios para a elaboração das tabelas apresentadas na seqüência.

3.3.5.1 Execução orçamentária

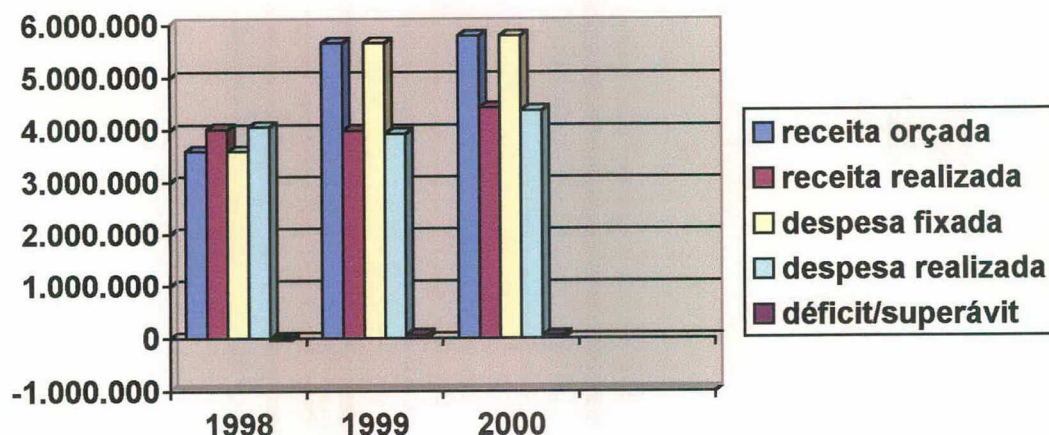
A execução orçamentária, receitas realizadas menos as despesas realizadas, do exercício de 1998, 1999 e 2000 teve o seguinte comportamento:

Tabela 14 - Demonstrativo da execução orçamentária de Marilândia do Sul

Especificação	Exercício de 1998	Exercício de 1999	Exercício 2000
Receita Orçada	3.594.500,00	5.658.500,00	5.793.500,00
Receita Realizada	4.018.147,34	3.993.200,44	4.433.286,86
Diferença	423.647,34	1.665.299,56	1.360.213,14
Despesa Fixada	3.594.500,00	5.658.500,00	5.793.500,00
Despesa Realizada	4.059.484,21	3.934.735,25	4.376.876,98
Diferença	464.984,21	1.723.764,75	1.416.623,02
Déficit/superávit	-41.336,87	58.465,19	56.409,88

Os números apresentados na tabela 14 ficam mais evidentes se observados a partir do gráfico 9.

Gráfico 9 - Comparativo entre receita e despesa orçadas e realizadas - Município de Marilândia do Sul - Exercícios de 1998, 1999 e 2000.



Nota-se que no exercício de 1998, ocorreu uma previsão a menor que a realização tanto para as receitas quanto para as despesas de 11,79% e 12,94% respectivamente. Já nos exercícios de 1999 e 2000 houve déficits de previsões de receita na ordem de 29,43% e 23,48% e de 30,46% e 24,45% nas despesas. Quanto à execução orçamentária - receita realizada menos despesa realizada, houve déficit no exercício de 1998 de R\$ 41.336,87 e superávits em 199 e 2000 de R\$ 58.465,19 e R\$ 56.409,88.

3.3.5.2 Comparativo das metas orçadas com as realizadas

As metas e respectivos valores foram obtidos junto aos orçamentos dos exercícios de 1998, 1999 e 2000. As realizações foram obtidas junto aos balanços dos respectivos exercícios, constantes nas tabelas 1, 2 e 3 do Anexo 5.

Analisando-se os dados apresentados nas tabelas do Anexo 5, chegou-se à esquematização da tabela 15, cujo objetivo é apontar o resumo dos desvios entre as metas orçadas e realizadas, durante os exercícios de 1998, 1999 e 2000.

Tabela 15 - Resumo dos desvios das metas orçadas em relação às realizadas de Marilândia do Sul

Intervalo de Desvio % em Relação ao orçado	1998		1999		2000	
	Quantidade de metas	% sobre o total	Quantidade de metas	% sobre o total	Quantidade de metas	% sobre o total
0,00 a 25,00	10,00	40,00	10,00	31,25	5,00	18,52
25,01 a 50,00	3,00	12,00	8,00	25,00	9,00	33,33
5,01 a 100,00	10,00	40,00	14,00	43,75	13,00	48,15
Acima de 100,00	2,00	8,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	25,00	100,00	32,00	100,00	27,00	100,0

Verifica-se que, em 1998, 48% das metas tiveram um desvio de mais de 50% em relação aos valores efetivamente orçados. De um total de 32 metas previstas para 1999, 14 delas, correspondentes a 43,75%, tiveram um desvio de mais de 50% em relação ao orçado. No exercício de 2000, 48,15% das metas orçadas tiveram uma variação de mais de 50% em relação aos valores originalmente fixados.

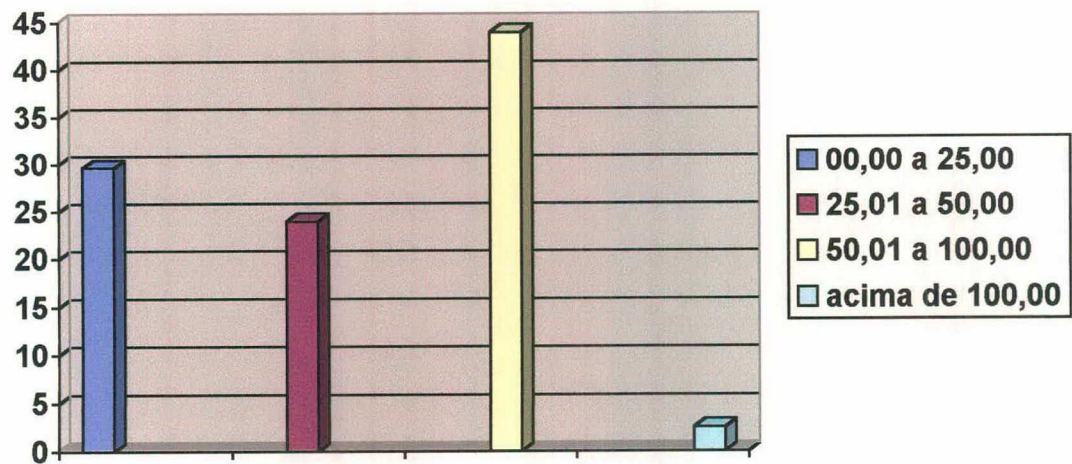
Para concluir a análise do município de Marilândia do Sul, elaborou-se a tabela 16, apresentando o resumo dos desvios de metas dos três exercícios verificados.

Tabela 16 - Média dos resumos dos desvios das metas dos exercícios de 1998, 1999 e 2000 - Município de Marilândia do Sul

Intervalo de desvio % em relação ao orçado	Quantidade de metas	% sobre o total
00,00 a 25,00	8,30	29,64
25,01 a 50,00	6,70	23,93
50,01 a 100,00	12,30	43,93
Acima de 100	0,70	2,50
Total	28,00	100,00

Verifica-se, no gráfico 10, o total de desvios entre as metas orçadas e realizadas nos exercícios de 1998, 1999 e 2000.

Gráfico 10 - Média de desvios entre as metas orçadas e realizadas nos exercícios de 1998, 1999 e 2000, referentes ao município de Marilândia do Sul



Em média, nos três exercícios analisados, 46,43% das metas traçadas no orçamento tiveram um desvio de mais de 50% em relação aos valores originalmente fixados.

3.3.6 Análise dos dados de Mauá da Serra

Nesta seção serão contemplados a execução orçamentária e o comparativo entre as metas orçadas e as realizadas dos exercícios de 1998, 1999 e 2000 do município de Mauá da Serra. Os dados pertinentes aos três exercícios encontram-se dispostos nas tabelas 1,2 e 3 do Anexo 6.

3.3.6.1 Execução orçamentária

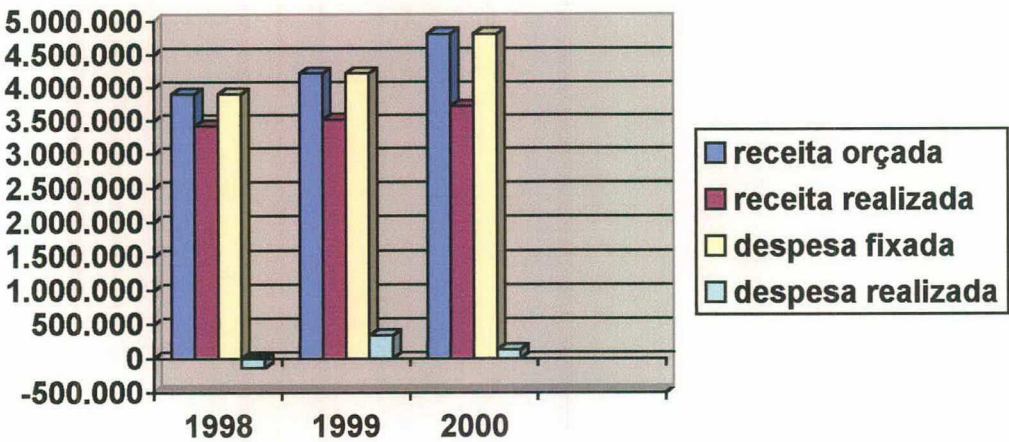
A execução orçamentária, que compreende a receita realizada em comparação a despesa, dos exercícios de 1998, 1999 e 2000 teve o comportamento apresentado na tabela 17:

Tabela 17 - Demonstrativo da execução orçamentária de Mauá da Serra

Especificação	Exercício de 1998	Exercício de 1999	Exercício 2000
Receita Orçada	3.900.000,00	4.216.000,00	4.806.000,00
Receita Realizada	3.425.311,08	3.519.884,68	3.718.736,96
Diferença	474.688,92	696.115,32	1.087.263,04
Despesa Fixada	3.900.000,00	4.216.000,00	4.806.000,00
Despesa Realizada	3.563.767,20	3.178.718,45	3.588.901,79
Diferença	336.232,80	1.037.281,55	1.217.098,21
Déficit/superávit	-138.456,12	341.166,32	129.835,17

Os dados apresentados no quadro anterior podem ser melhor observados em relação ao gráfico 11.

Gráfico 11 - Comparativo entre receita e despesa orçadas e realizadas - Município de Mauá da Serra - Exercícios de 1998, 1999 e 2000.



Nos três exercícios sob análise ocorreram déficits nas previsões das receitas e das despesas, em relação as suas realizações. Os déficits da previsão das receitas foram de 12,17%, 16,51% e 22,62%. Já os déficits das despesas realizadas em relação as suas fixações foram de 8,62%, 24,60% e 25,32%. Com relação a execução orçamentária, ocorreram déficit de R\$ 138.456,12 em 1998 e superávits nos exercícios de 1999 e 2000 de R\$ 341.166,32 e R\$ 129.835,17.

3.3.6.2 Comparativo das metas orçadas com as realizadas do município de Mauá da Serra

A tabela 18 aponta os dados resultantes da comparação entre as metas orçadas e realizadas pela administração municipal de Mauá da Serra, durante os exercícios de 1998, 1999 e 2000.

Tabela 18 - Resumo dos desvios entre as metas orçadas e realizadas de Mauá da Serra

Intervalo de desvio % em Relação ao orçado	1998		1999		2000	
	Quantidade de metas	% sobre o total	Quantidade de metas	% sobre o total	Quantidade de metas	% sobre o total
0,00 a 25,00	9,00	15,51	12,00	20,34	12,00	17,65
25,01 a 50,00	11,00	18,97	8,00	13,56	16,00	23,53
50,01 a 100,00	31,00	53,45	38,00	64,41	40,00	58,82
Acima de 100,00	7,00	12,07	1,00	1,69	0,00	0,00
Total	58,00	100,00	59,00	100,00	68,00	100,00

Do total de 58 metas orçadas para 1998, 38, o que representa 65,52%, tiveram uma diferença de mais de 50% em relação aos valores originalmente previstos. Verifica-se que 66,10% das metas orçadas para 1999 tiveram um desvio, em relação aos valores originalmente orçados, de mais de 50%. Quanto ao exercício de 2000, quarenta metas, de um total de 68, correspondentes a 58.82%, tiveram um desvio de mais de 50% em relação aos valores originalmente orçados.

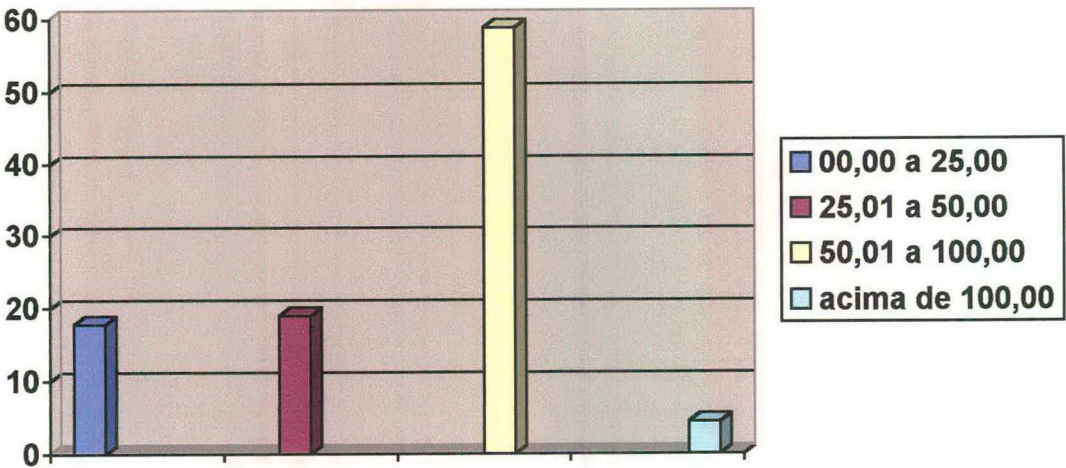
Com base nas informações expostas, atingiu-se a média dos resumos dos desvios correspondentes aos exercícios dos três últimos anos, no município de Mauá da Serra. A tabela 19 evidencia esta análise.

Tabela 19- Média dos resumos dos desvios das metas dos exercícios de 1998, 1999 e 2000.-
Município de Mauá da Serra

Intervalo de desvio % em relação ao orçado	Quantidade de metas	% sobre o total
00,00 a 25,00	11,00	17,83
25,01 a 50,00	11,70	18,96
50,01 a 100,00	36,30	58,83
Acima de 100	2,70	4,38
Total	61,70	100,00

Os dados constantes na tabela 19 podem ser interpretados também à luz da apresentação do gráfico 12.

Gráfico 12 - Média de desvio entre as metas orçadas e realizadas nos exercícios entre 1998,1999 e 2000, do município de Mauá da Serra



Nota-se que 63,21% das metas orçadas tiveram uma variação superior a 50% em relação aos valores originalmente previstos.

3.4 COMPARATIVO DOS INDICADORES DOS MUNICÍPIOS

Com a finalidade de proceder uma análise conjunta, apresenta-se o comparativo dos indicadores dos municípios relacionados, com as previsões das receitas e fixação das despesas , bem como a execução orçamentária. Apresenta-se, ainda, um comparativo dos desvios entre as metas fixadas e as realizadas dos municípios sob análise.

3.4.1 Comparativo dos indicadores da execução orçamentária

A tabela 20 evidencia os indicadores das previsões das receitas e fixações das despesas e respectivas execuções orçamentária dos municípios de Califórnia, Cambira, Grandes Rios, Ivaiporã, Marilândia do Sul e Mauá da Serra.

Tabela 20 - Indicadores % da execução orçamentária dos municípios - exercícios de 1998, 1999 e 2000

Especificação	Califórnia	Cambira	Grandes Rios	Ivaiporã	Marilândia Sul	Mauá Serra
Exercício de 1998						
Déficit na previsão da receita	33,80	33,13	3,53	18,22	11,79	12,17
Déficit na fixação da despesa	30,12	33,47	5,62	34,48	12,94	8,62
Déficit/superávit na exec. Orçamentária	(5,54)	0,53	2,16	19,88	(1,03)	(4,04)
Exercício de 1999						
Déficit na previsão da receita	33,32	30,39	12,30	30,50	29,43	16,51
Déficit na fixação da despesa	32,15	25,92	16,53	29,78	30,46	24,60
Déficit/superávit na exec. Orçamentária	(1,74)	(6,42)	4,83	(1,02)	1,46	9,69
Exercício de 2000						
Déficit na previsão da receita	33,90	17,47	10,67	38,19	23,48	22,62
Déficit na fixação da despesa	31,49	18,00	6,75	35,99	24,48	25,32
Déficit/superávit na exec. Orçamentária	(3,63)	0,64	(4,39)	(3,57)	1,27	3,49

Os déficits na execução orçamentária indicam que a arrecadação das receitas foi menor que a realização da despesas, implicando assim em endividamento dos municípios, o que certamente contribuiu para o agravamento das finanças públicas.

No que concerne aos elevados déficits das previsões em relação as suas realizações, tanto nas receitas, quanto as despesas, indicam que o orçamento pode ter servido de controle político-jurídico das receitas e despesas, não se configurando, entretanto, como instrumento de planejamento.

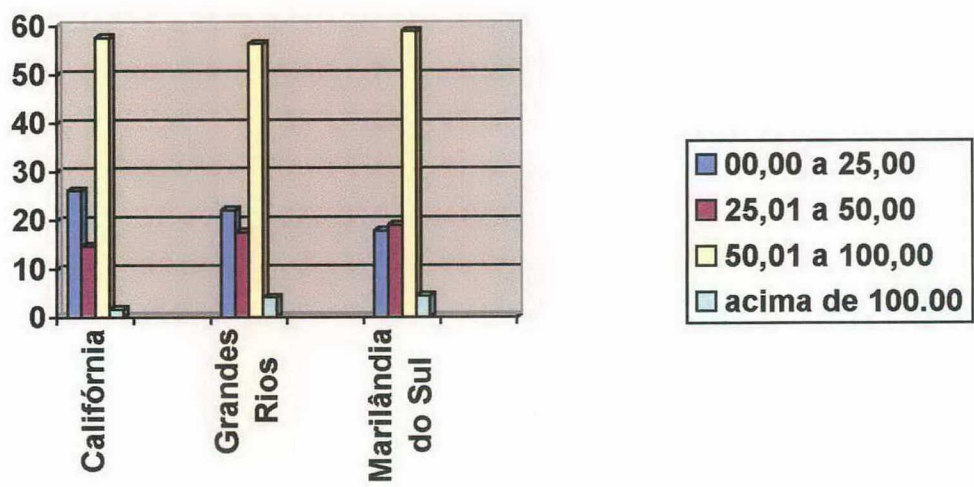
Como se pode observar, todos os municípios, com raras exceções em determinados exercícios, tiveram elevados déficits de previsões em relação às suas realizações, tanto nas receitas quanto as despesas, chegando a ultrapassar a 30%, o que evidencia grandes deficiências no processo de elaboração dos orçamentos .

Quanto à execução orçamentária, que compreende a diferença entre as receitas e as despesas realizadas, com exceção do município de Califórnia, houve alternância entre déficits e superávits, indicando preocupação com o equilíbrio das finanças públicas.

3.4.2 Comparativo das metas orçadas com as realizadas

O gráfico 13 mostra os desvios médios das metas dos exercícios de 1998, 1999 e 2000, dos municípios de Califórnia, Grandes Rios e Marilândia do Sul..

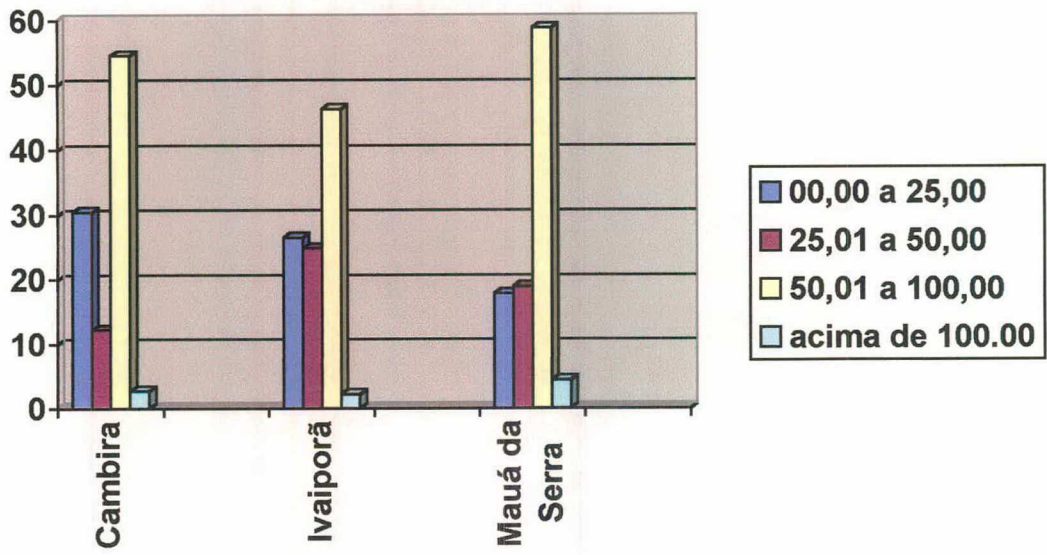
Gráfico 13 - Desvios médios de metas dos municípios de Califórnia, Grandes Rios e Marilândia do Sul



Apenas para exemplificação, observa-se que no município de Califórnia 26,10% das metas traçadas tiveram um desvio em relação ao orçado de até 25%, sendo que 14,68% delas tiveram um desvio de 25,01% a 50,00%. Já a grande maioria das metas, 57,69% do total, tiveram desvios de 50,01 a 100,00% do originalmente orçado e, 1,63% delas tiveram desvios acima de 100,00%.

O gráfico 14 apresenta os desvios médios de metas dos municípios de Cambira, Ivaiporã e Mauá da Serra.

Gráfico 14 - Desvios médios de metas dos municípios de Cambira, Ivaiporã e Mauá da Serra



Nota-se que a maioria das metas tiveram desvios entre os valores orçados e os realizados acima d 50%. Os elevados desvios apontados indicam que o orçamento, em todos os municípios pesquisados, deixou de se configurar como um instrumento de planejamento operacional, não servindo como elo de ligação com as finanças.

A tabela 21 demonstra as quantidades de metas traçadas (% sobre o total) e seus respectivos desvios em relação aos valores originalmente orçados ,dos municípios de Califórnia, Cambira, Grandes Rios, Ivaiporã, Marilândia do Sul e Mauá da Serra.

Tabela 21 - Comparativo das metas traçadas em relação aos desvios apurados

% das metas traçadas	Intervalo % de desvios em relação ao orçado
23,03 a 30,49	até 25,00
12,22 e 24,87	25,01 a 50,00
43,93 a 58,82	50,01 a 100,00
1,63% e 4,55	acima de 100,00

O que chama a atenção é o comportamento homogêneo dos municípios analisados, pois todos tiveram grandes diferenças entre o orçado e realizado na faixa de 50,01 à 100% dos valores orçados.

Em se extraindo uma média simples dos seis municípios analisados, constata-se que 55,86% das metas, ou seja, a maioria absoluta delas, tiveram desvios de mais de 50% dos valores originalmente orçados e os realizados, desvirtuando-se completamente dos objetivos traçados quando da elaboração do orçamento.

3.5 O ORÇAMENTO COMO ELO DE LIGAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO OPERACIONAL E AS FINANÇAS

Nesta seção, será abordada de forma resumida a estrutura institucional dos municípios pesquisados, relacionadas à elaboração e execução do orçamento.

3.5.1 Estrutura organizacional e orçamentária

Nos seis municípios pesquisados, apenas Grandes Rios e Ivaiporã possuem em sua estrutura organizacional, unidades administrativas voltadas para o planejamento, orçamentação e controle. Os demais municípios, Califórnia, Cambira, Marilândia do Sul e Mauá da Serra, não possuem em sua estrutura nenhuma referência a estes órgãos.

O município de Grandes Rios tem em seu organograma a unidade "Assessoria e Planejamento", vinculada ao Departamento Executivo Municipal. Já Ivaiporã possui junto à Diretoria de Finanças a unidade administrativa e orçamentária denominada "Serviços de Orçamentação, Projetos e Convênios."

Entretanto, mesmo nos municípios de Grandes Rios e Ivaiporã, que possuem em sua estrutura unidade específica de planejamento, orçamentação e controle, as atividades relacionadas com a elaboração, execução e controle do orçamento, são centralizadas no setor de contabilidade.

Verificou-se ainda que, sistematicamente, o processo de elaboração do orçamento está centralizado nos contadores e nos prefeitos, sem a participação e envolvimento dos demais assessores ou responsáveis pelas unidades administrativas. Logo, o orçamento implica apenas em um documento para cumprir dispositivo legal.

REIS (1985, p. 13) esclarece que, "a função controle exige da administração atenção voltada à execução de planos e programas, para que os objetivos previamente delineados sejam

atingidos." A Lei 4320/64, no inciso III do artigo 75, determina que o controle deve ir além do cumprimento do programa de trabalho, em termos de dinheiro e de realização de obras e de prestação de serviços, isto é, deve verificar o cumprimento do programa de trabalho estabelecido em termos físicos e financeiros.

No entanto, o que se constatou nos municípios pesquisados, é que o controle da execução orçamentária, da mesma forma como ocorre à elaboração do orçamento, restringe-se apenas aos relatórios expedidos pela contabilidade, sem nenhum compromisso com o cumprimento dos programas de trabalho estabelecidos em termos físicos e financeiros.

3.5.2 A ligação do orçamento com o planejamento operacional e as finanças dos municípios

A publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 5 de maio de 2000, trouxe uma série de novas exigências no campo da administração orçamentária e financeira, fato que está levando a mudanças de comportamento dos administradores públicos na perspectiva de reverter políticas anteriores que afetavam o equilíbrio das contas públicas.

Em razão disso, o controle assume papel relevante nas administrações públicas. A função controle é indispensável para acompanhar a execução dos problemas e apontar falhas e desvios. No entanto, o que se observa, em especial nos pequenos municípios, é que esta função é exercida quase que exclusivamente pela contabilidade, que parece existir na organização em função da exigência da lei e, como consequência, não a utilizam para as tomadas de decisões.

De acordo com BRUNO (2001, p.19), "a função de controle não deve ser vista como um trabalho de policiamento. O controle não busca apontar culpados de crimes, mas sim encontrar as situações ocorridas na entidade que conduzem a um mau desempenho da organização, bem como os responsáveis por tais situações."

MEIRELLES (1981,p.21) diz que o controle deve ser exercido pelo Poder Executivo e pelos órgãos da administração dos demais poderes sobre suas próprias atividades, com o objetivo de que a "atividade pública em geral se realize com legitimidade e eficiência, atingindo a sua finalidade plena, que é a satisfação das necessidades coletivas e atendimento dos direitos individuais"

Neste sentido, há necessidade de se dotar as administrações públicas de um eficiente e eficaz sistema de controle, de forma a conscientizar os administradores de sua importância, para que os objetivos e metas traçados sejam plenamente atingidos.

Segundo BURKHEAD (1971, p.145), "a classificação é a chave estrutural para a organização consciente e racional do orçamento do governo. A maneira pela qual os itens de receita e despesa são grupados é determinada, e também determina, a natureza das decisões que podem ser tomadas no processo orçamentário."

A classificação institucional relaciona as instituições da administração pública, direta e indireta, que recebem recursos através do orçamento. Dividem-se em órgãos, unidades orçamentárias e unidades administrativas. Órgãos é o nível institucional que, a título de subordinação ou supervisão, agrega as unidades orçamentárias e administrativas.

Segundo o artigo 14 da Lei 4320/64, "constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias." Considera-se unidade administrativa o nível institucional que, por não possuir autonomia orçamentária, depende de uma unidade orçamentária para obtenção e aplicação de recursos.

O orçamento público, como instrumento de decisão do governo, sobre a alocação de recursos públicos é, antes de tudo, uma forma de exercício do poder político. No entanto, observa-se que, especialmente nos pequenos municípios, o orçamento é um documento meramente burocrático, elaborado para cumprir a legislação, não servindo como instrumento de ligação entre o planejamento operacional e as finanças, com vistas a seu desenvolvimento e estabilidade das finanças públicas.

Os instrumentos existem. No entanto, não são utilizados, justamente por falta de vontade política ou por imposições contrárias à vontade do administrador público. Para que o orçamento possa efetivamente desempenhar o seu papel - elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças - , sugerem-se algumas mudanças.

Inicialmente seriam necessárias alterações na estrutura organizacional das entidades, criando o setor específico para elaboração e controle do processo orçamentário. Estas mudanças deveriam ser exigidas pela legislação federal, cabendo aos municípios a sua regulamentação, a fim de não ferir sua autonomia.

Aliado a esta alteração na estrutura institucional, deverá ser intensificado o treinamento ao pessoal técnico envolvido, para atender de forma prática e objetiva o disposto no artigo 64 e seus parágrafos da Lei 101/2000 - LRF, que determina que a União deverá prestar assistência técnica e cooperação financeira aos municípios, para modernização das respectivas administrações, consistindo, entre outros, no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transferência de tecnologia.

MAURO (2001, p.50) afirma que:

Se considerarmos que a informação, quando é disseminada, gera igualdade e, quando centralizada, produz concentração de poder, é bastante importante que a capacitação se estenda ao maior número de pessoas. Trata-se, também, de atualizar e renovar os conteúdos e métodos de capacitação em função das necessidades da participação.

Prossegue observando que, "cabe ainda aos executivos, mas não só a eles, construir alternativas viáveis de uma capacitação continuada para todos os envolvidos. Uma estratégia particular de capacitação também deve ser concebida para servidores e dirigentes." Finalizando, recomenda que é desejável que aqueles, que desempenham uma função pública, tenham um novo perfil, mais orientado para um trabalho de mediação entre o governo e a sociedade.

A segunda mudança necessária consiste na democratização do orçamento, envolvendo além do Executivo e do Legislativo, a participação da comunidade na decisão sobre as prioridades e na distribuição de recursos de investimentos. Seria a adoção do orçamento participativo. A Constituição de 1988, no inciso XII, do artigo 29, preceitua a participação da população no processo orçamentário, que estabelece a cooperação das associações representativas no planejamento municipal.

Neste sentido, MAURO (2001, p. 40) afirma que:

A discussão pública do orçamento, em que pese sua aparente dificuldade, tem, por si só, um grande potencial mobilizador e inovador. Isso porque a população se vê diante da possibilidade de influir no destino da aplicação dos recursos públicos, ampliando o debate ao envolver diversos segmentos. Expectativas e demandas de grupos sociais ou áreas da cidade ou distritos antes excluídos e menos favorecidos passam a ser considerados na definição de prioridades.

Por outro lado, a participação da sociedade concorre para que a administração pública cumpra o que foi amplamente discutido, pois há, por parte dela, um acompanhamento e avaliação permanentes, gerando um compromisso político dos agentes públicos.

No entanto, há que se alterar a legislação, tornando obrigatória a adoção do orçamento participativo, estabelecendo regras claras e transparentes, assegurando a participação aberta a todos, não seletiva, que inclui a presença da diversidade de interesses.

Finalmente, há que se alterar a forma como é executado o orçamento. Apesar de não existir um único artigo em nossa legislação que determine que o orçamento seja autorizativo, este tem sido o entendimento predominante em muitos de nossos governos. Esta foi uma prática que se consolidou no país, ao longo do tempo, e passou a fazer parte dos usos e costumes da política brasileira.

Numa sociedade democrática, pluripartidária, não é sensato que o Executivo controle o Legislativo, por meio da liberação de verbas orçamentárias. O caminho para a moralidade, acabando com as barganhas, é o orçamento determinativo. Os gastos estabelecidos em conjunto com a sociedade e aprovados pelo Legislativo para um determinado período terão que ser executados.

Necessário, ainda se faz que se altere o artigo 43 da Lei 4320/64, que trata da abertura de créditos adicionais e dos recursos necessários à sua efetivação. Esses terão que ser restringidos ao máximo, a fim de não desconfigurar o inicialmente previsto. Os recursos necessários à sua abertura terão que se limitar ao excesso de arrecadação, ao superávit financeiro obtido no exercício anterior, ao produto das operações de créditos não previstas no orçamento e aos gastos de manutenção das atividades que porventura serão economizados.

A Lei de Responsabilidade Fiscal criou as bases para o orçamento determinativo, com suas disposições sobre a criação de despesas de caráter continuado e controle das metas fiscais. As mudanças dependem apenas da vontade política.

Com essas mudanças, acredita-se que o orçamento público, em especial nos pequenos municípios, servirá como elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças, e com isso contribuir decisivamente para o seu desenvolvimento e estabilidade das finanças públicas.

3.5.3 O impacto do orçamento no desenvolvimento dos municípios do Vale do Ivaí /PR e na estabilidade das suas finanças

Uma preocupação constante de todos os governos instalados em nosso país, em especial dos dois últimos períodos, tem sido a de melhorar a eficiência do setor público, procurando aprimorar com certas medidas os bens e serviços a serem colocados à disposição do consumidor.

Partindo desta premissa, surgiram alguns instrumentos legais que visam atingir estes objetivos, identificados por um sistema de planejamento que, na sua elaboração, execução, controle e acompanhamento, tem até então, ficado apenas na intenção.

A história recente da economia brasileira tem, como um dos seus elementos essenciais marcantes, a estabilidade de preços, em um quadro de baixas taxas de inflação. Mesmo neste cenário alentador, o planejamento torna-se ferramenta imprescindível para garantir o equilíbrio fiscal. A previsão das receitas e despesas, o controle da dívida pública, a administração do patrimônio e os problemas da seguridade passam a ser fundamentais nas administrações públicas.

Os rumos do desenvolvimento de qualquer sociedade são influenciados fortemente pelas políticas e pelas ações desenvolvidas pelo poder público. No Brasil, essa situação concretiza-se mediante as esferas Federal, Estadual e Municipal de governo.

De acordo com MATIAS e CAMPELLO (2000, p.283) "um dos campos mais debatidos da atualidade tem sido o das teorias sobre o desenvolvimento. Tal debate deve-se a uma série de eventos em escala mundial que alteraram de forma definitiva o relacionamento dos indivíduos, das empresas e dos governos".

Cabe ressaltar que não existe um conceito universalmente aceito de desenvolvimento, sendo que muito deles acabaram se alterando ao longo do tempo. SOUZA(1993,p.89), destaca duas correntes sobre desenvolvimento: "uma que considera que crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento; outra considera que o crescimento é um fator indispensável para o desenvolvimento, mas não se confunde com este".

Segundo o autor, a primeira corrente considera que um país é subdesenvolvido porque cresce menos que os desenvolvidos, apesar de possuir recursos ociosos. Nessa situação, o país é subdesenvolvido porque não utiliza integralmente os fatores de produção, o que leva sua economia a crescer menos do que poderia. Associados a esse conceito, estão os modelos que enfatizam apenas a acumulação de capital, em que se destacam os modelos de crescimento de tradição neoclássica e os pós-keynesianos.

A segunda corrente, segundo Souza, considera o crescimento como uma variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas, tanto nas condições de vida das pessoas, das instituições e da estrutura produtiva. Nesse sentido, o desenvolvimento pressupõe uma economia moderna, eficiente, acompanhado de melhoria na qualidade de vida das pessoas. Enquadra-se nessa corrente os economistas de orientação crítica e

os ligados à tradição cepalina e marxista. Assim, o crescimento é condição necessária ao desenvolvimento, e conforme essa corrente, deve apresentar taxas superiores às apresentadas pelo crescimento demográfico, acompanhado de distribuição da riqueza.

Cumprir observar que nestas conceituações estão presentes elementos econômicos e sociais, que estimula ainda mais o debate sobre o tema, quando ainda se incluem discussões sobre problemas ecológicos e suas implicações para gerações futuras.

Conforme MELLO (1991, p.199-207) pode-se observar uma crescente preocupação, por parte de muitos países, do papel dos governos locais no processo de desenvolvimento nacional, enfatizando a crescente atribuição de funções a essa esfera governamental.

Assim, como observam MATIAS e CAMPELO (2000, p.286) "o orçamento como instrumento de planejamento operacional deve desempenhar papel preponderante voltado ao desenvolvimento em nível municipal, de forma a tornar a gestão ágil e transparente que responda por critérios de eficiência econômica e eficácia social".

Dessa forma, o orçamento assume papel preponderante no desenvolvimento dos municípios e na estabilidade das finanças públicas, tornando as administrações mais eficazes, dotando-as de um planejamento dinâmico, coordenado com os diversos agentes econômicos e sociais

No entanto, nos municípios pesquisados na região do Vale do Ivaí / PR, observou-se que o orçamento não vem se constituindo em um instrumento de planejamento, haja vista as grandes diferenças entre os valores inicialmente orçados e os efetivamente realizados. Com o não cumprimento dos valores orçados, conforme se comprovou pela pesquisa, ocorreram sistematicamente déficits na execução orçamentária - receitas arrecadadas menores que as despesas realizadas-, que redundou inevitavelmente em aumento do endividamento, contribuindo dessa forma para o agravamento das finanças dos municípios.

A não observância do orçado, amparado na legislação que permite sua alteração através da abertura de créditos adicionais, e a conseqüente descaracterização como instrumento de planejamento, torna a improvisação uma prática cotidiana, inimiga natural do processo de desenvolvimento sustentado, desenvolvimento este que deve satisfazer às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações em satisfazer suas próprias necessidades.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo apresenta-se as conclusões sobre a ligação do orçamento público municipal com o planejamento e as finanças nos municípios da região do Vale do Ivaí / PR , bem como as recomendações sobre o tema.

4.1 CONCLUSÕES

A partir da metodologia estabelecida para este trabalho, as conclusões podem ser resumidas por meio das respostas a três perguntas. Ao mesmo tempo em que se apresentam genéricas, são específicas em relação aos municípios pesquisados.

Quais são os fundamentos legais da gestão orçamentária e financeira como meio de dotar as administrações públicas de mecanismos de planejamento operacional?

A legislação vigente no país é farta quanto às exigências de as entidades públicas se utilizarem de mecanismos de planejamento com vistas à administração dos recursos públicos. A preocupação da legislação fica evidente, quando se observa que logo no 1º parágrafo do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal recomenda-se a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem-se desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, o que exige controle e resulta em responsabilização.

Os fundamentos legais da gestão orçamentária e financeira estão inseridos na Lei 4.320/64 e na Constituição Federal, nos seus artigos 70 a 75, que tratam da fiscalização contábil, orçamentária e financeira.

Com referência à elaboração do orçamento, os artigos 23 a 26 da Lei 4320/64 estabelecem normas sobre previsões plurianuais. Elas seriam objeto de recursos e de aplicações de capital para, no mínimo um triênio, aprovado por decreto do Executivo. No artigo 23, aparecem as primeiras normas sobre planejamento a médio e longo prazo. O parágrafo 1º do artigo 165 da CF/88 refere-se ao Plano Plurianual (PPA), que é um instrumento para planejar as ações governamentais de caráter mais estratégico. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, também conhecida como LDO, estabelecida pelo item II e 2º parágrafo do mesmo artigo, tem por

finalidade fazer a conexão do planejamento de longo prazo, representado pelo PPA, com as ações políticas e necessárias no dia-a-dia, concretizadas no orçamento anual.

A Lei Federal 4320/64 versa sobre normas gerais de Direito Financeiro, especialmente sobre a elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes federados, que institucionalizou a técnica do orçamento-programa, através da introdução da classificação funcional/programática, que veio atender a necessidade de criar melhores condições para a implantação do orçamento operacional e da programação governamentais. Tais normas foram recepcionadas integralmente pelo item III e 5º parágrafo do referido artigo 165 da CF/88, e consolidados pela Lei nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como se pode observar, a legislação é extremamente rica na instituição de mecanismos de planejamento operacional que possibilitem sua adoção pelas administrações públicas, bastando para isso vontade política e capacidade técnica-operacional do pessoal responsável.

A estrutura orçamentária básica adotada pelos pequenos municípios tem assegurado a necessária conexão entre o planejamento e as finanças?

Nos seis municípios pesquisados, apenas dois deles, Grandes Rios e Ivaiporã, possuem em sua classificação institucional, unidades orçamentárias voltadas para atividades de planejamento e orçamentação. Apesar disso, todas as atividades relacionadas ao planejamento, orçamentação e controle são desempenhadas pela contabilidade.

A contabilidade é um sistema receptor de dados referentes a operações governamentais, cujo produto final é a informação de natureza econômico-financeira.

Não se pode negar que, pela legislação, as entidades públicas possuem diversos mecanismos de controle, tanto o interno, que é exercido pela própria organização sobre suas atividades, quanto o externo, que é realizado por um órgão que não integra a estrutura da entidade que está sendo controlada. No caso, pelo Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas.

Entretanto, observou-se que a contabilidade dos municípios pesquisados está estruturada apenas para fornecer os demonstrativos e relatórios exigidos pela legislação, sem nenhuma preocupação aparente com os objetivos, metas e resultados.

Os orçamentos são sistematicamente elaborados pelo contador e prefeito, que tomam a si a responsabilidade de traçar e quantificar as metas. Os demais membros da administração

desconhecem o orçamento, e são considerados por esses sem importância. Valoriza-se mais as decisões políticas, sendo que a estrutura organizacional e orçamentária é apenas uma questão de formalidade.

Tem o orçamento público se configurado como instrumento de planejamento operacional nos pequenos municípios, com vistas a seu desenvolvimento e estabilidade das finanças públicas?

Em todos os municípios pesquisados, há uma variação excessivamente elevada entre as metas originalmente traçadas e as efetivamente realizadas. Assim, diante do exposto e retornando ao objetivo geral do trabalho, verificou-se que o orçamento não se configura como instrumento de planejamento operacional nos pequenos municípios, com vistas a seu desenvolvimento e estabilidade das finanças públicas, uma vez que, da sua elaboração até a execução, é desfigurado ou simplesmente pela não realização das metas traçadas ou pelas alterações de outras metas através da abertura de créditos adicionais.

A ampla e ilimitada possibilidade de se alterar o orçamento durante a sua execução, através dos créditos adicionais, são argumentos mais que suficientes para relegarem a sua elaboração a um papel secundário. O orçamento é visto apenas como um documento para cumprir dispositivos legais.

O orçamento-programa, de acordo com a legislação, deve expressar, financeira e fisicamente, os programas de trabalho de governo, possibilitando a interação do planejamento com o orçamento, a quantificação de objetivos e a fixação de metas. No entanto, não é isso que se constatou. Há, portanto, que se criar um mecanismo através do qual o Poder Legislativo possa se manifestar, apresentando as prioridades de atendimento à comunidade, visto que neste poder estão os representantes da comunidade.

Os documentos de um sistema de planejamento hoje existentes - o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) - indicam ser ineficientes para exprimir e realizar as ações do governo. Nesta perspectiva, o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - tende a minimizar estas distorções, mas não o suficiente. Ela veio reforçar o papel do orçamento como instrumento de controle das finanças públicas e gestão fiscal. Mas, quanto a se prestar como instrumento de planejamento, como as demais legislações hoje vigentes - CF/88 e Lei 4320/64 - ela pode não passar de um conjunto de boas intenções.

4.2 RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho, ao limitar a pesquisa sobre o orçamento público municipal como elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças, com vistas a seu desenvolvimento e estabilidade das finanças, aos municípios da AMUVI – Associação dos municípios do Vale do Ivaí – apresenta limitações, razão pela qual se faz algumas recomendações para futuras pesquisas:

- considera-se relevante abranger outros municípios do estado do Paraná, em especial aqueles com mais de 50 mil habitantes;
- também se recomenda repetir a presente pesquisa nos municípios com população até 50 mil habitantes, abrangendo os futuros exercícios de 2001, 2002 e 2003, a fim de analisar a eficácia da Lei complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal no processo de elaboração, execução e controle orçamentário com vistas a seu desenvolvimento e estabilidade das finanças públicas;
- por último, acredita-se ser interessante analisar qualitativamente quais ações que tiveram maiores desvios entre o orçado e o realizado, extratificando-as por funções de governo,

Novamente deve-se reiterar a necessidade da efetivação de mudanças na gestão administrativa, de forma a contemplar a função do orçamento como importante instrumento de ligação entre o planejamento operacional e as finanças, especialmente de pequenos municípios, com vistas a seu desenvolvimento e a estabilidade das finanças públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Benedicto de. *Contabilidade pública*. 7 ed. São Paulo, Atlas, 1981.
- ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. São Paulo, Atlas, 1993.
- ANDRADE, Zenio Rosa. *O controle interno de órgãos municipais: uma visão estrutural*. Florianópolis: TCE/SC, 1989.
- ANGÉLICO, João. *Contabilidade pública*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PÚBLICO. *Planejamento e orçamento*. 3º Quadrimestral, 1985.
- BALEEIRO, Aliomar, *Uma introdução à Ciência das Finanças*. 10 ed. Rio de Janeiro, Forense. 1974.
- BARROS, Aidil Jesus Paes de e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Um guia para a iniciação científica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.
- BELCHIOR, Procópio G. O. *Orçamento-programa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.
- BIO, Sérgio Rodrigues. *Sistemas de informação: um enfoque gerencial*. São Paulo, Atlas, 1991.
- BRASIL *Constituição federal de 1988*. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1998.
- BRASIL. *Código Tributário Nacional*. 24. ed. São Paulo, Saraiva, 1995.
- BRUNO, Mário Cristóvão. *Compreendendo a gestão patrimonial à luz da LRF*. Rio de Janeiro, IBAM/BNDES, 2001.
- BURKHEAD, Jesse. *Orçamento público*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Todas as Constituições do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1976.
- CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 10. ed. Ver. E aum. São Paulo: Saraiva, 1998.
- CASTRO, Flávio Regis Xavier de Moura e, *Lei de Responsabilidade Fiscal: abordagens pontuais: doutrina-legislação*. Belo Horizonte: Del Rey. 2000.
- CHALFUN, Nelson. *Entendendo a contribuição da política fiscal, do PPA e da LDO para a gestão fiscal responsável*. Rio de Janeiro, IBAM/BNDES, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria geral da administração*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1979.

CITADINI, Antônio Roque. *O controle externo da administração pública*. São Paulo, Max Limonad, 1995.

COLLINS, James C. e PORRAS, Jeny 1. *Feitas para durar: práticas bem sucedidas em empresas visionárias*. 4 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

COSTA, Jorge Gustavo da. *Planejamento governamental: a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

CRUZ, Flávio da. *Auditoria governamental*. São Paulo: Atlas, 1997.

DALTON, Hugh. *Princípios de finanças públicas*. 2 ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1970.

DECRETO nº 2.829, de 29 de outubro de 1998.

FERREIRA, Wolgran Junqueira. *Comentários à Lei 4.320*. Campinas: Julex, 1987.

FILLELINI, Alfredo. *Economia do setor público*. São Paulo, Atlas, 1994.

GABINETE DO SENADOR BERNARDO CABRAL. *O município e a cidadania: seleção de textos para o administrador público e o cidadão*. Brasília: Senado Federal, 1996.

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 8 ed. São Paulo, Atlas, 1998.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GITMAN, Lawrence. *Princípios de administração financeira*. 7 ed. São Paulo, Harbra, 1997.

GONÇALVES, Marcos Flávio. *Traçando um panorama geral da Lei de Responsabilidade Fiscal*. Rio de Janeiro, IBAM/BNDES, 2001.

HERRMANN JR., Frederico. *Contabilidade superior*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1970.

IBAM. *Evolução do município brasileiro*. Disponível em: [http //www. ibam. org.municipio. htm](http://www.ibam.org.municipio.htm). Acessado em 28 de novembro de 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. *Consultas e pareceres de contabilidade municipal*. Rio de Janeiro: IBAM, 1978.

_____. *Manual do Prefeito*. 9 ed. Rio de Janeiro: IBAM, 1992.

ISKANDAR, Janiil Ibrahim. *Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos*. Curitiba: Champagnat, 2000.

JACINTO, Roque. *Contabilidade pública*. São Paulo: Ática, 1989.

JONES, David C. *Municipal accounting for developing countries*. Washington: The World Bank, 1984.

KHALR, Antônio Amir e VIGNOLI, Francisco Humberto (coord). Manual de orientação para o crescimento da receita própria municipal. São Paulo: FGV - EAESP, 2000.

KOHAMA, Helio. *Contabilidade pública: teoria e prática*. 5.ed., São Paulo, Atlas, 1996.

LEMES, Fábio Nogueira. *Orçamentos municipais e procedimentos legislativos*. São Paulo, EDIPRO, 1991.

LOBO, Roberto Jorge Haddock. *História econômica e administrativa do Brasil*. 19.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LOPES DE SA, Ana Maria. *Bases do direito tributário: normas gerais, o sistema tributário nacional, legislação tributária, todos os impostos, taxas*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1981.

MACHADO JR., José Teixeira. *A técnica do orçamento-programa no Brasil*. Rio de Janeiro, IBAM, 1979.

_____. O orçamento como instrumento do planejamento governamental. *Revista ABOP*, Brasília, nº 3, p. 9-24, janeiro/abril, 1977.

MACHADO JR, J. Teixeira e REIS, Heraldo Costa. *A lei 4320 comentada*. Rio de Janeiro, IBAM, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Manual do imposto sobre serviços*. 3.ed. São Paulo, Atlas, 2000.

MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 4 ed. São Paulo, Atlas, 1997.

MATIAS, Alberto Borges e CAMPELO Carlos A. G. B. *Administração Financeira Municipal*. São Paulo, Atlas, 2000.

MAURO, Elizabeth. *Operacionalizando o planejamento*. Rio de Janeiro, IBAM/BNDES, 2001.

_____. *Controlando e avaliando a execução do orçamento*. Rio de Janeiro, IBAM/BNDES, 2001.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. *Introdução à administração*. São Paulo, Atlas, 1986.

- MEIRELLES, Helly Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 4 ed. São Paulo, Malheiros, 1981.
- _____. *Direito municipal brasileiro*. 4 ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1981.
- MELLO, Diogo Lordello de. Panorama da administração municipal brasileira: *Caderno de administração pública*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. 1991.
- MICHAEL, Faris Antônio S. *História do Paraná*. Gráfica Editora Paraná Ltda. Curitiba, 1969.
- MONTANA, Patrick J.e CHARMON, Bruce H.A Administração, São Paulo, Saraiva, 1999.
- MONTORO, Eugênio Franco. *O município na Constituição brasileira*. São Paulo, EDUC, 1995.
- NASCIMENTO, José Olavo do. *Contabilidade pública*. Porto Alegre, SEDESUL/UFRGS, 1971.
- _____. O equilíbrio orçamentário. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília, v. 26, n. 102, p. 41, jan/fev. 1997.
- NÓBREGA, Marcos. O controle e a auditoria na administração municipal. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 201, p. 60-63, out/dez 1991.
- NUNES. José de Castro. *Do estado federado e sua organização municipal*. 2.ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 1982.
- OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. São Paulo, Pioneira, 1997.
- PERES, Lázaro Borges. *Contabilidade pública: ensaios de contabilidade orçamentária*. Florianópolis, CRC/SC, 1997.
- PEREIRA, José Matias. *Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil*. São Paulo, Atlas, 1999.
- PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias; e ROSA, Maira Berenice. *Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública*. 5 ed. São Paulo, Atlas, 1997.
- PORTARIA nº 51/98
- PORTARIA nº 117/98
- PORTARIA nº 42, de 14 de abril de 1999.
- REBELO, Hamilton Nobre. *Técnica e política do orçamento programa*. Belo Horizonte, Veja, 1979.

REIS, Heraldo da Costa. *Contabilidade municipal: teoria e prática*. 2 ed. Rio de Janeiro, IBAM, 1985.

_____. *Curso de elaboração, execução e controle do orçamento*. Lição 10. Rio de Janeiro, IBAM, 1981.

_____. Área e centros de responsabilidade no controle interno das entidades governamentais. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 205, p.19-135, out./dez. 1992.

_____. *Gestão governamental e a contabilidade por fundos*. Rio do Janeiro, IBAM/CDM, 1991.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 2 ed. São Paulo, Atlas, 1989.

ROCHA, Levi Alvarenga. *Perícia contábil*. Florianópolis, CRC/SC, 1997.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. *Análise de balanços ao alcance de todos*. 9 ed. São Paulo, Atlas, 1978.

SEVERINO, Joaquim Antônio. *Metodologia do trabalho científico*. 20 ed. São Paulo, Cortez, 1996.

SILVA, Fernando Antônio Resende de. *Finanças públicas*. São Paulo, Atlas, 1981.

SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade governamental: um enfoque administrativo*. 3 ed. São Paulo, Atlas, 1996.

SILVA, Edna Lúcia, *Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação*, Florianópolis, Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2000.

TEIXEIRA, Hélio Janny e SANTANA, Solange Maria. *Elementos para um novo modelo de gestão pública*. São Paulo, Edgard Blücher, 1994.

TOMBINI, Tildo Noelmo. Orçamento-programa, seu papel no planejamento. *Revista ABOP*, nº 12, Brasília, 1976.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987.

VANZELA, Rolando. *O orçamento como instrumento de gestão nos municípios do Vale do Ivaí*. Londrina, Dissertação de Mestrado, UNOPAR, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo, Atlas, 1998.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Editora Gráfica Vicentina Ltda. Curitiba, 1988.

WELSCH, Glenn Albert. *Orçamento empresarial*. 4 ed. São Paulo, Atlas, 1990.

WILKEN, Edgard da Silva. *Técnica orçamentária e contabilidade pública*. 8 ed. Rio de Janeiro, Aurora, 1970.

ANEXOS

ANEXO 1

**Comparativo das metas orçadas com as realizadas do
município de Califórnia**

TABELA 1 - Comparativo entre as metas orçadas e realizadas - exercício de 1998

Metas	Orçados	Realizados	Diferença	Variação %
Atividades Legislativas	108.500,00	97.890,62	-10.609,38	-9,78%
Aquis. De Equip. da Câmara Municipal	21.000,00	3.784,00	-17.216,00	-81,98%
Assessoramento Superior	161.000,00	220.075,72	59.075,72	36,69%
Aquisição de Veículos	40.000,00	25.081,00	-14.919,00	-37,30%
Serviços de Administração Geral	277.000,00	226.686,70	-50.313,30	-18,16%
Desenvolvimento Agrop. e Abastecim.	80.000,00	35.153,97	-44.846,03	-56,06%
Contribuição a Instituições Privadas	10.000,00	7.949,92	-2.050,08	-20,50%
Manut. Do Abastec. D'Água de Bairros	5.000,00	3.586,49	-1.413,51	-28,27%
Manut. do Terminal de Trabal. Volante	36.000,00	1.023,94	-34.976,06	-97,16%
Pgto. de Prov e Apos. a Pensionistas e Servidores	30.000,00	34.542,13	4.542,13	15,14%
Cont. ao Prog. de For. Patr. do Serv. Púb - Pasep	30.000,00	22.221,79	-7.778,21	-25,93%
Amortizações e Encargos	240.000,00	244.759,38	4.759,38	1,98%
Manutenção Da Divisão de Obras	80.000,00	17.364,11	-62.635,89	-78,29%
Construção de Vila Rural	40.000,00	0,00	-40.000,00	-100,00%
Manutenção da Divisão de Polícia	10.000,00	739,80	-9.260,20	-92,60%
Constr. e Ref. de Casas p/ Pess. de Baixa renda	10.000,00	1.530,00	-8.470,00	-84,70%
Pavimen. E Recap. De Vias Urbanas	100.000,00	185,00	-99.815,00	-99,82%
Conclusão do aterro Sanitário	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Reforma da Prainha e Const. Área Lazer	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Construção de Calçada e Restauração	40.000,00	0,00	-40.000,00	-100,00%
Auxílio a Indústria	100.000,00	37.201,74	-62.798,26	-62,80%
Construção de Sanitários	10.000,00	373,29	-9.626,71	-96,27%
Constr. Galer. Pluv. de Combate à Erosão	100.000,00	3.581,09	-96.418,91	-96,42%
Readequação de Estr. Pontes e Bueiros	30.000,00	3.340,20	-26.659,80	-88,87%
Conservação de Estradas Vicinais	106.000,00	120.690,52	14.690,52	13,86%
Reequip. e moderniz. Do Parque Rodov.	50.000,00	58,00	-49.942,00	-99,88%
Manutenção dos Serv. Administrativos	340.000,00	296.575,72	-43.424,28	-12,77%
Aquisição e/ou Desaprop. De Imóveis	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%
Levantamento Topográf. Arquit. E Estrut.	5.000,00	3.494,42	-1.505,58	-30,11%
Manuten. Dos Serv. De Limpeza Pública	43.000,00	2.552,90	-40.447,10	-94,06%
Remodelação de Cemit. E Capela Mortu.	15.000,00	63,42	-14.936,58	-99,58%
Exten. E Remodel. da Rede de Ilumin. Plública	20.000,00	1.059,10	-18.940,90	-94,70%
Manutenção dos Serv. de Utilidade Pública	20.000,00	7.654,76	-12.345,24	-61,73%
Constr. e/ou Instalação de Laboratório	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Aquis. e/ou Desapr. Do Hospital Municipal	90.000,00	32.280,40	-57.719,60	-64,13%
Manutenção do Centro de Saúde	251.000,00	229.531,87	-21.468,13	-8,55%
Assistência a APMI	10.000,00	3.952,58	-6.047,42	-60,47%
Construção e Manutenção do Conselho Tutelar	56.500,00	19.677,92	-36.822,08	-65,17%
Assistência ao Lar São Vicente de Paulo	20.000,00	1.994,72	-18.005,28	-90,03%
Manutenção da Assistência Social	150.000,00	107.575,99	-42.424,01	-28,28%
Serviços de Administração Geral	155.000,00	274.560,32	119.560,32	77,14%
Manutenção da Creche João Gimeni	87.000,00	36.421,55	-50.578,45	-58,14%
Manutenção da Creche Vovó Zaia	57.000,00	16.451,66	-40.548,34	-71,14%
Assistência Financeira a Colégios Estaduais	3.000,00	145,00	-2.855,00	-95,17%
Distribuição da Merenda Escolar	55.000,00	47.336,69	-7.663,31	-13,93%

Manutenção da Escola Casa de Campo	15.000,00	634,05	-14.365,95	-95,77%
Manutenção da Oficina Profissionalizante	35.000,00	7.671,77	-27.328,23	-78,08%
Manutenção do Transporte Escoalr	100.000,00	146.091,32	46.091,32	46,09%
Manutenção da Educação Pré-Escolar	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Constr. e Remodelação de Unidades Escolares	20.000,00	179,90	-19.820,10	-99,10%
Manutenção do Ensino Fundamental	30.000,00	7.826,24	-22.173,76	-73,91%
Manutenção do FUNDEF	314.000,00	240.383,04	-73.616,96	-23,44%
Encargos do FUNDEF	264.000,00	254.399,26	-9.600,74	-3,64%
Manutenção do Ensino supletivo	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Construção e Cobertura de Quadra de Esportes	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Manutenção da Escola Irmão Caçula	80.000,00	50.220,46	-29.779,54	-37,22%
Auxílio Financeiro a APAE	40.000,00	7.191,25	-32.808,75	-82,02%
Const. e Remod. de Quadras e Campos de Fut.	20.000,00	62.500,00	42.500,00	212,50%
Manutenção do Esporte	10.000,00	3.450,37	-6.549,63	-65,50%
Constr. e/ou Desapr. De Im. para Cen.Cultural	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%
TOTAL	4.250.000,00	2.969.696,09	-1.280.303,91	

TABELA 2 - Comparativo entre as metas orçadas e realizadas - exercício de 1999

Metas	Orçados	Realizados	Diferença	Variação %
Atividades Legislativas	125.500,00	94.283,62	-31.216,38	-24,87%
Aquis. De Equip. da Câmara Municipal	18.000,00	30,00	-17.970,00	-99,83%
Assessoramento Superior	240.000,00	220.489,91	-19.510,09	-8,13%
Aquisição de Veículos	30.000,00	16.000,00	-14.000,00	-46,67%
Serviços de Administração Geral	264.000,00	214.788,35	-49.211,65	-18,64%
Desenvolvimento Agrop. e Abastecim.	50.000,00	20.131,88	-29.868,12	-59,74%
Contribuição a Instituições Privadas	10.000,00	10.533,74	533,74	5,34%
Manut. Do Abastec. D'Água de Bairros	5.000,00	4.859,67	-140,33	-2,81%
Manut. do Terminal de Trabal. Volante	11.500,00	1.540,25	-9.959,75	-86,61%
Pgto. de Prov. e Apos. a Pensionistas e Servidores	35.000,00	36.103,75	1.103,75	3,15%
Contribuição ao Pasep	25.000,00	22.946,55	-2.053,45	-8,21%
Amortizações e Encargos	268.000,00	310.890,00	42.890,00	16,00%
Manutenção Da Divisão de Obras	30.000,00	27.398,08	-2.601,92	-8,67%
Construção de Vila Rural	25.000,00	0,00	-25.000,00	-100,00%
Manutenção da Divisão de Polícia	15.000,00	2.502,24	-12.497,76	-83,32%
Constr. e Ref.de Casas p/ Pessoas de Baixa Renda	5.000,00	16.673,70	11.673,70	233,47%
Pavimen. e Recap. De Vias Urbanas	80.000,00	1.637,50	-78.362,50	-97,95%
Conclusão do aterro Sanitário	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Reforma da Prainha e Const. Area Lazer	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Construção de Calçadão e Restauração	60.000,00	0,00	-60.000,00	-100,00%
Auxílio a Indústria	46.000,00	23.833,50	-22.166,50	-48,19%
Construção de Sanitários	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Constr. Galer. Pluv. De Combate Erosão	52.000,00	7.800,38	-44.199,62	-85,00%
Readequação de Estr. Pontes e Bueros	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Conservação de Estradas Vicinais	130.000,00	65.739,23	-64.260,77	-49,43%
Reequip. E Moderniz. Do Parque Rodov.	50.000,00	520,00	-49.480,00	-98,96%
Manutenção dos Serv. Administrativos	358.000,00	299.407,23	-58.592,77	-16,37%
Aquisição e/ou Desaprop. De Imóveis	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%
Levantamento Topográf. Arquit. E Estrut.	5.000,00	564,00	-4.436,00	-88,72%
Manuten. Dos Serv. De Limpeza Pública	43.000,00	2.810,60	-40.189,40	-93,46%
Remodelação de Cemit. E Capela Mortu.	6.000,00	3.903,96	-2.096,04	-34,93%
Exten. E Remodel. da Rede de Ilumin. Plública	20.000,00	785,00	-19.215,00	-96,08%
Manutenção dos Serv. de Utilidade Pública	15.000,00	595,95	-14.404,05	-96,03%
Constr. e/ou Instalação de Laboratório	15.000,00	0,00	-15.000,00	-100,00%
Aqu. E/ou Desapropiação do Hospital Municipal	90.000,00	0,00	-90.000,00	-100,00%
Manutenção do Centro de Saúde	281.000,00	255.394,22	-25.605,78	-9,11%
Assistência a APMI	5.000,00	5.495,77	495,77	9,92%
Construção e Manutenção do Conselho Tutelar	18.000,00	7.369,70	-10.630,30	-59,06%
Assistência ao Lar São Vicente de Paulo	7.000,00	11.267,34	4.267,34	60,96%
Manutenção da Assistência Social	250.000,00	130.680,36	-119.319,64	-47,73%
Serviços de Administração Geral	52.000,00	75.233,56	23.233,56	44,68%
Manutenção da Creche João Gimeni	69.000,00	83.819,58	14.819,58	21,48%
Manutenção da Creche Vovó Zaia	40.000,00	21.181,51	-18.818,49	-47,05%
Assistência Financeira a Colégios Estaduais	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100,00%
Distribuição da Merenda Escolar	51.000,00	56.008,83	5.008,83	9,82%

Manutenção da Escola Casa de Campo	7.000,00	0,00	-7.000,00	-100,00%
Manutenção da Oficina Profissionalizante	55.000,00	10.449,20	-44.550,80	-81,00%
Manutenção do Transporte Escolar	150.000,00	133.617,50	-16.382,50	-10,92%
Manutenção da Educação Pré-Escolar	15.000,00	1.780,86	-13.219,14	-88,13%
Construção e Remodelação de Unidades Escolares	12.000,00	2.975,20	-9.024,80	-75,21%
Manutenção do Ensino Fundamental	192.000,00	119.484,50	-72.515,50	-37,77%
Manutenção do FUNDEF	303.000,00	277.543,44	-25.456,56	-8,40%
Encargos do FUNDEF	278.000,00	281.836,62	3.836,62	1,38%
Manutenção do Ensino supletivo	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100,00%
Construção e Cobertura de Quadra de Esportes	40.000,00	0,00	-40.000,00	-100,00%
Manutenção da Escola Irmão Caçula	70.000,00	19.596,77	-50.403,23	-72,00%
Auxílio Financeiro a APAE	20.000,00	9.737,64	-10.262,36	-51,31%
Constr. e Remodel. De Quadras e Campos de Fut.	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%
Manutenção do Esporte	9.000,00	7.095,71	-1.904,29	-21,16%
Constr. e/ou Desap. De Imóvel para Cent. Cultural	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%
TOTAL	4.300.000,00	2.917.337,40	-1.382.662,60	

TABELA 3 - Comparativo entre as metas orçadas e realizadas - exercício de 2000

Metas	Orçados	Realizados	Diferença	Variação %
Atividades Legislativas	132.000,00	107.236,97	-24.763,03	-18,76%
Aquis. De Equip. da Câmara Municipal	18.000,00	0,00	-18.000,00	-100,00%
Assessoramento Superior	288.000,00	271.365,12	-16.634,88	-5,78%
Aquisição de Veículos	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Serviços de Administração Geral	301.000,00	311.692,48	10.692,48	3,55%
Desenvolvimento Agrop. e Abastecim.	42.000,00	24.043,19	-17.956,81	-42,75%
Contribuição a Instituições Privadas	5.000,00	5.271,80	271,80	5,44%
Manut. Do Abastec. D'Água de Bairros	7.000,00	4.331,90	-2.668,10	-38,12%
Manut. do Terminal de Trabal. Volante	12.000,00	17.588,10	5.588,10	46,57%
Pgto. De Prov. e Apos. a Pensionistas e Servidores	42.000,00	39.741,13	-2.258,87	-5,38%
Contribuição ao Pasep	30.000,00	24.210,34	-5.789,66	-19,30%
Amortizações e Encargos	390.000,00	147.464,01	-242.535,99	-62,19%
Manutenção da Divisão de Obras	20.000,00	17.603,78	-2.396,22	-11,98%
Construção de Vila Rural	25.000,00	1.980,00	-23.020,00	-92,08%
Manutenção da Divisão de Polícia	10.000,00	3.569,84	-6.430,16	-64,30%
Constr. e Reforma de Casas p/ Pessoas de Baixa Renda	20.000,00	1.946,70	-18.053,30	-90,27%
Pavimen. e Recap. De Vias Urbanas	50.000,00	1.701,00	-48.299,00	-96,60%
Conclusão do aterro Sanitário	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Reforma da Prainha e Const. Area Lazer	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Construção de Calçamento e Restauração	45.000,00	0,00	-45.000,00	-100,00%
Auxílio a Indústria	45.000,00	10.446,67	-34.553,33	-76,79%
Construção de Sanitários	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Constr. Galer. Pluv. De Combate Erosão	46.000,00	10.127,56	-35.872,44	-77,98%
Readequação de Estr. Pontes e Bueiros	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Conservação de Estradas Vicinais	120.000,00	40.190,74	-79.809,26	-66,51%
Reequip. E Moderniz. Do Parque Rodov.	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%
Manutenção dos Serv. Administrativos	414.000,00	441.147,21	27.147,21	6,56%
Aquisição e/ou Desaprop. De Imóveis	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Levantamento Topográf. Arquit. E Estrut.	3.000,00	600,00	-2.400,00	-80,00%
Manuten. Dos Serv. De Limpeza Pública	24.000,00	4.340,40	-19.659,60	-81,92%
Remodelação de Cemit. E Capela Mortu.	4.000,00	0,00	-4.000,00	-100,00%
Exten. E Remodel. da Rede de Ilumin. Plública	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Manutenção dos Serv. de Utilidade Pública	8.000,00	941,35	-7.058,65	-88,23%
Constr. e/ou Instalação de Laboratório	8.000,00	0,00	-8.000,00	-100,00%
Aquisição e/ou Desapropiação do Hospital Municipal	40.000,00	0,00	-40.000,00	-100,00%
Manutenção do Centro de Saúde	308.000,00	346.195,31	38.195,31	12,40%
Assistência a APMI	6.000,00	5.410,36	-589,64	-9,83%
Construção e Manutenção do Conselho Tutelar	15.000,00	30.089,24	15.089,24	100,59%
Assistência ao Lar São Vicente de Paulo	4.000,00	3.554,37	-445,63	-11,14%
Manutenção da Assistência Social	273.000,00	131.707,12	-141.292,88	-51,76%
Serviços de Administração Geral	39.000,00	19.965,35	-19.034,65	-48,81%
Manutenção da Creche João Gimeni	105.000,00	130.410,77	25.410,77	24,20%
Manutenção da Creche Vovó Zaia	33.000,00	20.714,54	-12.285,46	-37,23%
Assistência Financeira a Colégios Estaduais	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100,00%
Distribuição da Merenda Escolar	64.000,00	62.188,20	-1.811,80	-2,83%
Manutenção da Escola Casa de Campo	7.000,00	0,00	-7.000,00	-100,00%
Manutenção da Oficina Profissionalizante	20.000,00	10.786,00	-9.214,00	-46,07%

Manutenção do Transporte Escolar	190.000,00	178.311,23	-11.688,77	-6,15%
Manutenção da Educação Pré-Escolar	10.000,00	1.627,73	-8.372,27	-83,72%
Construção e Remodelação de Unidades Escolares	7.000,00	396,70	-6.603,30	-94,33%
Manutenção da Escola Municipal Califórnia	91.500,00	37.914,37		
Manutenção da Escola Municipal Sueli B. Sanches	36.000,00	41.023,78		
Manutenção das Escolas Rurais Municipais	34.500,00	49.831,88		
Manutenção do FUNDEF-Esc Municipal Califórnia	205.500,00	176.351,94	-29.148,06	-14,18%
Manutenção do FUNDEF-Esc Municipal Sueli Sanches	108.500,00	139.880,08		
Manutenção do FUNDEF-Esc Rurais Municipais	38.000,00	44.478,75	6.478,75	17,05%
Encargos do FUNDEF	305.000,00	0,00	-305.000,00	-100,00%
Manutenção do Ensino supletivo	2.000,00	1.000,00	-1.000,00	-50,00%
Construção e Cobertura de Quadra de Esportes	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Manutenção da Escola Irmão Caçula	95.000,00	85.985,26	-9.014,74	-9,49%
Auxílio Financeiro a APAE	54.000,00	32.278,54	-21.721,46	-40,22%
Constr. e Remod. de Quadras e Campos de Futebol	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Manutenção do Esporte	11.000,00	10.907,48	-92,52	-0,84%
Constr. e/ou Desap. De Imóvel para Centro Cultural	37.000,00	0,00	-37.000,00	-100,00%
TOTAL	4.450.000,00	3.048.555,38	-1.401.444,62	

ANEXO 2

Comparativo das metas orçadas com as realizadas do município de Cambira

TABELA 1 - Comparativo entre as metas orçadas e realizadas - exercício de 1998

Metas	Orçado	Realizado	Diferença	Variação %
Reequipamento da Câmara Municipal	15.000,00	350,00	-14.650,00	-97,67%
Atividades Legislativa	168.000,00	125.667,47	-42.332,53	-25,20%
Manutenção do Gabinete do Prefeito	201.500,00	216.183,30	14.683,30	7,29%
Assistência Financeira a AMUYI	5.000,00	3.960,00	-1.040,00	-20,80%
Serviço de Alistamento Militar	10.600,00	4.408,65	-6.191,35	-58,41%
Assistência Financeira Consórcio Rio Pirapó	3.000,00	0,00	-3.000,00	-100,00%
Encargos Conselho Criança	2.000,00	130,00	-1.870,00	-93,50%
Serviço Administrativo Geral	123.350,00	140.490,73	17.140,73	13,90%
Serviços de Telefonia	15.000,00	2.996,01	-12.003,99	-80,03%
Construção Viveiros de Mudas	50.000,00	3.552,66	-46.447,34	-92,89%
Aquisição Equipamentos	5.000,00	34,93	-4.965,07	-99,30%
Incentivo Setor Agropecuário	23.000,00	2.028,09	-20.971,91	-91,18%
Convênio Com a EMATER	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Manutenção de Atividades Agropecuárias	60.000,00	19.098,04	-40.901,96	-68,17%
Contribuição ao PASEP	30.000,00	24.748,37	-5.251,63	-17,51%
Capacitação Recursos Humanos	10.000,00	260,51	-9.739,49	-97,39%
Manutenção Seção Pessoal	30.500,00	8.260,64	-22.239,36	-72,92%
Encargos Com Inativos e Pensionistas	250.000,00	140.773,50	-109.226,50	-43,69%
Manutenção Serviços Tesouraria	18.000,00	9.439,25	-8.560,75	-47,56%
Manutenção Serviços Tributários e Fiscalização	57.000,00	39.884,61	-17.115,39	-30,03%
Reequipamentos da Divisão Finanças	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Administração Financeira e Contabilidade	45.500,00	33.992,67	-11.507,33	-25,29%
Encargos com Sentenças Judiciárias	140.000,00	0,00	-140.000,00	-100,00%
Amortização e Encargos Dívida Pública	188.000,00	145.469,61	-42.530,39	-22,62%
Readequação Estradas e Pontes	10.000,00	2.949,49	-7.050,51	-70,51%
Aquisição Equipamentos Rodoviários	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Conservação Estradas Vicinais	286.000,00	175.711,02	-110.288,98	-38,56%
Construção Prédio para a Câmara	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Aquisição de Veículos	5.000,00	4.820,00	-180,00	-3,60%
Aquisição de Imóveis	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Inspeção Padronização de Produtos	20.000,00	2.483,58	-17.516,42	-87,58%
Aquisição de Imóveis	70.000,00	32.000,00	-38.000,00	-54,29%
Construção de Barracão para Calcário	5.000,00	3.850,00	-1.150,00	-23,00%
Serviços Administrativos em Geral	236.000,00	250.615,13	14.615,13	6,19%
Levantamento Topográfico	5.000,00	2.198,10	-2.801,90	-56,04%
Construção e Modernização de Praças e Jardins	15.000,00	5.853,09	-9.146,91	-60,98%
Construção de Guias e Sarjetas	15.000,00	16.332,36	1.332,36	8,88%
Pavimentação de Ruas e Avenidas	15.000,00	580,00	-14.420,00	-96,13%
Restauração de Pavimentação Asfáltica	10.000,00	4.183,91	-5.816,09	-58,16%
Arborização e Ajardinamento	15.000,00	4.338,50	-10.661,50	-71,08%
Construção Salas Profissionalizantes	5.000,00	1.500,00	-3.500,00	-70,00%
Ampliação Parque Industrial	50.000,00	49.965,29	-34,71	-0,07%
Construção de Prédio Armazenamento de Produtos	15.000,00	16.000,00	1.000,00	6,67%
Construção Abastecimento de Água	15.000,00	232,00	-14.768,00	-98,45%
Captação, Ampliação Sistema de Água	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Construção Abrigos Rodoviários	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Sinalização de Ruas e Avenidas	5.000,00	3.821,05	-1.178,95	-23,58%

Reequipação Limpeza Pública	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Manutenção Serviços Limpeza Pública	104500	79.947,68	-24.552,32	-23,50%
Manutenção de Serviços Cemitério	27.500,00	7.172,10	-20.327,90	-73,92%
Readequação Rede Iluminação Pública	40.000,00	14,42	-39.985,58	-99,96%
Manutenção Serviços Iluminação Pública	25.000,00	5.955,96	-19.044,04	-76,18%
Ampliação e Construção de Creches	15.000,00	0,00	-15.000,00	-100,00%
Manutenção de Creches	92.500,00	78.477,25	-14.022,75	-15,16%
Construção Instalação de Escolas	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Ampliação Reformas Escolas	15.000,00	6.656,20	-8.343,80	-55,63%
Encargos FMDEFM	478.294,00	326.748,41	-151.545,59	-31,68%
Manutenção FUNDEF	326.256,00	253.199,59	-73.056,41	-22,39%
Aquisição de Veículos	20.000,00	5.500,00	-14.500,00	-72,50%
Transporte Escolar	84.500,00	64.540,94	-19.959,06	-23,62%
Manutenção Vaca Mecânica	14.500,00	3.000,00	-11.500,00	-79,31%
Manutenção Merenda Escolar	35.000,00	20.655,79	-14.344,21	-40,98%
Assistência Financeira Entidade	5.000,00	600,00	-4.400,00	-88,00%
Encargos Com APAE	16.500,00	13.500,00	-3.000,00	-18,18%
Reequipação Seção Cultura e Esportes	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Manutenção Atividades Esportivas	63.000,00	50.251,13	-12.748,87	-20,24%
Construção Quadra de Esportes	11.000,00	91.419,65	80.419,65	731,09%
Manutenção Biblioteca Municipal	20.000,00	3.977,24	-16.022,76	-80,11%
Assistência Financeira a entidade	3.000,00	220,00	-2.780,00	-92,67%
Manutenção Programa Leite	12.000,00	0,00	-12.000,00	-100,00%
Aquisição de Veículos	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Aquisição de Imóveis	15.000,00	500,00	-14.500,00	-96,67%
Conclusão Hospitalar	105.000,00	0,00	-105.000,00	-100,00%
Ampliação do Posto de Saúde	20.000,00	1.750,00	-18.250,00	-91,25%
Manutenção Serviços de Saúde	200.000,00	191.356,08	-8.643,92	-4,32%
Erradicação do AEDES AEGYTI	3.000,00	0,00	-3.000,00	-100,00%
Coleta de Lixo Hospitalar	1.000,00	0,00	-1.000,00	-100,00%
Construção Condomínio para Idosos	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Manutenção Centro Convivência Idosos	13.000,00	9.453,44	-3.546,56	-27,28%
Ação Assistencial	75.000,00	65.918,17	-9.081,83	-12,11%
Manutenção Centro Trabalhador Volante	15.000,00	7.602,50	-7.397,50	-49,32%
Construção Calçadas Padrão	15.000,00	5.840,00	-9.160,00	-61,07%
Manutenção Ensino Fundamental	242.000,00	213.793,85	-28.206,15	-11,66%
TOTAL	4.500.000,00	2.993.817,96	-1.506.182,04	

TABELA 2 - Comparativo entre as metas orçadas e realizadas - exercício de 1999

Metas	Orçado	Realizado	Diferença	Variação %
Reequipamento da Câmara Municipal	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Atividades Legislativa	185.000,00	115.731,88	-69.268,12	-37,44%
Manutenção do Gabinete do Prefeito	248.000,00	199.134,44	-48.865,56	-19,70%
Assistência Financeira à AMUYI	5.000,00	3.930,00	-1.070,00	-21,40%
Serviço de Alistamento Militar	7.500,00	4.861,53	-2.638,47	-35,18%
Assistência Financeira Consórcio Rio Pirapó	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100,00%
Encargos Conselho Criança	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100,00%
Serviço Administrativo Geral	161.000,00	147.726,96	-13.273,04	-8,24%
Serviços de Telefonia	9.000,00	3.887,23	-5.112,77	-56,81%
Construção Viveiros de Mudas	15.000,00	13.992,79	-1.007,21	-6,71%
Aquisição Equipamentos	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Incentivo Setor Agropecuário	10.000,00	800,00	-9.200,00	-92,00%
Convênio com a EMATER	15.000,00	1.740,00	-13.260,00	-88,40%
Manutenção de Atividades Agropecuárias	54.000,00	27.719,52	-26.280,48	-48,67%
Contribuição ao PASEP	30.000,00	15.797,57	-14.202,43	-47,34%
Capacitação Recursos Humanos	5.500,00	591,30	-4.908,70	-89,25%
Manutenção Seção Pessoal	24.000,00	10.195,58	-13.804,42	-57,52%
Encargos Com Inativos e Pensionistas	200.000,00	166.219,34	-33.780,66	-16,89%
Manutenção Serviços Tesouraria	14.500,00	11.117,18	-3.382,82	-23,33%
Manutenção Serviços Tributários e Fiscalização	59.500,00	42.877,57	-16.622,43	-27,94%
Administração Financeira e Contabilidade	45.000,00	32.131,35	-12.868,65	-28,60%
Encargos com Sentenças Judiciárias	130.000,00	0,00	-130.000,00	-100,00%
Amortização e Encargos Dívida Pública	270.000,00	229.074,58	-40.925,42	-15,16%
Readequação Estradas e Pontes	10.000,00	533,33	-9.466,67	-94,67%
Aquisição Equipamentos Rodoviários	150.000,00	95.000,00	-55.000,00	-36,67%
Conservação Estradas Vicinais	216.000,00	179.967,81	-36.032,19	-16,68%
Construção Prédio para a Câmara	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Aquisição de Veículos	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Aquisição de Imóveis	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Inspeção padronizada de produtos	17.500,00	90,00	-17.410,00	-99,49%
Aquisição de Imóveis	70.000,00	0,00	-70.000,00	-100,00%
Construção de Barracão para Calcário	8.000,00	0,00	-8.000,00	-100,00%
Serviços Administrativos em Geral	303.000,00	265.255,88	-37.744,12	-12,46%
Levantamento Topográfico	5.000,00	1.420,00	-3.580,00	-71,60%
Construção e Modernização de Praças e Jardins	20.000,00	1.062,50	-18.937,50	-94,69%
Construção de Guias e Sarjetas	15.000,00	14.810,41	-189,59	-1,26%
Pavimentação de Ruas e Avenidas	30.000,00	67.853,97	37.853,97	126,18%
Restauração de Pavimentação Asfáltica	10.000,00	770,00	-9.230,00	-92,30%
Arborização e Ajardinamento	20.000,00	13.143,00	-6.857,00	-34,29%
Construção Salas Profissionalizantes	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Ampliação Parque Industrial	90.000,00	32.432,67	-57.567,33	-63,96%
Construção de Prédio Armazenamento de Produtos	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Construção Abastecimento de Água	18.000,00	0,00	-18.000,00	-100,00%
Captação, Ampliação Sistema de Água	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Construção Abrigos Rodoviários	5.000,00	40,00	-4.960,00	-99,20%
Sinalização de Ruas e Avenidas	5.000,00	144,90	-4.855,10	-97,10%
Reequipação Limpeza Pública	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%

Manutenção Serviços Limpeza Pública	74.500,00	80.374,13	5.874,13	7,88%
Manutenção de Serviços Cemitério	19500	7.076,54	-12.423,46	-63,71%
Readequação Rede Iluminação Pública	40.000,00	5.850,00	-34.150,00	-85,38%
Manutenção Serviços Iluminação Pública	20.000,00	9.754,86	-10.245,14	-51,23%
Ampliação e Construção de Creches	15.000,00	3.734,48	-11.265,52	-75,10%
Manutenção de Creches	95.000,00	48.726,68	-46.273,32	-48,71%
Construção Instalação de Escolas	13.000,00	0,00	-13.000,00	-100,00%
Ampliação Reformas Escolas	10.000,00	9.692,40	-307,60	-3,08%
Encargos FMDEFM	362.000,00	358.544,91	-3.455,09	-0,95%
Manutenção FUNDEF	293.000,00	297.934,89	4.934,89	1,68%
Aquisição de Veículos	40.000,00	0,00	-40.000,00	-100,00%
Transporte Escolar	88.000,00	72.176,04	-15.823,96	-17,98%
Manutenção Vaca Mecânica	810,00	0,00	-810,00	-100,00%
Manutenção Merenda Escolar	28.000,00	13.644,74	-14.355,26	-51,27%
Assistência Financeira Entidade	5.000,00	393,00	-4.607,00	-92,14%
Encargos Com APAE	13.000,00	4.039,00	-8.961,00	-68,93%
Reequipação Seção Cultura e Esportes	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Manutenção Atividades Esportivas	57.500,00	49.733,40	-7.766,60	-13,51%
Construção Quadra de Esportes	65.000,00	24.541,51	-40.458,49	-62,24%
Manutenção Biblioteca Municipal	19.800,00	3.872,91	-15.927,09	-80,44%
Assistência Financeira a entidade	90.000,00	69.066,91	-20.933,09	-23,26%
Manutenção Programa Leite	6.000,00	1.574,16	-4.425,84	-73,76%
Aquisição de Veículos	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Aquisição de Imóveis	20.000,00	19.000,00	-1.000,00	-5,00%
Conclusão Hospitalar	110.000,00	85.000,00	-25.000,00	-22,73%
Ampliação do Posto de Saúde	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Manutenção Serviços de Saúde	205.500,00	180.671,00	-24.829,00	-12,08%
Erradicação do AEDES AEGYTI	3.400,00	245,00	-3.155,00	-92,79%
Coleta de Lixo Hospitalar	1.000,00	0,00	-1.000,00	-100,00%
Construção Condomínio para Idosos	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Manutenção Centro Convivência Idosos	11.000,00	9.240,95	-1.759,05	-15,99%
Ação Assistencial	75.000,00	73.782,40	-1.217,60	-1,62%
Manutenção Centro Trabalhador Volante	13.000,00	10.191,13	-2.808,87	-21,61%
Encargos com Inativos	22.500,00	9.551,30	-12.948,70	-57,55%
Reequipamento do sistema de informação	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Construção calçadas padrão	30.000,00	7.500,00	-22.500,00	-75,00%
Manutenção do Ensino Fundamental	242.000,00	199.557,75	-42.442,25	-17,54%
Conclusão aterro sanitário	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Ampliação anfiteatro Municipal	0,00	100.000,00	100.000,00	
Implantação Biblioteca Municipal	0,00	50.000,00	50.000,00	
Construção prédio Centro Cultural	0,00	58.180,00	58.180,00	
TOTAL	4.800.000,00	3.555.702,97	-1.244.297,03	

TABELA 3 - Comparativo entre as metas orçadas e realizadas - exercício de 2000

Metas	Orçado	Realizado	Diferença	Variação %
Reequipamento da Câmara Municipal	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Atividades Legislativa	187.000,00	115.890,49	-71.109,51	-38,03%
Manutenção do Gabinete do Prefeito	225.000,00	178.652,45	-46.347,55	-20,60%
Assistência Financeira a AMUYI	4.000,00	3.960,00	-40,00	-1,00%
Serviço de Alistamento Militar	7.600,00	4.966,95	-2.633,05	-34,65%
Assistência Financeira Consórcio Rio Pirapó	1.000,00	0,00	-1.000,00	-100,00%
Serviço Administrativo Geral	143.000,00	120.703,41	-22.296,59	-15,59%
Serviços de Telefonia	9.000,00	6.429,96	-2.570,04	-28,56%
Construção Viveiros de Mudas	5.000,00	4.044,36	-955,64	-19,11%
Aquisição Equipamentos	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100,00%
Incentivo Setor Agropecuário	6.000,00	31,00	-5.969,00	-99,48%
Convênio Com a EMATER	10.000,00	9.600,00	-400,00	-4,00%
Manutenção de Atividades Agropecuárias	37.000,00	34.137,47	-2.862,53	-7,74%
Contribuição ao PASEP	1.000,00	0,00	-1.000,00	-100,00%
Capacitação Recursos Humanos	3.000,00	204,10	-2.795,90	-93,20%
Manutenção Seção Pessoal	13.000,00	9.585,01	-3.414,99	-26,27%
Encargos Com Inativos e Pensionistas	184.000,00	173.780,25	-10.219,75	-5,55%
Manutenção Serviços Tesouraria	16.000,00	13.363,28	-2.636,72	-16,48%
Manutenção Serviços Tributários e Fiscalização	48.500,00	41.370,64	-7.129,36	-14,70%
Administração Financeira e Contabilidade	32.500,00	21.536,79	-10.963,21	-33,73%
Encargos com Sentenças Judiciais	18.000,00	611,00	-17.389,00	-96,61%
Amortização e Encargos Dívida Pública	271.000,00	217.680,71	-53.319,29	-19,68%
Readequação Estradas e Pontes	10.000,00	20.979,30	10.979,30	109,79%
Aquisição Equipamentos Rodoviários	50.000,00	60.700,00	10.700,00	21,40%
Conservação Estradas Vicinais	202.000,00	176.160,32	-25.839,68	-12,79%
Construção Prédio para a Câmara	10.000,00	9.980,00	-20,00	-0,20%
Aquisição de Veículos	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Aquisição de Imóveis	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Inspeção padronizada de produtos	1.400,00	0,00	-1.400,00	-100,00%
Serviços Administrativos em Geral	294.000,00	288.281,50	-5.718,50	-1,95%
Levantamento Topográfico	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00%
Construção e Modernização de Praças e Jardins	12.000,00	2.367,30	-9.632,70	-80,27%
Construção de Guias e Sarjetas	20.000,00	24.029,50	4.029,50	20,15%
Pavimentação de Ruas e Avenidas	100.000,00	91.796,33	-8.203,67	-8,20%
Restauração de Pavimentação Asfáltica	5.000,00	4.853,22	-146,78	-2,94%
Arborização e Ajardinamento	12.000,00	8.795,00	-3.205,00	-26,71%
Construção Salas Profissionalizantes	1.000,00	0,00	-1.000,00	-100,00%
Ampliação Parque Industrial	40.000,00	32.046,00	-7.954,00	-19,89%
Construção Abastecimento de Água	70.000,00	67.000,00	-3.000,00	-4,29%
Captação, Ampliação Sistema de Água	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100,00%
Construção Abrigos Rodoviários	3.000,00	1.725,00	-1.275,00	-42,50%
Sinalização de Ruas e Avenidas	2.000,00	18,50	-1.981,50	-99,08%
Reequipação Limpeza Pública	5.000,00	53.160,00	48.160,00	963,20%
Manutenção Serviços Limpeza Pública	86.500,00	70.400,53	-16.099,47	-18,61%
Manutenção de Serviços Cemitério	13.500,00	5.305,24	-8.194,76	-60,70%
Readequação Rede Iluminação Pública	15.000,00	2.400,00	-12.600,00	-84,00%

Manutenção Serviços Iluminação Pública	8.000,00	5.655,16	-2.344,84	-29,31%
Ampliação e Construção de Creches	10.000,00	9.554,51	-445,49	-4,45%
Manutenção de Creches	82.000,00	60.006,20	-21.993,80	-26,82%
Ampliação e Reformas de Escolas	20.000,00	100,00	-19.900,00	-99,50%
Encargos FMDEFM	398.000,00	394.679,76	-3.320,24	-0,83%
Manutenção FUNDEF	390.000,00	358.472,13	-31.527,87	-8,08%
Aquisição de Veículos	15.000,00	0,00	-15.000,00	-100,00%
Transporte Escolar	109.000,00	87.501,84	-21.498,16	-19,72%
Manutenção Vaca Mecânica	100,00	0,00	-100,00	-100,00%
Manutenção Merenda Escolar	24.500,00	10.081,15	-14.418,85	-58,85%
Assistência Financeira Entidade	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100,00%
Encargos Com APAE	16.000,00	9.035,00	-6.965,00	-43,53%
Reequipação Seção Cultura e Esportes	2.000,00	899,60	-1.100,40	-55,02%
Manutenção Atividades Esportivas	61.500,00	29.762,68	-31.737,32	-51,61%
Construção Quadra de Esportes	153.000,00	32.964,15	-120.035,85	-78,45%
Manutenção Biblioteca Municipal	11.000,00	603,74	-10.396,26	-94,51%
Aquisição de Veículos	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Aquisição de Imóveis	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Conclusão Hospitalar	201.000,00	201.000,00	0,00	0,00%
Ampliação do Posto de Saúde	103.000,00	100.000,00	-3.000,00	-2,91%
Manutenção Serviços de Saúde	362.000,00	313.756,77	-48.243,23	-13,33%
Erradicação do Aedes Aegypti	1.000,00	102,78	-897,22	-89,72%
Coleta de Lixo Hospitalar	1.000,00	0,00	-1.000,00	-100,00%
Construção Condomínio para Idosos	5.000,00	50.000,00	45.000,00	900,00%
Manutenção Centro Convivência Idosos	11.000,00	10.956,48	-43,52	-0,40%
Ação Assistencial	98.000,00	96.647,43	-1.352,57	-1,38%
Manutenção Centro Trabalhador Volante	5.500,00	3.327,28	-2.172,72	-39,50%
Encargos Com Inativos e Pensionistas	22.500,00	24.137,04	1.637,04	7,28%
Reequipamento do sistema de informação	6.000,00	530,00	-5.470,00	-91,17%
Construção pavilhão feira exposição	112.000,00	0,00	-112.000,00	-100,00%
Construção calçadas padrão	15.000,00	0,00	-15.000,00	-100,00%
Manutenção do Ensino Fundamental	193.000,00	148.199,49	-44.800,51	-23,21%
Manutenção plano municipal carência Nutricional	6.000,00	1.321,92	-4.678,08	-77,97%
Assistência financeira a Entidades	122.000,00	96.067,70	-25.932,30	-21,26%
Assistência financeira municipal assistência social	8.000,00	0,00	-8.000,00	-100,00%
Construção do Centro Múltiplo Uso	65.000,00	60.000,00	-5.000,00	-7,69%
TOTAL	4.860.000,00	3.985.195,74	-874.804,26	

ANEXO 3

Comparativo das metas orçadas com as realizadas do município de Grandes Rios

TABELA 1 - Comparativo das metas orçadas com as realizadas - exercício de 1998.

Metas	Orçados	Realizados	Diferença	Variação %
Manutenção do Legislativo	130.000,00	101.908,87	-28.091,13	-21,61%
Reequipação do gabinete do prefeito	40.000,00	125,00	-39.875,00	-99,69%
Manutenção do gabinete do prefeito	70.000,00	53.629,79	-16.370,21	-23,39%
Divulgação de atos oficiais	20.000,00	20.428,00	428,00	2,14%
Manutenção da Unidade Assessoria e planejamento	10.000,00	3.311,79	-6.688,21	-66,88%
Manutenção da Assessoria jurídica	157.000,00	12.761,31	-144.238,69	-91,87%
Manutenção da divisão de Recursos humanos	6.000,00	3.170,32	-2.829,68	-47,16%
Ordenamento empregos e salários	473.000,00	720.102,75	247.102,75	52,24%
Resgate da dívida INSS/FGTS	202.000,00	170.234,79	-31.765,21	-15,73%
Encargos com Inativos e Pensionistas	4.000,00	0,00	-4.000,00	-100,00%
Contribuição ao PASSEP	30.000,00	25.610,31	-4.389,69	-14,63%
Manutenção da divisão de administração	40.000,00	51.709,92	11.709,92	29,27%
Serviços de administração geral	5.000,00	2.397,42	-2.602,58	-52,05%
Manutenção da contabilidade	23.000,00	15.801,00	-7.199,00	-31,30%
Manutenção da fiscalização e tributação	4.000,00	4.142,85	142,85	3,57%
Manutenção da tesouraria	7.000,00	6.484,74	-515,26	-7,36%
Amortização de empréstimos	24.000,00	10.753,87	-13.246,13	-55,19%
Aquisição e desapropiação de imóveis	10.000,00	17.500,00	7.500,00	75,00%
Construção de meio-fio e calçadas	20.000,00	351,20	-19.648,80	-98,24%
Construção e remodelação de praças	25.000,00	4.304,20	-20.695,80	-82,78%
Manutenção da divisão Serviços de utilidade pública	31.000,00	21.687,73	-9.312,27	-30,04%
Manutenção da limpeza pública	40.000,00	3.944,34	-36.055,66	-90,14%
Ampliação e modernização de iluminação pública	10.000,00	1.322,60	-8.677,40	-86,77%
Manutenção da iluminação pública	13.000,00	3.238,07	-9.761,93	-75,09%
Combate à erosão do município	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Construção de aterros sanitários	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Manutenção dos serviços gerais	36.000,00	14.782,69	-21.217,31	-58,94%
Manutenção da divisão de obras e urbanização	20.000,00	10.835,68	-9.164,32	-45,82%
Pavimentação de ruas e avenidas	20.000,00	5.075,01	-14.924,99	-74,62%
Aquisição e equipamentos rodoviários	120.000,00	181.501,06	61.501,06	51,25%
Melhoramento de estradas	20.000,00	630,00	-19.370,00	-96,85%
Manutenção dos serviços rodoviários	232.000,00	239.329,05	7.329,05	3,16%
Construção de creche	30.000,00	4.501,10	-25.498,90	-85,00%
Manutenção das creches	20.000,00	16.813,40	-3.186,60	-15,93%
Manutenção de educação pré-escolar	11.000,00	0,00	-11.000,00	-100,00%
Construção e reformas de escolas	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Manutenção do ensino fundamental	250.000,00	287.019,47	37.019,47	14,81%
Encargos do FMDEFUM	402.000,00	351.629,69	-50.370,31	-12,53%
Auxílio para estudante carente	16.000,00	1.500,00	-14.500,00	-90,63%
Manutenção do transporte escolar	142.000,00	272.508,99	130.508,99	91,91%
Apoio financeiro a casa familiar rural	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Manutenção da educação especial	36.000,00	22.903,85	-13.096,15	-36,38%
Manutenção da cultura e esporte	20.000,00	24.405,02	4.405,02	22,03%
Construção e reparação de quadras esportivas	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Manutenção da saúde pública	20.000,00	27.313,10	7.313,10	36,57%

Construção e reformas postos de saúde	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Reequipamento da divisão de saúde	30.000,00	46.605,00	16.605,00	55,35%
Encargos com fundo municipal de saúde	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Transferência ao fundo municipal de saúde	15.000,00	0,00	-15.000,00	-100,00%
Manutenção do hospital municipal	330.000,00	505.634,85	175.634,85	53,22%
Transferência ao fundo municipal da criança	10.000,00	360,00	-9.640,00	-96,40%
Transferência ao fundo municipal de assistência social	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Serviços de assistência social	170.000,00	150.827,66	-19.172,34	-11,28%
Manutenção da divisão de agricultura	45.000,00	28.891,64	-16.108,36	-35,80%
Aquisição de adubos e fertilizantes	20.000,00	846,00	-19.154,00	-95,77%
Aquisição de sementes e mudas	15.000,00	291,27	-14.708,73	-98,06%
Aquisição de equipamentos para unidade agrícolas	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
aquisição de esfriadores de leite	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Pesquisa de Tecnologia e distribuição de sementes	30.000,00	4.406,03	-25.593,97	-85,31%
Incentivos a criações de peixes	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Construção do matadouro municipal	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Manutenção do matadouro municipal	35.000,00	0,00	-35.000,00	-100,00%
Manutenção da divisão de agricultura e pecuária	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Apoio a produção agrícola	10.000,00	9,36	-9.990,64	-99,91%
TOTAL	3.659.000,00	3.453.540,79	-205.459,21	

TABELA 2 - Comparativo das metas orçadas com as realizadas - exercício de 1999

Metas	Orçados	Realizados	Diferença	Variação %
Manutenção do Legislativo	157.000,00	101.338,00	-55.662,00	-35,45%
Reequipação do gabinete do prefeito	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Manutenção do gabinete do prefeito	131.700,00	115.430,99	-16.269,01	-12,35%
Divulgação de atos oficiais	31.000,00	25.870,31	-5.129,69	-16,55%
Reforma do edifício sede	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Manutenção da Unidade Assessoria e planejamento	51.000,00	991,88	-50.008,12	-98,06%
Manutenção da Assessoria jurídica	137.700,00	21.375,81	-116.324,19	-84,48%
Manutenção do gabinete do diretor de	48.000,00	35.257,84	-12.742,16	-26,55%
Manutenção da divisão de Recursos humanos	31.100,00	14.699,22	-16.400,78	-52,74%
Resgate da dívida INSS/FGTS	145.000,00	132.080,83	-12.919,17	-8,91%
Encargos com Inativos e Pensionistas	13.000,00	3.437,50	-9.562,50	-73,56%
Contribuição ao PASSEP	28.000,00	26.468,64	-1.531,36	-5,47%
Serviços de administração geral	17.200,00	24.963,67	7.763,67	45,14%
Manutenção da divisão de material	7.700,00	273,48	-7.426,52	-96,45%
Manutenção da divisão de contabilidade	62.500,00	44.539,35	-17.960,65	-28,74%
Manutenção da fiscalização e tributação	39.500,00	23.980,98	-15.519,02	-39,29%
Manutenção da tesouraria	28.800,00	22.352,09	-6.447,91	-22,39%
Amortização de empréstimos	52.500,00	40.233,69	-12.266,31	-23,36%
Manutenção da divisão de obras e urbanização	55.000,00	41.799,35	-13.200,65	-24,00%
Construção e remodelação de praças e jardins	10.000,00	1.800,00	-8.200,00	-82,00%
Construção de meio-fio e calçadas	10.000,00	980,00	-9.020,00	-90,20%
Pavimentação de ruas e avenidas	35.000,00	118.756,88	83.756,88	239,31%
Ampliação e modernização de iluminação pública	12.000,00	0,00	-12.000,00	-100,00%
Combate à erosão do município	5.000,00	10.000,00	5.000,00	100,00%
Construção de aterros sanitários	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Manutenção dos serviços gerais	70.500,00	82.959,36	12.459,36	17,67%
Manutenção da divisão Serviços de utilidade pública	42.000,00	29.568,78	-12.431,22	-29,60%
Manutenção da limpeza pública	60.000,00	25.033,70	-34.966,30	-58,28%
Manutenção do cemitério	14.100,00	3.928,32	-10.171,68	-72,14%
Manutenção da iluminação pública	22.000,00	2.556,92	-19.443,08	-88,38%
Manutenção de praças e jardins	13.200,00	25.538,01	12.338,01	93,47%
Construção de pontes e bueiros	20.000,00	16.165,44	-3.834,56	-19,17%
Aquisição e equipamentos rodoviários	90.000,00	0,00	-90.000,00	-100,00%
Manutenção dos serviços rodoviários	433.000,00	289.618,55	-143.381,45	-33,11%
Construção de creche	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Manutenção das creches	43.200,00	56.924,68	13.724,68	31,77%
Manutenção de educação pré-escolar	19.100,00	165,90	-18.934,10	-99,13%
Construção e reformas de escolas	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Manutenção do ensino fundamental	181.000,00	171.961,79	-9.038,21	-4,99%
Manutenção do ensino fundamental - FUNDEF	68.000,00	125.668,97	57.668,97	84,81%
Manutenção desenvolvimento do Ensino Fundamental	107.500,00	228.903,70	121.403,70	112,93%
Encargos com FMDEFUM	380.000,00	389.544,13	9.544,13	2,51%
Auxílio para estudante carente	6.000,00	600,00	-5.400,00	-90,00%
Manutenção do transporte escolar	235.000,00	250.545,74	15.545,74	6,62%
Apoio financeiro a casa familiar rural	17.500,00	1.019,70	-16.480,30	-94,17%
Manutenção da educação especial	25.700,00	28.698,35	2.998,35	11,67%

Manutenção da cultura e esporte	57.500,00	41.615,41	-15.884,59	-27,63%
Construção e reparação de quadras esportivas	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Manutenção da saúde pública	62.200,00	112.992,63	50.792,63	81,66%
Transferência ao fundo municipal de saúde	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Encargos com fundo municipal de saúde	8.000,00	0,00	-8.000,00	-100,00%
Construção e reformas postos de saúde	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Reequipamento da divisão de saúde	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Manutenção do hospital municipal	588.500,00	733.218,73	144.718,73	24,59%
Manutenção da unidade de saúde pública	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Manutenção do gabinete assistência social	36.100,00	18.880,78	-17.219,22	-47,70%
Transferência ao fundo municipal da criança	14.500,00	5.033,81	-9.466,19	-65,28%
Assistência ao idoso	229.700,00	133.815,22	-95.884,78	-41,74%
Manutenção do projeto menino esperança	58.100,00	32.008,71	-26.091,29	-44,91%
Transferência ao fundo municipal assistência social	10.000,00	4.289,04	-5.710,96	-57,11%
Manutenção da divisão de agricultura	65.700,00	44.035,09	-21.664,91	-32,98%
Aquisição de adubos e fertilizantes	18.000,00	1.947,70	-16.052,30	-89,18%
Aquisição de máquinas agrícolas	15.000,00	0,00	-15.000,00	-100,00%
Produção de mudas	32.000,00	2.161,68	-29.838,32	-93,24%
Aquisição de máquinas para beneficiamento do café	12.000,00	0,00	-12.000,00	-100,00%
Aquisição de equipamentos para unidade agropecuária	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Aquisição de esfriadores de leite	12.000,00	0,00	-12.000,00	-100,00%
Produção de sêmen	15.000,00	5.315,23	-9.684,77	-64,57%
Incentivos a criações de peixes	12.000,00	0,00	-12.000,00	-100,00%
Construção do matadouro municipal	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Manutenção do matadouro municipal	30.200,00	0,00	-30.200,00	-100,00%
Manutenção do matadouro municipal	7.600,00	975,00	-6.625,00	-87,17%
Manutenção à unidade agropecuária	15.300,00	1.631,00	-13.669,00	-89,34%
Apoio à produção agrícola	21.500,00	975,00	-20.525,00	-95,47%
TOTAL	4.428.000,00	3.675.927,78	-752.072,22	

TABELA 3 - Comparativo das metas orçadas com as realizadas - exercício de 2000

Metas	Orçados	Realizados	Diferença	Variação %
Atividades Legislativas	164.500,00	110.297,36	-54.202,64	-32,95%
Reequipação do gabinete do prefeito	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Manutenção do gabinete do prefeito	174.100,00	94.867,72	-79.232,28	-45,51%
Divulgação de atos oficiais	36.800,00	32.597,94	-4.202,06	-11,42%
Reforma do edificio sede	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Manutenção da Unidade Assessoria e planejamento	10.800,00	1.300,00	-9.500,00	-87,96%
Manutenção da Assessoria jurídica	199.000,00	18.353,87	-180.646,13	-90,78%
Manutenção do gabinete do diretor administrativo	56.550,00	44.807,42	-11.742,58	-20,76%
Manutenção da divisão de Recursos humanos	24.650,00	15.283,24	-9.366,76	-38,00%
Resgate da dívida INSS/FGTS	156.000,00	120.659,67	-35.340,33	-22,65%
Encargos com Inativos e Pensionistas	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Contribuição ao PASSEP	30.000,00	25.635,82	-4.364,18	-14,55%
Serviços de administração geral	18.900,00	43.165,89	24.265,89	128,39%
Manutenção da divisão de patrimônio	2.300,00	0,00	-2.300,00	-100,00%
Manutenção da divisão de contabilidade	51.500,00	48.482,45	-3.017,55	-5,86%
Manutenção da fiscalização e tributação	33.600,00	28.905,13	-4.694,87	-13,97%
Manutenção da tesouraria	26.660,00	29.113,03	2.453,03	9,20%
Manutenção da tributação - dívida	1.000,00	0,00	-1.000,00	-100,00%
Amortização de empréstimos	54.000,00	80.856,57	26.856,57	49,73%
Manutenção da divisão de obras e urbanização	64.100,00	84.788,02	20.688,02	32,27%
Construção e remodelação de praças e jardins	10.000,00	44.899,25	34.899,25	348,99%
Construção de meio-fio e calçadas	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Pavimentação de ruas e avenidas	25.000,00	124.042,53	99.042,53	396,17%
Ampliação e modernização de iluminação pública	7.000,00	1.550,00	-5.450,00	-77,86%
Combate à erosão do município	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Construção de aterros sanitários	70.000,00	0,00	-70.000,00	-100,00%
Manutenção dos serviços gerais	117.600,00	98.978,83	-18.621,17	-15,83%
Manutenção da divisão Serviços de utilidade pública	31.460,00	8.826,05	-22.633,95	-71,95%
Manutenção da limpeza pública	40.800,00	27.257,55	-13.542,45	-33,19%
Manutenção do cemitério	8.540,00	3.503,18	-5.036,82	-58,98%
Manutenção da iluminação pública	15.000,00	1.809,60	-13.190,40	-87,94%
Manutenção de praças e jardins	41.800,00	46.937,32	5.137,32	12,29%
Manutenção dos serviços rodoviários	428.100,00	293.911,10	-134.188,90	-31,35%
Construção de pontes e bueiros	20.000,00	488,00	-19.512,00	-97,56%
Aquisição e equipamentos rodoviários	70.000,00	80.800,00	10.800,00	15,43%
Construção de creche	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Manutenção das creches	50.600,00	49.467,10	-1.132,90	-2,24%
Manutenção de educação pré-escolar	8.200,00	0,00	-8.200,00	-100,00%
Construção e reformas de escolas	20.000,00	15.000,00	-5.000,00	-25,00%
Manutenção do ensino fundamental	219.000,00	387.807,02	168.807,02	77,08%
Manutenção do ensino fundamental - FUNDEF	102.300,00	104.006,38	1.706,38	1,67%
Manutenção desenvolvimento do Ensino Fundamental	270.900,00	313.105,83	42.205,83	15,58%
Encargos com FMDEFUM	457.000,00	395.897,07	-61.102,93	-18,71%
Auxílio para estudante carente	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100,00%
Manutenção do transporte escolar	210.000,00	291.185,41	81.185,41	38,66%
Apoio financeiro a casa familiar rural	18.500,00	696,07	-17.803,93	-96,24%

Manutenção da educação especial	29.200,00	17.120,12	-12.079,88	-41,37%
Manutenção da cultura e esporte	54.800,00	51.839,11	-2.960,89	-5,40%
Construção e reparação de quadras esportivas	20.000,00	8.000,00	-12.000,00	-60,00%
Construção canchas de areia	12.000,00	0,00	-12.000,00	-100,00%
Construção de pistas de lanças	8.000,00	0,00	-8.000,00	-100,00%
Manutenção da saúde pública	151.800,00	113.887,69	-37.912,31	-24,98%
Transferência ao fundo municipal de saúde	12.500,00	0,00	-12.500,00	-100,00%
Manutenção ao fundo municipal de saúde	9.000,00	1.875,38	-7.124,62	-79,16%
Construção e reformas postos de saúde	3.000,00	0,00	-3.000,00	-100,00%
Reequipamento da divisão de saúde	15.000,00	69.852,00	54.852,00	365,68%
Manutenção do hospital municipal	500.000,00	732.107,96	232.107,96	46,42%
Manutenção da unidade de saúde pública	8.600,00	366,75	-8.233,25	-95,74%
Manutenção do gabinete assistência social	30.200,00	19.510,19	-10.689,81	-35,40%
Manutenção do projeto menino esperança	13.000,00	0,00	-13.000,00	-100,00%
Construção abrigo da criança	10.000,00	6.000,00	-4.000,00	-40,00%
Reforma do centro de saúde	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Reforma do prédio da APAE	10.000,00	4.045,00	-5.955,00	-59,55%
Transferência ao fundo municipal da criança	79.700,00	25.272,92	-54.427,08	-68,29%
Manutenção da vaca mecânica	18.450,00	7.595,84	-10.854,16	-58,83%
Manutenção da divisão e assistência ao idoso	111.100,00	120.776,92	9.676,92	8,71%
Transferência do projeto menino esperança	49.900,00	26.237,12	-23.662,88	-47,42%
Manutenção da unidade de assistência social	57.500,00	55.891,47	-1.608,53	-2,80%
Transferência ao fundo municipal assistência social	13.000,00	0,00	-13.000,00	-100,00%
Manutenção do fundo municipal assistência social	11.600,00	7.606,92	-3.993,08	-34,42%
Transferência à APMI	3.000,00	21.995,22	18.995,22	633,17%
Transferência a APAE	15.000,00	10.228,50	-4.771,50	-31,81%
Manutenção da divisão de agricultura	58.900,00	49.726,46	-9.173,54	-14,12%
Aquisição de adubos e fertilizantes	8.000,00	4.550,00	-3.450,00	-43,13%
Aquisição de máquinas para beneficiamento do café	10.000,00	57.909,35	47.909,35	479,09%
Aquisição de sementes e mudas	15.000,00	403,06	-14.596,94	-97,31%
Aquisição de equipamentos para unidade agropecuária	10.000,00	29.950,00	19.950,00	199,50%
Aquisição de esfriadores de leite	10.000,00	10.239,00	239,00	2,39%
Pesquisa para distribuição de sêmen	8.000,00	11.496,31	3.496,31	43,70%
Incentivos a criações de peixes	6.000,00	0,00	-6.000,00	-100,00%
Construção do matadouro municipal	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Manutenção do matadouro municipal	10.500,00	0,00	-10.500,00	-100,00%
Manutenção à unidade agropecuária	16.300,00	1.458,33	-14.841,67	-91,05%
Apoio a produção agrícola	13.000,00	10.935,58	-2.064,42	-15,88%
TOTAL	4.875.310,00	4.546.159,62	-329.150,38	

ANEXO 4

Comparativo das metas orçadas com as realizadas do município de Ivaiporã

TABELA 1 - Comparativo das metas orçadas com as realizadas - exercício de 1998

Metas	Orçados	Realizados	Diferença	Varição
Atividades legislativas	387.200,00	314.762,35	-72.437,65	-18,71%
Serviços de Divulgação do Legislativo	3.060,00	0,00	-3.060,00	-100,00%
Supervisão e Coordenação Superior	272.000,00	206.664,21	-65.335,79	-24,02%
Serviço de Divulgação e Promoção do Município	37.600,00	10.702,00	-26.898,00	-71,54%
Coordenação da Assessoria Jurídica	153.000,00	59.914,68	-93.085,32	-60,84%
Coordenação da Assessoria do Planejamento	28.300,00	18.497,54	-9.802,46	-34,64%
Coordenação do Departamento de Administração	48.400,00	33.054,62	-15.345,38	-31,71%
Serviços de Estudos e Projetos	14.200,00	7.910,84	-6.289,16	-44,29%
Divulgação de Atos Oficiais	27.000,00	32.485,58	5.485,58	20,32%
Serv de Licitações, Compras, Almoxarifado e Patrimônio	70.700,00	59.971,96	-10.728,04	-15,17%
Bolsas de Estudos a Funcionários Universitários	40.000,00	19.885,38	-20.114,62	-50,29%
Serviços de Recrutamento, Seleção e Controle de Pessoal	60.500,00	41.351,13	-19.148,87	-31,65%
Despesas com Ações Trabalhistas	100.000,00	312.195,07	212.195,07	212,20%
Encargos com Inativos e Pensionistas	202.800,00	195.898,37	-6.901,63	-3,40%
Contribuição ao PASEP	123.500,00	65.049,46	-58.450,54	-47,33%
Serviços de Protocolo e Comunicação Administrativas	13.800,00	15.566,88	1.766,88	12,80%
Serv. De Conservação e Manutenção de Próprios Público	196.850,00	141.560,31	-55.289,69	-28,09%
Manutenção de Postos de Serviços Telefônicos	9.450,00	17.179,39	7.729,39	81,79%
Serviços do Posto de Identificação	6.100,00	3.924,68	-2.175,32	-35,66%
Man. de Pessoal colocado à Disposição de Outros Órgãos	142.750,00	156.712,84	13.962,84	9,78%
Construção de Edifícios para a Administração	276.500,00	2.000,00	-274.500,00	-99,28%
Construção e/ou Ampliação do Edifício Sede	110.000,00	0,00	-110.000,00	-100,00%
Manutenção da Delegacia do Serviço Militar	13.100,00	7.975,54	-5.124,46	-39,12%
Manutenção dos Serviços da Junta de Alistamento Militar	12.300,00	7.675,88	-4.624,12	-37,59%
Reforma do Prédio do Corpo de Bombeiros	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Manutenção do Convênio com a FUNRESPOL	3.600,00	1.546,03	-2.053,97	-57,05%
Manutenção da Cia. De Polícia Militar	2.000,00	591,20	-1.408,80	-70,44%
Man. do Corpo de Bombeiro no Município\ FUNREBOM	73.000,00	39.093,13	-33.906,87	-46,45%
Manutenção do Convênio com a CIRETRAN	2.000,00	11.220,90	9.220,90	461,05%
Coordenação do Departamento de Finanças	34.300,00	23.823,61	-10.476,39	-30,54%
Manutenção da Tesouraria Municipal	59.800,00	62.685,42	2.885,42	4,83%
Amortização de Financiamentos Realizados	526.000,00	54.074,55	-471.925,45	-89,72%
Amortização de Débitos Confessados - INSS e FGTS	400.000,00	286.338,03	-113.661,97	-28,42%
Amort. de Encargos de Empréstimos por Antec. da Receita	200,00	0,00	-200,00	-100,00%
Manutenção dos Serviços de Contabilidade	63.800,00	56.185,97	-7.614,03	-11,93%
Manutenção dos Serviços de Fiscalização Tributária	116.300,00	69.889,56	-46.410,44	-39,91%
Manutenção dos Serviços de Cadastro e Tributação	42.050,00	32.421,53	-9.628,47	-22,90%
Coordenação do Departamento de Saúde	30.400,00	22.824,53	-7.575,47	-24,92%
Manutenção do Centro de Saúde Municipal \ FMS	1.506.600,00	1.186.748,03	-319.851,97	-21,23%
Manutenção do Posto de Saúde de Alto Porã\ FMS	8.800,00	3.413,60	-5.386,40	-61,21%
Manutenção do Posto de Saúde de Jacutinga\ FMS	11.100,00	2.230,51	-8.869,49	-79,91%
Manutenção do Posto de Saúde de Santa Bárbara\ FMS	8.200,00	1.734,00	-6.466,00	-78,85%
Coordenação do Departamento de Assistência Social	41.100,00	24.804,68	-16.295,32	-39,65%
Manut. do Centro Recr. e Educacional Sonho Meu\ FMAS	49.200,00	27.524,01	-21.675,99	-44,06%
Manutenção da Creche Casa da Amizade\ FMAS	24.050,00	9.833,38	-14.216,62	-59,11%
Manutenção da Creche Arco Íris\ FMAS	24.300,00	10.770,12	-13.529,88	-55,68%

Manut. da Creche Nossa Sra de Lourdes Jacutinga\ FMAS	28.900,00	10.381,40	-18.518,60	-64,08%
Manutenção da Creche Maria Burato Alto Porã\ FMAS	30.100,00	15.134,27	-14.965,73	-49,72%
Manutenção da Creche Rosa Wudu Ann\ FMAS	39.300,00	14.771,46	-24.528,54	-62,41%
Manutenção da Creche Santa Terezinha\ FMAS	57.600,00	15.864,07	-41.735,93	-72,46%
Manutenção da Creche Bom Jesus\ FMAS	45.600,00	16.469,30	-29.130,70	-63,88%
Manutenção da Creche Nossa Senhora Aparecida\ FMAS	35.850,00	15.354,44	-20.495,56	-57,17%
Manutenção da APAE\FMAS	27.000,00	6.731,16	-20.268,84	-75,07%
Manut. do Cons. Tutelar dos Direitos da cr. e do adol.	20.000,00	21.678,45	1.678,45	8,39%
Manutenção da Casa do Lar \ FMDCA	23.500,00	4.406,29	-19.093,71	-81,25%
Manut. do Abrigo Temp. de Proteção Especial\ FMDCA	52.000,00	3.495,80	-48.504,20	-93,28%
Manut. da Casa de Vivência da Criança e Adol. \ FMDCA	255.900,00	59.969,56	-195.930,44	-76,57%
Manut. Do Projeto de Proteção Especial Renascer\ FMAS	52.700,00	18.245,94	-34.454,06	-65,38%
Manutenção da Guarda Mirim	7.100,00	8.975,10	1.875,10	26,41%
Manutenção do Asilo\ FMAS	21.150,00	12.089,84	-9.060,16	-42,84%
Manutenção do Grupo de Convivência \ FMAS	5.600,00	649,46	-4.950,54	-88,40%
Distr. de Cestas Básicas em Situação Emergencial	62.500,00	2.648,18	-59.851,82	-95,76%
Manutenção da Vaca Mecânica\ FMAS	9.800,00	8.054,82	-1.745,18	-17,81%
Manutenção do Centro Social Urbano\ FMAS	107.900,00	88.419,40	-19.480,60	-18,05%
Coordenação do Departamento de Educação	74.900,00	135.169,33	60.269,33	80,47%
Serv. de Controle de RH na Área Educacional/FMEFVM	29.750,00	19.733,00	-10.017,00	-33,67%
Treinamento de RH na Área Educacional/FMEFVM	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Const. de um prédio para a Insp. Mun. De Ens./FMEFVM	387.950,00	0,00	-387.950,00	-100,00%
Manut. da Escola Municipal Bento Viana/FMEFVM	272.150,00	188.452,63	-83.697,37	-30,75%
Manut. da Esc.Mun. Antonio Francisco Lisboa/FMEFVM	13.850,00	2.314,27	-11.535,73	-83,29%
Manut. da Esc. Municipal Arthur Bernardes/FMEFVM	6.350,00	4892,15	-1.457,85	-22,96%
Manut. da Escola Municipal Augusto Back/FMEFVM	8.200,00	4.839,93	-3.360,07	-40,98%
Manut. da Escola Municipal Brás Cubas/FMEFVM	9.550,00	7.915,88	-1.634,12	-17,11%
Manut. da Escola Municipal Café Filho/FMEFVM	12.800,00	10.727,37	-2.072,63	-16,19%
Manut. da Escola Municipal Carlos Lacerda/FMEFVM	177.800,00	110.756,28	-67.043,72	-37,71%
Manut. da Escola Municipal Castelo Branco/FMEFVM	7.550,00	7.292,37	-257,63	-3,41%
Manut. da Escola Municipal Castelo Branco/FMEFVM	12.150,00	7.883,65	-4.266,35	-35,11%
Manut. da Escola Municipal Duque/FMEFVM	11.100,00	7.851,91	-3.248,09	-29,26%
Manut. da Escola Municipal Costa e Silva/FMEFVM	30.700,00	21.153,90	-9.546,10	-31,09%
Manut. da Escola Municipal Fernão Dias Paes/FMEFVM	17.700,00	23.501,43	5.801,43	32,78%
Manut. da Esc. Munic Francisco Jacob Goedert/FMEFVM	13.250,00	8.726,15	-4.523,85	-34,14%
Manut. da Esc. Mun. Francisco Xavier da Silva/FMEFVM	16.100,00	7.335,41	-8.764,59	-54,44%
Manut. da Esc. Municipal Gonçalves Dias/FMEFVM	8.300,00	2.405,15	-5.894,85	-71,02%
Manut. da Escola Municipal Guilherme Boing/FMEFVM	11.600,00	6.483,32	-5.116,68	-44,11%
Manut. da Esc. Mun. Ignês de Souza Caetano/FMEFVM	222.600,00	136.239,17	-86.360,83	-38,80%
Manut. da Escola Municipal João Pessoa/FMEFVM	22.450,00	13.534,39	-8.915,61	-39,71%
Manut. da Escola Municipal José Linhares/FMEFVM	40.300,00	29.446,68	-10.853,32	-26,93%
Manut. da Escola Municipal João VI	11.050,00	6.843,26	-4.206,74	-38,07%
Manut. da Escola Municipal José do Patrocínio/FMEFVM	6.700,00	3463,26	-3.236,74	-48,31%
Manut. da Escola Municipal Leila Diniz/FMEFVM	107.600,00	61.930,18	-45.669,82	-42,44%
Manut. da Esc. Mun. Lourenço Guarasquini/FMEFVM	9.250,00	6.670,63	-2.579,37	-27,89%
Manut. da Escola Municipal Luiz Delfino/FMEFVM	6.750,00	2.349,79	-4.400,21	-65,19%
Manut. da Escola Municipal Machado de Assis/FMEFVM	6.350,00	2.996,50	-3.353,50	-52,81%
Manut. da Esc. Muni. M. Diva Proença Ribeiro/FMEFVM	80.200,00	71.168,59	-9.031,41	-11,26%

Manut. da Esc. Municipal Presidente Medici/FMEFVM	7.600,00	3.499,74	-4.100,26	-53,95%
Manut. da Escola Municipal Olavo Bilac/FMEFVM	10.700,00	6.976,58	-3.723,42	-34,80%
Manuet. da Escola Municipal Teotônio Vilela/FMEFVM	5.950,00	3.690,21	-2.259,79	-37,98%
Manut. da Escola Municipal Wenceslau Bras/FMEFVM	14.500,00	4.672,37	-9.827,63	-67,78%
Manut. da Quadra de Esportes do Alto Porã	7.100,00	2.780,77	-4.319,23	-60,83%
Manutenção do complexo esportivo Sapecadão	127.050,00	69.723,95	-57.326,05	-45,12%
Coordenação do departamento de obras e Viação	97.300,00	36.092,80	-61.207,20	-62,91%
Manutenção dos serviços de conservação de obras públicas	174.900,00	153.417,19	-21.482,81	-12,28%
Manutenção dos serviços da Fábrica de tubos	79.750,00	90.813,82	11.063,82	13,87%
Manutenção dos serv da oficina mecânica e garagem muni.	125.400,00	92.845,04	-32.554,96	-25,96%
Manutenção dos serviços do parque de máquinas	583.950,00	570.688,48	-13.261,52	-2,27%
Manut. dos serviços de obras preliminares e pavimentação	360.000,00	450.538,21	90.538,21	25,15%
Manutenção dos serviços de construção de galerias pluviais	100.000,00	37.817,19	-62.182,81	-62,18%
Const. de Micro-bacias, read. e revest. em estradas vicinais	74.600,00	51.612,48	-22.987,52	-30,81%
Manut dos serv de Const e/ou reconst de pontes e bueiros	68.800,00	26.659,31	-42.140,69	-61,25%
Manutenção dos serviços do serviço rodoviário Municipal	138.090,00	67.550,14	-70.539,86	-51,08%
Coord. do depto de desenv. urbano e meio ambiente	45.000,00	25.147,17	-19.852,83	-44,12%
Manutenção dos Serviços de Varreção de ruas e avenidas	144.900,00	136.833,02	-8.066,98	-5,57%
Manutenção dos serviços de coleta de resíduos domiciliares	130.600,00	93.359,66	-37.240,34	-28,51%
Manutenção dos serviços de coletas de entulhos	122.300,00	91.248,53	-31.051,47	-25,39%
Manutenção dos serviços do cemitério da sede	37.500,00	20.107,54	-17.392,46	-46,38%
Manutenção dos serviços do Cemitério Jacutinga	5.000,00	4.091,85	-908,15	-18,16%
Manutenção dos serviços do cemitério de Alto Porã	5.100,00	4.895,53	-204,47	-4,01%
Ampliação da rede elétrica	10.000,00	366,24	-9.633,76	-96,34%
Extensão da rede de iluminação pública	20.000,00	2.569,22	-17.430,78	-87,15%
Manutenção dos serviços de iluminação pública	20.000,00	2.891,92	-17.108,08	-85,54%
Manutenção dos serviços de praças, parques e jardins	102.250,00	104.873,34	2.623,34	2,57%
Serviços de drenagem e urbanização de vales	50.000,00	109.748,96	59.748,96	119,50%
Construção de muros e passeios	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100,00%
Ampliação da rede de distribuição de água potável	30.000,00	412,90	-29.587,10	-98,62%
Manutenção dos serviços de distribuição de água potável	3.000,00	212,00	-2.788,00	-92,93%
Obras de implantação do sistema de esgotos sanitários	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100,00%
Aquisição de terrenos para construção de casas populares	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Manutenção dos serviços de assistência Habitacional	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%
Manutenção dos serviços do terminal rodoviário	9.900,00	11.721,69	1.821,69	18,40%
Instal. de sinalização urbana em ruas e avenidas da sede	6.000,00	0,00	-6.000,00	-100,00%
Manutenção dos serviços de defesa ao meio ambiente	16.700,00	22.012,55	5.312,55	31,81%
Coord. do Departamento de indústria, Comércio e turismo	80.000,00	59.897,69	-20.102,31	-25,13%
Manut. dos serv. da divisão de indústria e comércio	32.000,00	20.841,79	-11.158,21	-34,87%
Fomento à Instalação de indústrias no Município	185.000,00	24.250,00	-160.750,00	-86,89%
Contrapartida Mun. na ref. e/ou na const de galpão indust.	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Serv. de pub. para o com. e decoração de final de ano	15.000,00	0,00	-15.000,00	-100,00%
Manutenção do projeto de cogumelos comestíveis	3.000,00	0,00	-3.000,00	-100,00%
Manutenção do projeto de Sericultura	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Manutenção do projeto de produção de mudas para café	43.000,00	23.890,50	-19.109,50	-44,44%
Manutenção do projeto de fruticultura	6.600,00	1.400,00	-5.200,00	-78,79%
Manut. do projeto de inseminação artif. do gado Leiteiro	45.000,00	19.408,79	-25.591,21	-56,87%
Manutenção do projeto de integração de avicultura de corte	65.000,00	3.199,58	-61.800,42	-95,08%

Manutenção do projeto de Pscicultura	50.600,00	6.186,55	-44.413,45	-87,77%
Manut. do projeto de Manejo e conserv. de solos e águas	4.500,00	15.932,31	11.432,31	254,05%
Manutenção do Parque de exposições	18.000,00	31.572,45	13.572,45	75,40%
Transferências à EMATER	27.000,00	23.440,00	-3.560,00	-13,19%
Total	11.316.050,00	7.413.984,48	-3.902.065,52	

TABELA 2 - Comparativo das metas orçadas com as realizadas - exercício de 1999

Metas	Orçados	Realizados	Diferença	Variação %
Atividades legislativas	515.000,00	345.065,02	-169.934,98	-33,00%
Serviços de Divulgação do Legislativo	5.000,00	2.650,00	-2.350,00	-47,00%
Supervisão e Coordenação Superior	264.700,00	159.719,19	-104.980,81	-39,66%
Assessoria Técnica Administrativa	31.800,00	1.485,21	-30.314,79	-95,33%
Serviço de Divulgação e Promoção do Município	38.000,00	20.464,52	-17.535,48	-46,15%
Manut. do gabinete do diretor da Assessoria Jurídica	2.400,00	16.473,20	14.073,20	586,38%
Serviços da Assessoria Técnica Administrativa	25.400,00	195,21	-25.204,79	-99,23%
Serviços de assessoramento Jurídico	130.700,00	36.209,63	-94.490,37	-72,30%
Manutenção do gabinete do secretário do Planejamento	20.700,00	1.047,74	-19.652,26	-94,94%
Serviços de Assessoria Técnica Administrativa	2.200,00	0,00	-2.200,00	-100,00%
Serviços da Assessoria de Atos Normativos	2.200,00	0,00	-2.200,00	-100,00%
Serviços de assessoria de projetos e informações	2.200,00	254,33	-1.945,67	-88,44%
Manut. do gabinete do diretor do depto. De educação	129.900,00	81.375,76	-48.524,24	-37,36%
Construção de um prédio para a Insp. Mun. de Ensino	361.500,00	30.000,00	-331.500,00	-91,70%
Serviços da Assessoria Técnico- Administrativa	2.200,00	52.993,72	50.793,72	2308,81%
Manut. do controle de RH, na área educacional	36.200,00	14.085,72	-22.114,28	-61,09%
Amortização de débitos junto ao FGTS e INSS	70.000,00	5.393,27	-64.606,73	-92,30%
Encargos do FUNDEF	797.600,00	846.842,01	49.242,01	6,17%
Despesas com Ações Trabalhistas	150.000,00	191.279,90	41.279,90	27,52%
Manutenção dos serviços de educação infantil	53.300,00	14,78	-53.285,22	-99,97%
Manutenção da Pre- Escola Bento Viana	46.600,00	22.760,65	-23.839,35	-51,16%
Manutenção da Pré-Escola Carlos Lacerda	36.700,00	21.643,12	-15.056,88	-41,03%
Manutenção da Pré-Escola Ignês de Souza Caetano	15.500,00	1.928,52	-13.571,48	-87,56%
Manut. da Pré-Escola Maria Diva Ribeiro Proença	12.900,00	7.766,22	-5.133,78	-39,80%
Manut. da Escola Municipal Antonio Francisco Lisboa	13.200,00	8.249,24	-4.950,76	-37,51%
Manutenção da Escola Municipal Arthur Bernardes	6.000,00	1.333,78	-4.666,22	-77,77%
Manutenção da Escola Municipal Augusto Back	13.400,00	908,42	-12.491,58	-93,22%
Manutenção da Escola Municipal Bento Viana	238.200,00	197.441,98	-40.758,02	-17,11%
Manutenção da Escola Municipal Bras Cubas	9.300,00	7.351,46	-1.948,54	-20,95%
Manutenção da Escola Municipal Café Filho	14.100,00	9.933,90	-4.166,10	-29,55%
Manutenção da Escola Municipal Carlos Lacerda	171.000,00	143.563,32	-27.436,68	-16,04%
Manutenção da Escola Municipal Duque de Caxias	13.100,00	9.767,09	-3.332,91	-25,44%
Manutenção da Escola Municipal Costa e Silva	14.200,00	6.472,25	-7.727,75	-54,42%
Manutenção da Escola Municipal Cruz e Souza	35.100,00	26.162,23	-8.937,77	-25,46%
Manutenção da Escola Municipal Fernão Dias Paes	21.100,00	24.284,25	3.184,25	15,09%
Manut. da Escola Municipal Francisco Jacob Goedert	11.600,00	5.542,14	-6.057,86	-52,22%
Manut. da Escola Municipal Francisco Xavier da Silva	13.200,00	5.781,04	-7.418,96	-56,20%
Manutenção da Escola Municipal Gonçalves Dias	11.900,00	423,63	-11.476,37	-96,44%
Manutenção da Escola Municipal Guilherme Boing	11.000,00	8.333,58	-2.666,42	-24,24%
Manut. da Escola Municipal Ignes de Souza Caetano	178.500,00	140.802,67	-37.697,33	-21,12%
Manutenção da Escola Municipal João Pessoa	26.400,00	21.983,77	-4.416,23	-16,73%
Manutenção da Escola Municipal João VI	32.900,00	31.926,67	-973,33	-2,96%
Manutenção da Escola Municipal José do patrocínio	10.300,00	7.970,33	-2.329,67	-22,62%
Manutenção da Escola Municipal José Linhares	7.000,00	4.324,38	-2.675,62	-38,22%
Manutenção da Escola Municipal Leila Diniz	80.800,00	96.324,24	15.524,24	19,21%
Manut. da Escola Municipal Lourenço Guaresquim	11.200,00	7.410,31	-3.789,69	-33,84%
Manutenção da Escola Municipal Luiz Delfino	8.300,00	4.687,78	-3.612,22	-43,52%
Manutenção da Escola Municipal Machado de Assis	9.800,00	4.138,91	-5.661,09	-57,77%
Manut. Da Esc Muni Maria Diva Ribeiro de Proença	86.000,00	93.317,24	7.317,24	8,51%
Manutenção da Escola Municipal Presidente Medici	8.600,00	446,05	-8.153,95	-94,81%

Manutenção da Escola Municipal Olavo Bilac	13.600,00	11.841,82	-1.758,18	-12,93%
Manutenção da Escola Municipal Teotono Viela	8.600,00	4.526,29	-4.073,71	-47,37%
Manutenção da Escola Municipal Wesceslau Bras	11.000,00	7.854,75	-3.145,25	-28,59%
Manut. da Esc Munic Zacarias de Góes e Vasconcelos	13.400,00	12.146,16	-1.253,84	-9,36%
Manut. do Treinamento de RH na área Educacional	5.000,00	737,55	-4.262,45	-85,25%
Manutenção do Transporte Escolar	436.500,00	420.695,75	-15.804,25	-3,62%
Manutenção da Distribuição de Merenda Escolar	102.100,00	186.773,20	84.673,20	82,93%
Manutenção de Educação Especial	114.600,00	19.884,12	-94.715,88	-82,65%
Manutenção dos Serviços de Documentação Escolar	38.700,00	7.347,42	-31.352,58	-81,01%
Manut. da Orient. Ped. e Tecnologia Educacional	101.600,00	99.001,59	-2.598,41	-2,56%
Manut. do Gabinete do Diretor do Depto de Saúde	28.600,00	28.298,98	-301,02	-1,05%
Serviços da Assessoria Técnico- Administrativa	3.500,00	0,00	-3.500,00	-100,00%
Const. de P S da Vila Nova Porã e Jd. Brasília/FMS	5.000,00	4.965,34	-34,66	-0,69%
Manutenção do Centro de Saúde Municipal	1.256.700,00	1.101.421,54	-155.278,46	-12,36%
Manutenção do Posto de Saúde de Alto Porã	13.500,00	4.083,69	-9.416,31	-69,75%
Manutenção do Posto de Saúde de Jacutinga	12.600,00	2.295,23	-10.304,77	-81,78%
Manutenção do Posto de Saúde de Santa Bárbara	13.500,00	2.046,12	-11.453,88	-84,84%
Serviços de Erradicação de Doenças Transmissíveis	42.500,00	54.681,86	12.181,86	28,66%
Serviços de Vigilância Sanitária	57.700,00	37.727,70	-19.972,30	-34,61%
Serviços de Orientação e Avaliação Social	2.200,00	0,00	-2.200,00	-100,00%
Manut. Gabinete do Diretor do Depto de Assist. Soc.	40.100,00	35.851,02	-4.248,98	-10,60%
Manutenção da Assessoria Técnica Administrativa	3.000,00	387,51	-2.612,49	-87,08%
Manut. do Centro Recr. e Educacional Sonho Meu	44.300,00	61.378,84	17.078,84	38,55%
Manutenção da Creche Arco Iris	21.400,00	24.012,19	2.612,19	12,21%
Manutenção da Creche Bom Jesus	33.400,00	38.698,88	5.298,88	15,86%
Manutenção da Creche da Amizade	14.400,00	12.872,72	-1.527,28	-10,61%
Manutenção da Creche Maria Burato Alto Porã	31.100,00	29.816,17	-1.283,83	-4,13%
Manutenção da Creche Nossa Senhora Aparecida	30.500,00	27.586,47	-2.913,53	-9,55%
Manut. da Creche Nossa Sra de Lourdes - Jacutinga	15.600,00	11.882,69	-3.717,31	-23,83%
Manutenção da Creche Rosa Wudu Ann	30.400,00	32.991,30	2.591,30	8,52%
Manutenção da Creche Santa Terezinha	34.200,00	29.914,69	-4.285,31	-12,53%
Manutenção da APAE	25.200,00	7.943,64	-17.256,36	-68,48%
Manut. do cons tutelar dos direitos da cr. e do adole.	29.000,00	34.756,53	5.756,53	19,85%
Manutenção do abrigo temporário de proteção especial	24.400,00	4.124,14	-20.275,86	-83,10%
Manuetnção da Casa Lar	18.600,00	1.422,51	-17.177,49	-92,35%
Manut. do Cons. Tutelar dos Direitos da Cr. e do Adol.	264.700,00	71.244,14	-193.455,86	-73,08%
Manutenção da Guarda Mirim	2.000,00	9.090,63	7.090,63	354,53%
Manutenção do Projeto Especial Renascer	52.100,00	40.725,99	-11.374,01	-21,83%
Manutenção do Asilo	19.900,00	13.567,85	-6.332,15	-31,82%
Manut do Grupo de Convivência - Clube da 3ª Idade	5.600,00	851,50	-4.748,50	-84,79%
Manutenção da Vaca Mecânica	8.900,00	5.265,48	-3.634,52	-40,84%
Manutenção do Centro Social Urbano	117.300,00	105.839,00	-11.461,00	-9,77%
Manut. da Ger. de Acomp. e Avaliação de Projetos	5.500,00	0,00	-5.500,00	-100,00%
Manut. do Gabinete do Dir. do Depto Ind Com e Serv.	22.000,00	13.119,24	-8.880,76	-40,37%
Manutenção da Assessoria Técnico- Administrativa	4.400,00	5.333,73	933,73	21,22%
Serv. de Pub. para o Com. e a Dec. de Final de Ano	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Manutenção dos Serviços de Promoção ao Turismo	18.900,00	9.707,82	-9.192,18	-48,64%
Manutenção do Parque Industrial I	105.000,00	59,00	-104.941,00	-99,94%
Manutenção do Parque Industrial II	155.000,00	16.385,00	-138.615,00	-89,43%
Manutenção da Incubadora I, antigo Colégio Brasil	3.000,00	0,00	-3.000,00	-100,00%
Manutenção da Incubadora II, antigo Armazém do IBC	80.000,00	0	-80.000,00	-100,00%
Manut. do Gabinete do Diretor do Depto de Agri.	29.500,00	23.915,75	-5.584,25	-18,93%
Manutenção da Assistência Técnica Administrativa	43.500,00	42.466,43	-1.033,57	-2,38%

Manut. da Exposição Feira Agropecuária de Ivaiporã	20.000,00	8.888,76	-11.111,24	-55,56%
Transferência à EMATER	31.200,00	28.080,00	-3.120,00	-10,00%
Manutenção do Projeto de Distribuição de Calcário	6.000,00	18.213,66	12.213,66	203,56%
Serviços de Horas Máquinas Pesadas e Caminhões	76.800,00	1.177,50	-75.622,50	-98,47%
Manutenção do Projeto de Horticultura Comercial	1.700,00	510,00	-1.190,00	-70,00%
Manutenção do Projeto de Produção de Mudras de Café	54.400,00	9.977,99	-44.422,01	-81,66%
Manutenção do Projeto de Fruticultura	9.000,00	864,35	-8.135,65	-90,40%
Manutenção do Projeto de Sericultura	4.000,00	0,00	-4.000,00	-100,00%
Manutenção do Projeto de Reflorestamento	2.200,00	50,00	-2.150,00	-97,73%
Manut. do Proj. de Man. e Conserv. de Águas e Solos	4.000,00	0,00	-4.000,00	-100,00%
Manut. do Projeto de Ins. Artificial para Gado Leiteiro	31.800,00	22.130,72	-9.669,28	-30,41%
Manutenção do Projeto de Piscicultura	33.400,00	9.228,52	-24.171,48	-72,37%
Man. do Gab. Dir. do Depto de Meio Amb e Des. Urb.	45.800,00	3.040,49	-42.759,51	-93,36%
Manutenção da Assessoria Técnico- Administrativa	3.000,00	0,00	-3.000,00	-100,00%
Construção de Muros e Passeios	7.000,00	3.100,00	-3.900,00	-55,71%
Aquis. de Ter. para const do At. San.e Dep. de Res.	25.000,00	0	-25.000,00	-100,00%
Manutenção da Limpeza Pública - Varrição	151.800,00	149.046,78	-2.753,22	-1,81%
Manutenção dos Serviços de Coleta de Entulhos	82.300,00	100.758,34	18.458,34	22,43%
Manutenção dos Serviços de Coleta de Resíduos	113.500,00	103.134,21	-10.365,79	-9,13%
Manutenção dos Serviços do Cemitério da Sede	32.000,00	22.164,96	-9.835,04	-30,73%
Manutenção dos Serviços do Cemitério de Jacutinga	4.800,00	4.032,85	-767,15	-15,98%
Manutenção dos Serviços do Cemitério de Alto Porã	4.700,00	2.905,57	-1.794,43	-38,18%
Extens. da Rede de Ilum. Púb., e Inst. de Luminárias	17.500,00	96.320,00	78.820,00	450,40%
Ampliação da Rede Elétrica	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	19.200,00	4.849,57	-14.350,43	-74,74%
Manutenção dos Serviços de Praças, Parques e Jardins	153.000,00	114.727,37	-38.272,63	-25,01%
Ampliação da Rede de Distribuição de Água Potável	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Manut. dos Serviços de Distribuição de Água Potável	3.000,00	1.973,00	-1.027,00	-34,23%
Aquis. de Terrenos para Constr. de Casas Populares	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Manutenção dos Serviços de Assistência Habitacional	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%
Manutenção dos Serviços do Terminal Rodoviário	8.100,00	15.089,64	6.989,64	86,29%
Instal. de Sinal. Urbana em Ruas e Avenidas da Sede	6.000,00	11.105,25	5.105,25	85,09%
Manut. do Viveiro de Mudras para o Refl. no Munic.	4.800,00	429,93	-4.370,07	-91,04%
Serviços de Drenagem e Urbanização de Vales	50.000,00	6.787,73	-43.212,27	-86,42%
Manut. dos Serviços de Defesa ao Meio Ambiente	11.100,00	20.301,55	9.201,55	82,90%
Manut. do gabinete do dir. do depto. De obras e viação	67.300,00	31.850,97	-35.449,03	-52,67%
Manutenção da Assessoria Técnica Administrativa	3.000,00	17.156,75	14.156,75	471,89%
Manuet. dos serv. de conservação de obras públicas	231.300,00	238.753,57	7.453,57	3,22%
Manutenção da fábrica de artefatos de cimento	117.400,00	104.639,29	-12.760,71	-10,87%
Manut. dos serviços de construção de galerias pluviais	80.000,00	21.666,70	-58.333,30	-72,92%
Manut. dos serv. de obras preliminares e de paviment.	460.000,00	106.823,78	-353.176,22	-76,78%
Manuet , contr, uso e segurança de tráfego em vias urb.	23.000,00	14.344,55	-8.655,45	-37,63%
Manut. dos serviços de construção de pontes e bueros	35.000,00	24.860,20	-10.139,80	-28,97%
Manut. dos serv. de read. de estr. e constr. de mic. Bac.	180.000,00	22.165,90	-157.834,10	-87,69%
Manutenção do serviço rodoviário Municipal	100.000,00	254.983,58	154.983,58	154,98%
Manutenção dos serviços do parque de máquinas	321.900,00	387.318,62	65.418,62	20,32%
Manutenção do gerenciamento técnico	2.200,00	0,00	-2.200,00	-100,00%
Manut. do Gab. Dir. do Depto de Cul. Lazer e Esporte	44.100,00	28.381,89	-15.718,11	-35,64%
Manutenção da assessoria Técnica Administrativa	2.600,00	0,00	-2.600,00	-100,00%
Construção de um prédio para abrigar o centro cultural	403.000,00	0,00	-403.000,00	-100,00%
Manutenção da Banda de música Municipal	7.600,00	545,88	-7.054,12	-92,82%
Manutenção dos serviços de promoções culturais	14.700,00	20.870,40	6.170,40	41,98%
Manutenção da biblioteca pública Municipal	78.200,00	18.913,61	-59.286,39	-75,81%

Manutenção do complexo esportivo	116.000,00	90.810,99	-25.189,01	-21,71%
Manutenção das Diversas quadras de esportes	46.400,00	2.678.183,00	2.631.783,00	5671,95%
Manutenção do Gab. Do Dir. do Depto. de Adm.	44.100,00	33.670,38	-10.429,62	-23,65%
Manutenção da Assessoria Técnica Administrativa	2.200,00	0,00	-2.200,00	-100,00%
Manut. dos serv. de protocolo e com. administrativas	19.600,00	11.652,32	-7.947,68	-40,55%
Manut. dos serv. de divulgação oficial do município	35.000,00	24.943,22	-10.056,78	-28,73%
Manut. do pessoal colocado à disp. de outros órgãos	179.800,00	177.244,15	-2.555,85	-1,42%
Concessão de bolsas de estudos a func. universitários	30.000,00	31.401,75	1.401,75	4,67%
Manut. dos serv. de recrut., seleção e cont. de pessoal	50.400,00	47.003,15	-3.396,85	-6,74%
Despesas com ações trabalhistas	356.000,00	298.840,53	-57.159,47	-16,06%
Manutenção dos encargos com inativos e pensionistas	220.600,00	225.531,61	4.931,61	2,24%
Contribuições ao PASEP	130.000,00	70.567,20	-59.432,80	-45,72%
Aquisição de imóveis para a Administração	6.600,00	6.600,00	0,00	0,00%
Manut. dos serv. de licit., compras, almox. e patrim.	85.700,00	59.648,15	-26.051,85	-30,40%
Serv. de conservação e Manut. de de próprios públicos	167.200,00	159.453,35	-7.746,65	-4,63%
Manutenção dos postos de serviço telefônicos	17.300,00	19.303,87	2.003,87	11,58%
Manutenção dos postos de Identificação	8.500,00	3.707,51	-4.792,49	-56,38%
Construção e ampliação do edifício sede	170.000,00	0,00	-170.000,00	-100,00%
Construção de edifícios para a Administração	229.000,00	0,00	-229.000,00	-100,00%
Manutenção dos serv. da Junta de Alistamento Militar	10.800,00	8.610,97	-2.189,03	-20,27%
Manutenção dos serv. da Delegacia do serviço militar	15.300,00	8.412,56	-6.887,44	-45,02%
Manutenção do convênio com a FUNRESPOL	3.600,00	982,27	-2.617,73	-72,71%
Manutenção dos serv. da companhia de Polícia Militar	2.000,00	1.410,18	-589,82	-29,49%
Manut. do corpo de bombeiros no Mun - FUNREPOL	73.000,00	96.949,83	23.949,83	32,81%
Manutenção do convênio com a CIRETRAN	2.000,00	1.519,62	-480,38	-24,02%
Manut. dos Serv. da oficina mecânica e garagem mun.	211.900,00	73.563,04	-138.336,96	-65,28%
Manutenção do Gab. Do Dir. do dept. de Finanças	37.900,00	24.341,94	-13.558,06	-35,77%
Manutenção da Assessoria Técnica Administrativa	2.200,00	0,00	-2.200,00	-100,00%
Manut. dos serv de orçamento, projetos e convênios	14.200,00	7.440,77	-6.759,23	-47,60%
Manutenção dos serviços de cadastro e tributação	58.200,00	42.862,94	-15.337,06	-26,35%
Manutenção dos serviços de fiscalização tributária	102.200,00	77.811,67	-24.388,33	-23,86%
Manut. dos serviços de Atendimento ao produtor rural	5.500,00	2.248,00	-3.252,00	-59,13%
Manutenção dos serviços do INCRA no Município	4.500,00	4.627,89	127,89	2,84%
Manutenção dos serviços da Tesouraria Municipal	74.800,00	75.766,92	966,92	1,29%
Manutenção dos Serviços contábeis	80.300,00	57.386,39	-22.913,61	-28,54%
Amort. do principal e de encargos de financ. realizados	300.000,00	109.236,65	-190.763,35	-63,59%
Amort. de débitos confessados junto ao INSS e FGTS	360.000,00	344.620,42	-15.379,58	-4,27%
Amort. de jur e enc. Sobre Empr. P. antec. da Receita	200,00	0,00	-200,00	-100,00%
Total	14.029.100,00	9.850.625,25	-4.178.474,75	

TABELA 3 - Comparativo das metas orçadas com as realizadas - exercício de 2000

Metas	Orçados	Realizados	Diferença	Variação %
Atividades legislativas	548.000,00	396.860,19	-151.139,81	-27,58%
Serviços de Divulgação do Legislativo	10.000,00	510,00	-9.490,00	-94,90%
Supervisão e Coordenação Superior	346.800,00	312.371,17	-34.428,83	-9,93%
Assessoria Técnica Administrativa	6.800,00	2.263,13	-4.536,87	-66,72%
Serviço de Divulgação e Promoção do Município	38.000,00	15.520,00	-22.480,00	-59,16%
Manutenção do gabinete do diretor da Assessoria Jurídica	17.400,00	19.057,80	1.657,80	9,53%
Serviços da Assessoria Técnica Administrativa	2.700,00	132,14	-2.567,86	-95,11%
Serviços de assessoramento Jurídico	134.200,00	63.855,24	-70.344,76	-52,42%
Gabinete do diretor de Educação	295.300,00	138.872,00	-156.428,00	-52,97%
Assessoria Técnica Administrativa	5.500,00	45.771,31	40.271,31	732,21%
Controle de recursos humanos na área educacional	43.700,00	15.942,32	-27.757,68	-63,52%
Encargos com o FUNDEF	840.200,00	19.508,60	-820.691,40	-97,68%
Pré Escola Municipal Abelhinha	48.200,00	14.521,05	-33.678,95	-69,87%
Pré Escola Municipal Arco- Íris	48.200,00	17.965,46	-30.234,54	-62,73%
Pré Escola Municipal Bento Viana	46.700,00	53.367,31	6.667,31	14,28%
Pré escola Municipal Cantinho da Alegria	48.200,00	18.490,41	-29.709,59	-61,64%
Pré escola Municipal Carlos Lacerda	48.000,00	33.112,80	-14.887,20	-31,02%
Pré escola Municipal Carrossel	73.200,00	21.618,09	-51.581,91	-70,47%
Pré Escola Municipal Casinha Feliz	48.200,00	11.248,50	-36.951,50	-76,66%
Pré Escola Municipal Castelinho	48.200,00	9.076,89	-39.123,11	-81,17%
Pré Escola Municipal Cogumelo	50.200,00	1.657,12	-48.542,88	-96,70%
Pré Escola Municipal Ignês de Sousa Caetano	22.700,00	3.149,89	-19.550,11	-86,12%
Pré escola Municipal Maria Diva Ribeiro de Proença	15.500,00	10.551,82	-4.948,18	-31,92%
Pré Escola Municipal Mundo Encantado	48.200,00	306,78	-47.893,22	-99,36%
Escola Municipal Antônio Francisco Lisboa	15.400,00	828,02	-14.571,98	-94,62%
Escola Municipal Bento Viana	281.300,00	185.267,09	-96.032,91	-34,14%
Escola Municipal Brás Cubas	9.700,00	7.516,67	-2.183,33	-22,51%
Escola Municipal Café Filho	15.200,00	13.271,15	-1.928,85	-12,69%
Escola Municipal Carlos Lacerda	203.900,00	174.765,29	-29.134,71	-14,29%
Escola Municipal Duque de caxias	16.200,00	10.612,46	-5.587,54	-34,49%
Escola Municipal Costa e Silva	17.200,00	6.413,02	-10.786,98	-62,72%
Escola Municipal Cruz e Sousa	49.200,00	20.278,52	-28.921,48	-58,78%
Escola Municipal Fernão Dias Paes	2.400,00	16.336,66	13.936,66	580,69%
Escola Municipal Francisco Jacob Goedert	15.700,00	5.120,12	-10.579,88	-67,39%
Escola Municipal Francisco Xavier da Silva	15.700,00	8.827,11	-6.872,89	-43,78%
Escola Municipal Guilherme Boing	13.700,00	7.047,69	-6.652,31	-48,56%
Escola Municipal Ignês de Souza Caetano	202.100,00	154.851,33	-47.248,67	-23,38%
Escola Municipal João Pessoa	39.500,00	25.048,63	-14.451,37	-36,59%
Escola Municipal João VI	43.700,00	24.764,32	-18.935,68	-43,33%
Escola Municipal José do Patrocínio	14.500,00	8.219,58	-6.280,42	-43,31%
Escola Municipal José Linhares	7.200,00	269,57	-6.930,43	-96,26%
Escola Municipal Leila Diniz	99.000,00	99.440,69	440,69	0,45%
Escola Municipal Lourenço Guarasquim	9.700,00	808,92	-8.891,08	-91,66%
Escola Municipal Luiz Delfino	9.700,00	3.475,06	-6.224,94	-64,17%
Escola Municipal Machado de Assis	9.700,00	813,97	-8.886,03	-91,61%
Escola Municipal Maria Diva Ribeiro de Proença	99.400,00	86.373,55	-13.026,45	-13,11%
Escola Municipal Olavo Bilac	19.200,00	12.540,77	-6.659,23	-34,68%
Escola Municipal Teotônio Vilela	11.700,00	4.094,71	-7.605,29	-65,00%
Escola Municipal Wenceslau Brás	11.900,00	9.645,51	-2.254,49	-18,95%
Escola Municipal Zacarias de Góes e Vasconcellos	16.700,00	12.405,40	-4.294,60	-25,72%

Treinamento de recursos humanos na área educacional	18.000,00	2.709,00	-15.291,00	-84,95%
Serviços de transportes escolar	450.000,00	481.680,54	31.680,54	7,04%
Distribuição da Merenda escolar	111.100,00	182.380,69	71.280,69	64,16%
Serviços de educação especial	114.200,00	20.789,46	-93.410,54	-81,80%
Serviços de documentação escolar	45.000,00	10.477,52	-34.522,48	-76,72%
Serviços de orientação pedagógica-educacional	105.600,00	122.880,18	17.280,18	16,36%
Gabinete do diretor/Fundo Munic. De saúde	37.200,00	34.106,61	-3.093,39	-8,32%
Serviços de assessoria técnico-adm.	5.100,00	0,00	-5.100,00	-100,00%
Centro de saúde Municipal	1.380.000,00	1.199.542,89	-180.457,11	-13,08%
Posto de saúde Alto-porã	16.200,00	3.911,01	-12.288,99	-75,86%
Posto de saúde - Jacutinga	13.700,00	3.265,34	-10.434,66	-76,17%
Posto de saúde- Vila Nova Porã	32.200,00	1.212,97	-30.987,03	-96,23%
Posto de saúde - Vila Santa Bárbara	15.200,00	2.075,10	-13.124,90	-86,35%
Posto de saúde - Vila João XXIII	32.200,00	0,00	-32.200,00	-100,00%
Serviço de erradicação de doenças transm.	57.500,00	71.302,80	13.802,80	24,00%
Serviço de vigilância sanitária	71.000,00	38.384,64	-32.615,36	-45,94%
Serviços de orientação e avaliação social	5.700,00	0,00	-5.700,00	-100,00%
Gabinete do diretor/ Fundo Mun. De Assistência Social	38.950,00	45.302,69	6.352,69	16,31%
Serviços de Assessoria técnico-adm.	1.300,00	0,00	-1.300,00	-100,00%
Cosntr. E Inst. De uma mini-usina de pasteur. De leite	12.500,00	0,00	-12.500,00	-100,00%
Creche Arco-Íris	18.700,00	12.079,73	-6.620,27	-35,40%
Creche Bom Jesus	25.500,00	13.665,96	-11.834,04	-46,41%
Creche Maria Burato - Alto-Porã	11.700,00	7.189,91	-4.510,09	-38,55%
Creche Nossa Senhora Aparecida	16.000,00	7.602,84	-8.397,16	-52,48%
Creche Nossa Senhora de Lourdes - Jacutinga	11.700,00	3.777,90	-7.922,10	-67,71%
Creche Rosa Wuduann	22.500,00	17.537,44	-4.962,56	-22,06%
Creche Santa Bárbara	11.700,00	7.182,88	-4.517,12	-38,61%
Creche Santa Terezinha	24.500,00	12.713,56	-11.786,44	-48,11%
Associação de pais e amigos dos excepcionais- APAE	15.250,00	16.785,04	1.535,04	10,07%
Creche Casa da Amizade	11.050,00	10.203,53	-846,47	-7,66%
Centro recreativo e educ. Sonho	56.450,00	51.610,50	-4.839,50	-8,57%
Abrigo temp. de Proteção especial	20.600,00	5.155,43	-15.444,57	-74,97%
Casa Lar	21.700,00	349,93	-21.350,07	-98,39%
Casa de vivência da criança e do adoles.	149.150,00	82.754,67	-66.395,33	-44,52%
Conselho Tutelar dos direitos da crian. E do adol.	30.700,00	26.490,70	-4.209,30	-13,71%
Guarda mirim	6.700,00	8.555,71	1.855,71	27,70%
Projeto de prot. Especial - Renascer	49.050,00	42.962,34	-6.087,66	-12,41%
Asilo	15.250,00	13.379,28	-1.870,72	-12,27%
grupo de convivência - Clube da 3ª idade	7.000,00	80,00	-6.920,00	-98,86%
Const. e aquis. de equip. para o centro de ger. de rendas	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Vaca mecânica	18.800,00	4.197,02	-14.602,98	-77,68%
centro Social Urbano	96.900,00	91.028,56	-5.871,44	-6,06%
Aquis. De áreas para a cessão a associações comunitárias	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Gerência de acompanhamento e avaliação de projetos	1.700,00	0,00	-1.700,00	-100,00%
Gabinete do diretor/ Indústria, comércio e turismo	29.400,00	14.635,31	-14.764,69	-50,22%
Aum. do salão da Ind. E Com. Do parque de exposição	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Serviços de assessoria técnico-adm.	9.050,00	3.475,25	-5.574,75	-61,60%
Serv. de pub. para o com, decor, final de ano e festa trad.	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Serviço de promoção ao turismo	6.600,00	7.177,58	577,58	8,75%
Incubadora Industrial II - Antigo Armazém do IBC	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Incub. Industrial I - Antigo Colégio Brasil	3.000,00	0,00	-3.000,00	-100,00%
Constr. Barracão - Parque Industrial II	135.000,00	0,00	-135.000,00	-100,00%
Const. Barracão - Parque Industrial I	65.000,00	0,00	-65.000,00	-100,00%

Gabinete do diretor/ agricultura	30.800,00	25.257,25	-5.542,75	-18,00%
Serviços de assist. técnico-admin.	41.600,00	53.659,55	12.059,55	28,99%
Exposição feira agrop. De Ivaiporã	30.000,00	3.030,56	-26.969,44	-89,90%
Transferências à EMATER	43.000,00	38.700,00	-4.300,00	-10,00%
Distribuição de calcário	10.900,00	0,00	-10.900,00	-100,00%
Serviços de hora / máq. Pesadas e caminhões	136.000,00	0,00	-136.000,00	-100,00%
Horticultura	18.100,00	0,00	-18.100,00	-100,00%
Cafeicultura	30.700,00	25.552,80	-5.147,20	-16,77%
Fruticultura	14.000,00	0,00	-14.000,00	-100,00%
Sericultura	25.200,00	2.836,35	-22.363,65	-88,74%
Projeto de reflorestamento	4.000,00	2724,44	-1.275,56	-31,89%
Manejo integrado e conserv. De solos e águas	9.500,00	0,00	-9.500,00	-100,00%
Inseminação artificial em gado leiteiro	46.050,00	18.721,08	-27.328,92	-59,35%
Piscicultura	69.400,00	34.114,07	-35.285,93	-50,84%
Gabinete do diretor/ Meio ambiente e desenv. Urbano	35.100,00	39.761,35	4.661,35	13,28%
Serviços de assessoria técnico-adm.	8.800,00	0,00	-8.800,00	-100,00%
Construção de muros e passeios	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Aquis. De área e const. De aterro san. Controlado	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Limpeza pública - varrição	160.300,00	162.884,48	2.584,48	1,61%
Limpeza pública - coleta de entulhos	108.700,00	105.773,53	-2.926,47	-2,69%
Limpeza pública- coleta resíduos domiciliares	109.600,00	126.413,87	16.813,87	15,34%
Serviços de cemitérios da sede	25.100,00	26.981,67	1.881,67	7,50%
Serviços de cemitérios de Jacutinga	8.100,00	4.268,60	-3.831,40	-47,30%
Serviços de cemitérios de Alto-Porã	7.600,00	3.133,15	-4.466,85	-58,77%
Extens. Da rede de ilum. Pub - Instalação de luminárias	100.000,00	108.331,00	8.331,00	8,33%
Ampliação da rede elétrica	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%
Serviços de Ilum. Pública	36.250,00	4.289,44	-31.960,56	-88,17%
Remodelação e urb. da praça pres. Kennedy	100.000,00	65.843,30	-34.156,70	-34,16%
Serviços de praças, parques e jardins	120.450,00	119.402,42	-1.047,58	-0,87%
Ampliação da Rede de Distribuição de Água Potável	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Serviços de distribuição de água potável	4.000,00	1.494,29	-2.505,71	-62,64%
Serviços de ampliação da rede de esgoto e sanitário	20.000,00	49,20	-19.950,80	-99,75%
Aq. de Terrenos para Construção de Casas Populares	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Manutenção dos Serviços de Assistência Habitacional	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%
Manutenção dos Serviços do Terminal Rodoviário	25.700,00	12.214,58	-13.485,42	-52,47%
Inst. de Sinalização Urbana em Ruas e Avenidas da Sede	13.000,00	1.619,70	-11.380,30	-87,54%
Manutenção dos Serviços de Defesa ao Meio Ambiente	19.000,00	29.731,69	10.731,69	56,48%
Serviços de drenagem e urbanização de vales	160.000,00	0,00	-160.000,00	-100,00%
Serviço de defesa ao Meio Ambiente	17.000,00	0,00	-17.000,00	-100,00%
Manut. do gabinete do diretor do depto. obras e viação	50.700,00	55.109,90	4.409,90	8,70%
Manutenção da Assessoria Técnica Administrativa	17.400,00	18.931,16	1.531,16	8,80%
Manut. dos serviços de conservação de obras públicas	234.700,00	271.958,21	37.258,21	15,87%
Manutenção da fábrica de artefatos de cimento	101.000,00	18.924,00	-82.076,00	-81,26%
Manut. dos serviços de construção de galerias pluviais	30.000,00	49.202,85	19.202,85	64,01%
Manutenção dos serviços de obras preliminares e de pavimentação	322.050,00	110.057,03	-211.992,97	-65,83%
Manut. , controle, uso e segur. de tráfego em vias urbanas	30.000,00	13.308,43	-16.691,57	-55,64%
Manut. dos serv. de read. de est. e const. de micro bacias	55.000,00	39.780,46	-15.219,54	-27,67%
Manut. dos serviços de construção de pontes e bueiros	85.000,00	31.394,18	-53.605,82	-63,07%
Manutenção do serviço rodoviário Municipal	184.000,00	99.312,62	-84.687,38	-46,03%
Manutenção dos serviços do parque de máquinas	464.700,00	290.138,74	-174.561,26	-37,56%
Manutenção do gerenciamento técnico	2.100,00	0,00	-2.100,00	-100,00%
Manut do Gab. do dir. do Depto de Cultura Lazer e Esp.	37.700,00	35.019,87	-2.680,13	-7,11%

Manutenção da assessoria Técnica Administrativa	4.000,00	0,00	-4.000,00	-100,00%
Construção de um prédio para abrigar o centro cultural	403.000,00	0,00	-403.000,00	-100,00%
Manutenção da Banda de música Municipal	6.500,00	456,88	-6.043,12	-92,97%
Manutenção dos serviços de promoções culturais	19.200,00	14.645,24	-4.554,76	-23,72%
Manutenção da biblioteca pública Municipal	76.600,00	29.566,89	-47.033,11	-61,40%
Manutenção das diversas quadras de esportes	333.100,00	16.425,74	-316.674,26	-95,07%
Manutenção do complexo esportivo	156.400,00	134.666,07	-21.733,93	-13,90%
Subvenção ao Esporte clube de Ivaiporã	4.000,00	3.800,00	-200,00	-5,00%
Manutenção do Gab. Do Dir. do Dept. de Administração	41.400,00	34.963,66	-6.436,34	-15,55%
Manutenção da Assessoria Técnica Administrativa	2.200,00	0,00	-2.200,00	-100,00%
Manut. dos serv. de protocolo e comunicação admini.	22.100,00	12.318,04	-9.781,96	-44,26%
Manutenção dos serviços de div. oficial do município	25.000,00	40.315,73	15.315,73	61,26%
Manut do pessoal colocado à disposição de outros órgãos	193.500,00	184.725,38	-8.774,62	-4,53%
Concessão de bolsas de estudos a func. universitários	35.000,00	30.941,40	-4.058,60	-11,60%
Manut. dos serviços de recr., seleção e cont. de pessoal	63.900,00	86.305,41	22.405,41	35,06%
Despesas com ações trabalhistas	356.000,00	489.793,01	133.793,01	37,58%
Manut. dos encargos com inativos e pensionistas	255.000,00	245.756,71	-9.243,29	-3,62%
Contribuições ao PASEP	150.000,00	75.323,16	-74.676,84	-49,78%
Aquisição de imóveis para a Administração	45.000,00	5.000,00	-40.000,00	-88,89%
Manut. dos serviços de lic., compras, almox. e patrimônio	71.200,00	53.710,46	-17.489,54	-24,56%
Serviços de conservação e Manut. de de próprios públicos	186.300,00	141.555,11	-44.744,89	-24,02%
Manutenção dos postos de serviço telefônicos	27.700,00	11.119,95	-16.580,05	-59,86%
Manutenção dos postos de Identificação	7.500,00	4.549,75	-2.950,25	-39,34%
Construção e ampliação do edificio sede	170.000,00	0,00	-170.000,00	-100,00%
Construção de edificios para a Administração	191.000,00	0,00	-191.000,00	-100,00%
Manutenção dos serv. da Junta de Alistamento Militar	13.000,00	13.863,34	863,34	6,64%
Manutenção dos serviços da Delegacia do serviço militar	15.200,00	8.774,63	-6.425,37	-42,27%
Manutenção do convênio com a FUNRESPOL	5.900,00	7.318,86	1.418,86	24,05%
Manut. dos serviços da companhia de polícia militar	2.500,00	4.364,92	1.864,92	74,60%
Manut. do corpo de bombeiros no Munic. - FUNREPOL	73.000,00	65.833,10	-7.166,90	-9,82%
Manutenção do convênio com a CIRETRAN	5.000,00	2.169,90	-2.830,10	-56,60%
Manut. dos Serv. da oficina mecânica e garagem munic.	121.900,00	76.158,28	-45.741,72	-37,52%
Manutenção do Gab. Do Dir. do dept. de Finanças	30.650,00	22.822,28	-7.827,72	-25,54%
Manutenção da Assessoria Técnica Administrativa	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100,00%
Manut. dos serviços de orçamento, projetos e convênios	10.200,00	6.444,99	-3.755,01	-36,81%
Manut. dos serviços de cadastro e tributação	60.750,00	30.453,15	-30.296,85	-49,87%
Manutenção dos serviços de fiscalização tributária	110.100,00	97.057,07	-13.042,93	-11,85%
Manut. dos serviços de Atendimento ao produtor rural	3.000,00	597,00	-2.403,00	-80,10%
Manutenção dos serviços do INCRA no Município	4.000,00	3.543,34	-456,66	-11,42%
Manutenção dos serviços da Tesouraria Municipal	65.200,00	91.472,16	26.272,16	40,29%
Manutenção dos Serviços contábeis	69.200,00	67.912,09	-1.287,91	-1,86%
Amort. do principal e de encargos de financ. realizados	300.000,00	264.929,45	-35.070,55	-11,69%
Amort. de débitos confessados junto ao INSS e FGTS	359.800,00	458.350,85	98.550,85	27,39%
Amort. de juros e enc. sobre Emprést. pata antec. da Rec.	200,00	0,00	-200,00	-100,00%
Total	15.156.500,00	9.702.408,17	-5.454.091,83	

ANEXO 5

Comparativo das metas orçadas com as realizadas do município de Marilândia do Sul

TABELA 1 - Comparativo das metas orçadas com as realizadas - exercício de 1998

Metas	Orçados	Realizados	Diferença	Variação %
Ação legislativa	210.000,00	138.980,00	-71.020,00	-33,82%
Manutenção do gabinete do prefeito	129.000,00	214.004,27	85.004,27	65,89%
Manutenção da divisão de administração	210.500,00	227.812,88	17.312,88	8,22%
Encargos com inativos e pensionistas	64.500,00	67.376,04	2.876,04	4,46%
Contribuição ao PASEP	35.000,00	28.878,88	-6.121,12	-17,49%
Manutenção da divisão de finanças	173.000,00	163.116,41	-9.883,59	-5,71%
Amortização e encargos da dívida	290.000,00	330.418,66	40.418,66	13,94%
Manutenção da divisão de obras e viação	312.200,00	452.721,60	140.521,60	45,01%
Manutenção da divisão de serviços urbanos	242.500,00	404.633,37	162.133,37	66,86%
Pavimentação de ruas e avenidas	40.000,00	8.817,68	-31.182,32	-77,96%
Construção galerias pluviais	40.000,00	16.926,55	-23.073,45	-57,68%
Manutenção da divisão agropecuária	46.500,00	14.125,04	-32.374,96	-69,62%
Manutenção da divisão de indústria e Comércio	69.600,00	53.537,89	-16.062,11	-23,08%
Manutenção da divisão da creche	165.700,00	0,00	-165.700,00	-100,00%
Construção e ampliação escolas	90.000,00	76.811,06	-13.188,94	-14,65%
Manutenção Desenvolvimento do Ensino Regular	459.000,00	1.022.818,25	563.818,25	122,84%
Transportes de Alunos	194.000,00	173.571,49	-20.428,51	-10,53%
Distribuição da merenda escolar	200.000,00	64.624,04	-135.375,96	-67,69%
Construção de quadras de esportes	70.000,00	55.676,27	-14.323,73	-20,46%
Manutenção da divisão de cultura e turismo	78.000,00	79.609,12	1.609,12	2,06%
Manutenção do fundo municipal de saúde	295.000,00	433.781,65	138.781,65	47,04%
Manutenção do conselho de amparo ao menor	33.000,00	14.478,00	-18.522,00	-56,13%
Auxílio à entidades de apoio a idosos	15.000,00	390,00	-14.610,00	-97,40%
Manutenção serviços assistência social	132.000,00	11.808,40	-120.191,60	-91,05%
Despesas com a divisão na cultura	0,00	4.566,66	4.566,66	
TOTAL	3.594.500,00	4.059.484,21	464.984,21	

TABELA 2 - Comparativo das metas orçadas com as realizadas - exercício de 1999

Metas	Orçados	Realizados	Diferença	Variação %
Manutenção da Câmara Municipal	270.000,00	169.320,83	-100.679,17	-37,29%
Manutenção da Assessoria jurídica	37.000,00	17.828,83	-19.171,17	-51,81%
Manutenção do gabinete do prefeito	221.500,00	202.901,92	-18.598,08	-8,40%
Manutenção da divisão de administração	245.000,00	278.875,36	33.875,36	13,83%
Encargos com inativos e pensionistas	94.000,00	85.238,18	-8.761,82	-9,32%
Contribuição ao PASEP	35.000,00	25.826,34	-9.173,66	-26,21%
Manutenção da divisão de finanças	412.500,00	262.061,48	-150.438,52	-36,47%
Amortização e encargos da dívida	435.000,00	356.456,73	-78.543,27	-18,06%
Manutenção do serviço rodoviário municipal	411.000,00	321.626,49	-89.373,51	-21,75%
Manutenção do EXETRA	41.000,00	0,00	-41.000,00	-100,00%
Manutenção da divisão de serviços urbanos	331.500,00	274.400,71	-57.099,29	-17,22%
Manutenção da Patrulha agrícola	3.200,00	0,00	-3.200,00	-100,00%
Pavimentação de ruas e avenidas	50.000,00	42.731,62	-7.268,38	-14,54%
Manutenção dos serviços de limpeza	45.000,00	3.579,40	-41.420,60	-92,05%
Construção da capela mortuária	25.000,00	0,00	-25.000,00	-100,00%
Manutenção do cemitério	27.000,00	4.940,60	-22.059,40	-78,00%
Manutenção da iluminação pública	50.000,00	34.428,57	-15.571,43	-31,14%
Conservação galerias pluviais	20.000,00	18.276,70	-1.723,30	-8,62%
Manutenção da divisão agropecuária	37.500,00	27.284,85	-10.215,15	-27,24%
Manutenção da divisão de indústria e Comércio	77.500,00	37.585,48	-39.914,52	-51,50%
Manutenção das creche	106.000,00	0,00	-106.000,00	-100,00%
Construção e ampliação escolas	75.000,00	19.477,95	-55.522,05	-74,03%
Manutenção do Ensino Regular	1.542.000,00	1.100.833,36	-441.166,64	-28,61%
Transportes de Escolares	198.000,00	158.555,77	-39.444,23	-19,92%
Manutenção do programa alimentação escolar	141.000,00	67.186,36	-73.813,64	-52,35%
Manutenção do programa Pró-menor	35.000,00	0,00	-35.000,00	-100,00%
Construção de praças de esportes	58.000,00	0,00	-58.000,00	-100,00%
Manutenção da divisão de cultura e turismo	73.000,00	40.017,54	-32.982,46	-45,18%
Manutenção da divisão de saúde	427.000,00	359.583,35	-67.416,65	-15,79%
Manutenção do conselho tutelar	26.000,00	13.136,41	-12.863,59	-49,48%
Auxílio à entidades de apoio a idosos	5.000,00	520,00	-4.480,00	-89,60%
Manutenção serviços assistência social	75.000,00	12.060,52	-62.939,48	-83,92%
TOTAL	5.658.500,00	3.934.735,25	-1.723.764,75	

TABELA 3 - Comparativo das metas orçadas com as realizadas - exercício de 2000

Metas	Orçados	Realizados	Diferença	Variação %
Manutenção da Câmara Municipal	280.000,00	163.850,00	-116.150,00	-41,48%
Manutenção do gabinete do prefeito	302.000,00	199.825,82	-102.174,18	-33,83%
Manutenção da divisão de administração	589.000,00	350.723,28	-238.276,72	-40,45%
Encargos com inativos e pensionistas	90.000,00	72.088,06	-17.911,94	-19,90%
Manutenção da divisão de finanças	295.000,00	218.136,47	-76.863,53	-26,06%
Amortização e encargos da dívida	468.000,00	280.308,69	-187.691,31	-40,10%
Manutenção do serviço rodoviário municipal	507.000,00	306.675,31	-200.324,69	-39,51%
Manutenção da divisão de serviços urbanos	317.000,00	275.898,34	-41.101,66	-12,97%
Manutenção do programa de patrulha agrícola	32.000,00	11.453,00	-20.547,00	-64,11%
Pavimentação de ruas e avenidas	50.000,00	11.624,00	-38.376,00	-76,75%
Construção de Capela Mortuária	48.000,00	0,00	-48.000,00	-100,00%
Manutenção do serviço iluminação pública	6.500,00	29.939,56	23.439,56	360,61%
Construção galerias pluviais	50.000,00	7.896,00	-42.104,00	-84,21%
Manutenção da divisão agropecuária	21.600,00	27.794,99	6.194,99	28,68%
Manutenção da divisão de indústria e Comércio	57.500,00	26.758,69	-30.741,31	-53,46%
Manutenção de creches	79.000,00	19.084,53	-59.915,47	-75,84%
Construção e ampliação escolas	35.000,00	26.210,35	-8.789,65	-25,11%
Manutenção do Ensino fundamental	1.085.000,00	1.179.219,63	94.219,63	8,68%
Transportes de escolar	241.000,00	208.920,76	-32.079,24	-13,31%
Distribuição da merenda escolar	99.000,00	46.880,16	-52.119,84	-52,65%
Recuperação de quadras de esportes	50.000,00	19.655,10	-30.344,90	-60,69%
Manutenção da divisão de cultura	71.000,00	57.290,49	-13.709,51	-19,31%
Recuperação prédios assistência saúde	92.000,00	15.904,00	-76.096,00	-82,71%
Manutenção do fundo municipal de saúde	612.000,00	768.505,18	156.505,18	25,57%
Manutenção do conselho tutelar	42.500,00	13.906,37	-28.593,63	-67,28%
Manutenção serviços assistência social	185.400,00	37.709,71	-147.690,29	-79,66%
Distribuição cestas básicas	30.000,00	618,49	-29.381,51	-97,94%
TOTAL	5.793.500,00	4.376.876,98	-1.416.623,02	

ANEXO 6

Comparativo das metas orçadas com as realizadas do município de Mauá da Serra

TABELA 1 - Comparativo das metas orçadas com as realizadas - exercício de 1998

Metas	Orçados	Realizados	Diferença	Variação %
Manutenção do Funcionamento da ca-	243.300,00	144.590,66	-98.709,34	-40,57%
Assessoramento superior	200.500,00	173958,7	-26.541,30	-13,24%
Transferência à associação de funcionários	1.000,00	0,00	-1.000,00	-100,00%
Serviços de administração geral	210.500,00	148407,07	-62.092,93	-29,50%
Aquisição de veículos	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Apoio e incentivo a agropecuária	18.000,00	53.895,76	35.895,76	199,42%
Apoio e incentivo a indústria	26.000,00	6.705,93	-19.294,07	-74,21%
Amortização e encargos	70.000,00	94.921,57	24.921,57	35,60%
Contribuição ao fundo de previdência	20.000,00	10.217,50	-9.782,50	-48,91%
Administração orçamentaria	47.500,00	30.956,66	-16.543,34	-34,83%
Manutenção da seção de cadastro	27.500,00	13.336,14	-14.163,86	-51,50%
Manutenção do serviço de tesouraria	35.500,00	14.773,43	-20.726,57	-58,38%
Manutenção da seção de obras	263.000,00	185.589,94	-77.410,06	-29,43%
Construção do prédio do paço municipal	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%
Construção de vila rural	20.000,00	281.520,00	261.520,00	1307,60%
Construção do mercado municipal	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Construção do matadouro municipal	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Construção de creche municipal	35.000,00	38.098,68	3.098,68	8,85%
Construção de parques de exposições	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Despesas com implantações de núcleos	40.000,00	54.613,08	14.613,08	36,53%
Pavimentação de ruas e avenidas	190.000,00	308.405,82	118.405,82	62,32%
Construção de meio-fio e calçadas	15.000,00	69.383,56	54.383,56	362,56%
Construção do cemitério municipal	15.000,00	3.012,85	-11.987,15	-79,91%
Construção de praças e jardins	21.000,00	56.721,34	35.721,34	170,10%
Construções de galerias pluviais	20.000,00	162.407,74	142.407,74	712,04%
Construção e ampliação de postos de	20.000,00	220,00	-19.780,00	-98,90%
Construção do hospital municipal	40.000,00	0,00	-40.000,00	-100,00%
Construção de Lar para idosos	25.000,00	0,00	-25.000,00	-100,00%
Construção do terminal rodoviário	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Construção do pátio rodoviário municipal	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Construção e readequação de estradas	20.000,00	3.383,53	-16.616,47	-83,08%
Reequipamento e modernização do	60.000,00	24.000,00	-36.000,00	-60,00%
Conservação de estradas municipais	130.000,00	110.207,67	-19.792,33	-15,22%
Manutenção do serviço de limpeza	65.500,00	11.436,73	-54.063,27	-82,54%
Manutenção do cemitério municipal	3.000,00	0,00	-3.000,00	-100,00%
Extensão da rede de iluminação pública	25.000,00	50.963,61	25.963,61	103,85%
Manutenção dos serviços de iluminação	15.000,00	14.813,54	-186,46	-1,24%
Plantio de árvores ornamentais	8.000,00	4.732,00	-3.268,00	-40,85%
Conservação e limpeza de praças	22.000,00	4.204,46	-17.795,54	-80,89%
Assistência médica hospitalar, odontológica	396.700,00	373.122,89	-23.577,11	-5,94%
Assistência a APMI	9.000,00	27.028,79	18.028,79	200,32%
Manutenção do Conselho Tutelar	23.000,00	4.116,28	-18.883,72	-82,10%
Transferência ao fundo de saúde	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100,00%
Assistência social	49.000,00	71.330,45	22.330,45	45,57%
Manutenção de creche	17.000,00	23.887,06	6.887,06	40,51%
Manutenção do serviço de erradicação	6.000,00	120,00	-5.880,00	-98,00%

Implantação de oficinas profissionalizantes	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Manutenção do transporte escolar	120.000,00	197.218,08	77.218,08	64,35%
Construção e remodelação de unidades	40.000,00	20.579,76	-19.420,24	-48,55%
Manutenção do ensino fundamental	314.000,00	248.545,66	-65.454,34	-20,85%
Manutenção do FMDEFVM	355.000,00	198.725,30	-156.274,70	-44,02%
Encargos do FMDEFVM	325.000,00	259.285,33	-65.714,67	-20,22%
Construção e cobertura de quadra de esporte	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Implantação do projeto PIA	12.000,00	10.499,57	-1.500,43	-12,50%
Auxílio financeiro a APAE	13.000,00	3.799,41	-9.200,59	-70,77%
Construção de quadra de esporte	5.000,00	5.163,00	163,00	3,26%
Manutenção da seção de esportes	13.000,00	2.272,50	-10.727,50	-82,52%
Atividades culturais	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Manutenção da Casa do Idoso	13.000,00	45.595,15	32.595,15	250,73%
TOTAL	3.900.000,00	3.563.767,20	-336.232,80	

TABELA 2 - Comparativo das metas orçadas com as realizadas - exercício de 1999

Metas	Orçados	Realizados	Diferença	Variação %
Manutenção do Funcionamento da ca-	243.300,00	131.381,65	-111.918,35	-46,00%
Assessoramento superior	170.000,00	164062,25	-5.937,75	-3,49%
Serviços de administração geral	146.000,00	134.808,27	-11.191,73	-7,67%
Aquisição de veículos	10.000,00	0	-10.000,00	-100,00%
Apoio e incentivo a agropecuária	82.000,00	71.901,79	-10.098,21	-12,31%
Apoio e incentivo a indústria	42.000,00	0,00	-42.000,00	-100,00%
Amortização e encargos	92.000,00	131.764,90	39.764,90	43,22%
Contribuição ao fundo de previdência	13.000,00	13.885,99	885,99	6,82%
Administração orçamentária	35.000,00	31.213,69	-3.786,31	-10,82%
Manutenção da seção de cadastro	17.500,00	7.478,63	-10.021,37	-57,26%
Manutenção do serviço de tesouraria	15.500,00	20.755,02	5.255,02	33,90%
Manutenção da seção de obras	200.000,00	234.579,10	34.579,10	17,29%
Construção do prédio do paço municipal	105.000,00	650,00	-104.350,00	-99,38%
Construção de vila rural	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Construção do mercado municipal	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Construção do matadouro municipal	15.000,00	0,00	-15.000,00	-100,00%
Construção de creche municipal	25.000,00	7.626,81	-17.373,19	-69,49%
Construção de parques de exposições	60.000,00	0,00	-60.000,00	-100,00%
Despesas com implantações de núcleos	100.000,00	0,00	-100.000,00	-100,00%
Pavimentação de ruas e avenidas	200.000,00	155.681,08	-44.318,92	-22,16%
Construção de meio-fio e calçadas	25.000,00	3.916,50	-21.083,50	-84,33%
Construção do cemitério municipal	10.000,00	9.939,67	-60,33	-0,60%
Construção de praças e jardins	10.000,00	77.421,82	67.421,82	674,22%
Construções de galerias pluviais	200.000,00	23.677,83	-176.322,17	-88,16%
Construção e ampliação de postos de	351.000,00	60.707,20	-290.292,80	-82,70%
Construção de módulos sanitários	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Construção de Lar para idosos	15.000,00	0,00	-15.000,00	-100,00%
Construção do terminal rodoviário	40.000,00	9.454,46	-30.545,54	-76,36%
Construção do pátio rodoviário municipal	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Construção e readequação de estradas	10.000,00	941,93	-9.058,07	-90,58%
Reequipamento e modernização do	80.000,00	40.000,00	-40.000,00	-50,00%
Conservação de estradas municipais	110.000,00	90.015,94	-19.984,06	-18,17%
Manutenção do serviço de limpeza	34.700,00	8.020,57	-26.679,43	-76,89%
Manutenção do cemitério municipal	2.000,00	27,41	-1.972,59	-98,63%
Extensão da rede de iluminação pública	48.000,00	0,00	-48.000,00	-100,00%
Manutenção dos serviços de iluminação	8.000,00	3.874,75	-4.125,25	-51,57%
Plantio de árvores ornamentais	8.000,00	0,00	-8.000,00	-100,00%
Conservação e limpeza de praças	6.000,00	2.066,61	-3.933,39	-65,56%
Assistência médica hospitalar, odontológica	326.500,00	426.036,77	99.536,77	30,49%
Assistência a APMI	24.000,00	44.672,99	20.672,99	86,14%
Manutenção do conselho tutelar	12.500,00	5.449,30	-7.050,70	-56,41%
Transferência ao fundo de saúde	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100,00%
Manutenção da casa do idoso	7.000,00	0,00	-7.000,00	-100,00%
Assistência social	65.000,00	90.110,43	25.110,43	38,63%
Manutenção de creche	21.000,00	14.354,47	-6.645,53	-31,65%
Manutenção do serviço de erradicação	3.000,00	0,00	-3.000,00	-100,00%

Distribuição da Merenda escolar	27.000,00	46.717,98	19.717,98	73,03%
Implantação de oficinas profissionalizantes	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Manutenção do transporte escolar	175.000,00	225.434,65	50.434,65	28,82%
Construção e remodelação de unidades	38.000,00	19.984,58	-18.015,42	-47,41%
Manutenção do ensino fundamental	232.000,00	243.007,04	11.007,04	4,74%
Manutenção do FMDEFVM	187.000,00	299.693,57	112.693,57	60,26%
Encargos do FMDEFVM	315.000,00	321.403,30	6.403,30	2,03%
Construção e cobertura de quadra de esporte	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Implantação do projeto PIA	13.000,00	2.533,20	-10.466,80	-80,51%
Auxílio financeiro a APAE	5.000,00	686,10	-4.313,90	-86,28%
Construção de quadra de esporte	7.000,00	2.280,20	-4.719,80	-67,43%
Manutenção da seção de esportes	5.000,00	500,00	-4.500,00	-90,00%
Atividades culturais	170.000,00	0,00	-170.000,00	-100,00%
TOTAL	4.216.000,00	3.178.718,45	-1.037.281,55	

TABELA 3 - Comparativo das metas orçadas com as realizadas - exercício de 2000

Metas	Orçados	Realizados	Diferença	Variação %
Manutenção do Funcionamento da Câmara Munic.	253.300,00	135.938,85	-117.361,15	-46,33%
Assessoramento superior	184.000,00	167.894,61	-16.105,39	-8,75%
Serviços de administração geral	154.500,00	134.746,25	-19.753,75	-12,79%
Aquisição de veículos	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Apoio e incentivo à agropecuária	57.000,00	21.894,61	-35.105,39	-61,59%
Apoio e incentivo à indústria	83.000,00	115,96	-82.884,04	-99,86%
Amortização e encargos da dívida	141.000,00	158.869,40	17.869,40	12,67%
Contribuição ao fundo de previdência	23.000,00	31.207,52	8.207,52	35,68%
Administração orçamentaria, contábil e auditoria	40.000,00	39.884,31	-115,69	-0,29%
Manut da seção de cadastro, tributação e fiscalização	15.500,00	6.677,58	-8.822,42	-56,92%
Manutenção do serviço de tesouraria	22.500,00	25.119,73	2.619,73	11,64%
Manutenção da seção de obras e viação	232.500,00	320.140,10	87.640,10	37,69%
Construção do prédio do paço municipal	155.000,00	32.864,84	-122.135,16	-78,80%
Construção do matadouro municipal	70.000,00	0,00	-70.000,00	-100,00%
Construção de creche municipal	15.000,00	0,00	-15.000,00	-100,00%
Construção de parques de exposições	55.000,00	0,00	-55.000,00	-100,00%
Despesas com implantações de núcleos de habitação	100.000,00	0,00	-100.000,00	-100,00%
Pavimentação de ruas e avenidas	200.000,00	66.189,56	-133.810,44	-66,91%
Construção de meio-fio e calçadas	25.000,00	5.746,60	-19.253,40	-77,01%
Construção do cemitério municipal	10.000,00	4.425,40	-5.574,60	-55,75%
Construção de praças e jardins	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Construções de galerias pluviais	200.000,00	17.284,00	-182.716,00	-91,36%
Construção e ampliação de postos de saúde	289.000,00	276.084,06	-12.915,94	-4,47%
Construção de módulos sanitários	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Construção de Lar para idosos	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Construção do terminal rodoviário	120.000,00	0,00	-120.000,00	-100,00%
Construção do pátio rodoviário municipal	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Seção de serviços rodoviários municipal	170.000,00	243.409,98	73.409,98	43,18%
Construção e readequação de estradas, pontes e bueiros	10.000,00	243,00	-9.757,00	-97,57%
Reequipamento e modernização do parque rodoviário	80.000,00	120.000,00	40.000,00	50,00%
Conservação de estradas municipais	80.000,00	123.466,98	43.466,98	54,33%
Manutenção do serviço de limpeza	35.700,00	9.672,95	-26.027,05	-72,90%
Manutenção do cemitério municipal	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%
Extensão da rede de iluminação pública	48.000,00	56.955,41	8.955,41	18,66%
Manutenção dos serviços de iluminação	9.000,00	5.291,54	-3.708,46	-41,21%
Plantio de árvores ornamentais	8.000,00	480,00	-7.520,00	-94,00%
Conservação e limpeza de praças	6.000,00	335,43	-5.664,57	-94,41%
Manutenção do posto de saúde da Serra do Cadeado	113.000,00	99.083,58	-13.916,42	-12,32%
Manutenção do pronto atendimento	315.500,00	555.356,67	239.856,67	76,02%
Assistência a APMI	55.000,00	68.800,00	13.800,00	25,09%
Manutenção do conselho tutelar	16.500,00	8.705,78	-7.794,22	-47,24%
Transferência ao fundo de saúde	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100,00%
Manutenção da casa do idoso	7.000,00	0,00	-7.000,00	-100,00%
Equipar a casa da sopa	6.100,00	0,00	-6.100,00	-100,00%
Assistência social	98.000,00	106.715,26	8.715,26	8,89%
Manutenção de creche	21.000,00	21.824,62	824,62	3,93%
Manutenção do serviço de erradicação do analfabetismo	3.000,00	0,00	-3.000,00	-100,00%
Distribuição da Merenda escolar	52.000,00	49.769,50	-2.230,50	-4,29%
Implantação de oficinas profissionalizantes	5.000,00	0,00	-5.000,00	-100,00%

Manutenção do transporte escolar	205.000,00	279.833,45	74.833,45	36,50%
Construção e remodelação de unidades escolares	26.000,00	49.654,70	23.654,70	90,98%
Manut do ensino fund - Escola Serra do Cadeado	36.700,00	24.402,51	-12.297,49	-33,51%
Manutenção do ensino fundamental - Escola Vila Maria	36.400,00	26.130,84	-10.269,16	-28,21%
Manut do ensino fundamental - Escola Yukio Uemura	88.000,00	145.584,10	57.584,10	65,44%
Manut do ensino fundamental - Escola Paulo Haruo	61.800,00	44.947,90	-16.852,10	-27,27%
Manutenção do FMDEFVM Escola Serra do Cadeado	42.600,00	21.531,69	-21.068,31	-49,46%
Manutenção do FMDEFVM Escola Vila Maria	42.800,00	26.882,69	-15.917,31	-37,19%
Manutenção do FMDEFVM Escola Yukio Uemura	105.000,00	201.273,67	96.273,67	91,69%
Manutenção do FMDEFVM Escola Paulo Haruo	76.600,00	49.780,71	-26.819,29	-35,01%
Encargos do FMDEFVM	331.000,00	0,00	-331.000,00	-100,00%
Construção e cobertura de quadra de esporte	100.000,00	14.654,05	-85.345,95	-85,35%
Implantação do projeto PIA	22.000,00	0,00	-22.000,00	-100,00%
Auxílio financeiro a APAE	30.000,00	0,00	-30.000,00	-100,00%
Manutenção da APAE	13.000,00	7.791,86	-5.208,14	-40,06%
Construção de quadra de esporte	5.000,00	5.092,50	92,50	1,85%
Manutenção da seção de esportes	6.000,00	2.845,16	-3.154,84	-52,58%
Construção do Centro Comunitário de múltiplo uso	42.000,00	17.009,86	-24.990,14	-59,50%
Atividades culturais	35.000,00	0,00	-35.000,00	-100,00%
TOTAL	4.806.000,00	3.588.901,79	-1.217.098,21	